Premiados na categoria Comunicação Oral — Pesquisa

- Patrimônio e Resistência no Museu Casa Borges (MuCB): A exposição "Balatiponé Umutina: Passado, Presente, Futuro" como ativação cultural — João Mário de Arruda Adrião; Renato Fonseca de Arruda; Marcio Monzilar Corezomae; Helena Cunha de Uzeda; Márcio Ferreira Rangel

- Conectando Memória e Inovação: Inteligência Artificial, Humanidades Digitais e a Democratização de Acervos no Contexto Museológico Paranaense — Niltonci Chaves; Renê Wagner Ramos; Robson Laverdi

- Museu do jogo da UFPB: categorização de acervo à luz da Pedagogia da Corporeidade — Elizara Carolina Marin; Laura Rodrigues; Pierre Normando Gomes-da-Silva



Comemoração dos autores Elizara Carolina Marin; Laura Rodrigues; Pierre Normando Gomes-da-Silva do trabalho Museu do jogo da UFPB: categorização de acervo à luz da Pedagogia da Corporeidade, premiados na categoria Comunicação Oral (Pesquisa) - Fotógrafo: Flávio Almeida.

Premiados na categoria Comunicação Oral — Relato de Experiência

- Tiradentes Passado Presente: uma expografia para um Museu em movimento — Fabricio José Fernandino; Patricia Franca-Huchet; Dina Marques Pereira Araújo; Fernando Antonio Mencarelli; Lorena Mello Martins

- Acervo Imagens de Minas: da conservação de coleções universitárias de bens culturais científicos à formação discente — Bianca Leiva Rosa; Clara Maria Ferreira; Julia Cachoeira Castro; Jussara Vitoria de Freitas; Maryana Sayuri da Silva Okuma

- Quando o museu universitário encontra a museologia social? A experiência da criação do Museu Indígena Pyulaga Waujá — Renato Fonseca de Arruda; Saulo Augusto de Moraes; Kamarariwé Raôry Waurá; Yanahin Matala Waurá; Umejitawana Tuhu Waurá

Premiados na categoria Pôster

- Núcleo de Memória da Museologia no Brasil: coleções universitárias a serviço do ensino, pesquisa e extensão — Ludmila Leite Madeira da Costa

- Entre a produção e o público: vivência na exposição USP 90 anos, uma jornada imersiva pelos nossos Museus — Mariana Shinohara

- Do Silêncio à Voz: O Museu da Resistência como Palavra da Comunidade da Boa Esperança, Teresina Piauí — Vinicius Melquíades; Vivian Camylly de Melo Santos

Premiados na categoria Ensaio Fotográfico

- Orgânica: A Interface Arte e Ciência no Museu de Anatomia - UFRJ — Juliana Theberge dos Santos de Oliveira; Ludmila Ribeiro de Carvalho



Convidados e autores dos trabalhos premiados no Prêmio Edna Taveira de excelência e inovação e paraninfos que entregaram o prêmio
Fotógrafo: Flávio Almeida

Agradecemos a participação e o empenho de todas as pessoas envolvidas, autoras e autores, avaliadoras e avaliadores, equipes, instituições parceiras, estudantes e público, que tornaram esta premiação possível e significativa.



MESAS E PALESTRAS

Nesta seção, reunimos textos que ampliam e aprofundam as discussões apresentadas durante o evento, compondo um panorama sobre as múltiplas abordagens em torno das coleções e museus universitários. A proposta foi oferecer um espaço para que os palestrantes pudessem registrar, em formato escrito, reflexões que dialogassem com suas falas e experiências compartilhadas ao longo das mesas e conferências. Os textos aqui reunidos mantêm a diversidade temática e institucional que marcou o encontro, refletindo diferentes perspectivas sobre gestão, conservação, comunicação e ética museológica. Cada contribuição reafirma o compromisso coletivo com o fortalecimento das coleções universitárias e com o papel social dos museus no contexto acadêmico e cultural brasileiro.

Nem todas as participações puderam ser registradas por escrito, mas as ideias e debates apresentados em cada mesa continuam ressoando neste material, representados pelas sínteses e pelas trocas que inspiraram a produção desta publicação. Assim, o conjunto de textos não busca encerrar as discussões, mas sim prolongá-las, oferecendo novos caminhos para reflexão e diálogo. Esperamos que esta seção sirva como fonte de referência e incentivo para novas iniciativas, fortalecendo redes de colaboração e promovendo a valorização do patrimônio científico, artístico e cultural das universidades brasileiras.

Entrelaçando o passado, presente e futuro das Coleções e Museus Universitários

A conferência de abertura abordou a trajetória histórica, os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras das coleções e museus universitários, ressaltando seu papel estratégico no tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) e no campo museológico (preservação, pesquisa e comunicação).

Palestrante
Mauricio Candido da Silva - Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU) e Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (MAV/FMV/USP)

Mediação
Jéssica Tarine Moitinho Lima - Docente do Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA)







Maurício Candido e Jéssica Tarine
Fotógrafo: Flávio Almeida

ENTRELAÇANDO O PASSADO, PRESENTE E FUTURO DAS COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Maurício Cândido da Silva (maumal@usp.br – Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ USP & Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários)

Resumo

A comunicação da mesa de abertura do 8º FPMU foi estruturada a partir de dados coletados da plataforma digital da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, com base no conjunto de evidências documentais e textuais que narram o entrelaçamento entre passado, presente e futuro. Objetivamos apresentar uma reflexão que partiu do reconhecimento das múltiplas identidades em direção a uma síntese, que apontou para as características inerentes do conjunto que constitui o patrimônio museológico universitário. Argumentamos que os Núcleos Museológicos Universitários que compõem este conjunto patrimonial se configuram como uma consistente base de conhecimento, com particularidades próprias, com características interdisciplinares e com especificidades endógenas no território cultural brasileiro. Concluímos que as ações em Rede que evidenciam um ecossistema museal composto por tais Núcleos é a síntese de um Fenômeno Museal de ampla magnitude e que merece olhares atentos, sendo ela determinada pela historicidade da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Coleções universitárias. Museus universitários. Redes de museus. Universidade. Patrimônio universitário.

Apresentação

O presente texto é resultado de consultas a diferentes fontes de estudos e busca apresentar argumentos com base em dados verificáveis que reforçam a proposição de que as Coleções e os Museus Universitários constituem uma parcela significativa do que se entende oficialmente como Patrimônio Cultural Brasileiro (BRASIL, 1988). A ênfase temporal deste estudo está nas três primeiras décadas do século XXI, assim como no território nacional, no qual acreditamos haver aspectos que precisam ser melhor entendidos para o desenho de um quadro geral (*big picture*), que sintetize a historicidade dos processos museais nas Universidades. Pretendemos lançar um olhar para um grande quebra-cabeça e entender a imagem completa, levando em consideração suas peças individuais. O objetivo de tal reflexão é de contribuir para a compreensão, o reconhecimento e a valorização dos processos de musealização que ocorrem no ambiente universitário, entendidos aqui como um campo de conhecimento museal com especificações próprias e em construção. Não buscamos modelos importados do norte a serem seguidos pelo sul global, mas desenvolver um exercício franco de busca pelo entrelaçamento dos processos locais em desenvolvimento pois, como nos ensinou Milton Santos, precisamos compreender a natureza do espaço para poder transformá-lo, como agentes históricos (SANTOS, 2006). Isso se torna ainda mais válido nesses tempos de verdadeira luta pela nossa soberania.

Na busca de métodos e estratégias para a compreensão desta complexa realidade, buscamos ampliar a perspectiva do multifacetado conjunto das coleções e museus universitários (LOURENÇO & WILSON, 2013) na forma de uma interface representativa significante (HALL, 2016) denominada Núcleos Museológicos Universitários (SILVA, 2023), não por equacionar, mas por acolher e abrigar as variações presentes no conjunto e isso é feito na tentativa de nominar e reconectar as especificidades. Transitamos através da complexidade do sistema em busca da sua singularidade. No conjunto de dados e informações levantadas, referendamos que tanto os museus como as universidades são instituições estruturantes da sociedade brasileira, com desenvolvimento histórico peculiar (LOPES, 1997). Segundo Garcia Canclini, a nossa historicidade social está situada em um território híbrido, vivemos dentro de uma zona de transição, onde as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar (GARCIA CANCLINI, 2015: 17). Pretendo com este exercício, contribuir com o conjunto de análises e artigos que estão edificando um debate bastante produtivo em torno do patrimônio museológico universitário no Brasil.

Rede de Cooperação e a Megadiversidade do Patrimônio Museológico Universitário

A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários foi criada em 2017 dentro do sétimo Fórum Nacional de Museus, promovido pelo IBRAM, em uma reunião paralela que ocorreu no Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Figura 1). Sincronisticamente, o tema central do Fórum foi "Recomendação da UNESCO: caminhos para museus e coleções"[1]. Desde o princípio da Rede, os Núcleos Museológicos Universitários foram compreendidos a partir da sua inserção na relação umbilical com a pesquisa, ensino, extensão universitária e inclusão.



Figura 1: Grupo de profissionais, pesquisadores e docentes que participaram da primeira reunião da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, na sede do MC PUC RS. Fonte: MCT PUC RS, agosto de 2017.

1 Faço aqui um agradecimento especial a Simone Flores, Coordenadora de Projetos Museológicos do MCT PUC RS, que incentivou e criou todas as condições operacionais para que essa reunião ocorresse e, consequentemente, a RBCMU passasse de fato a existir.

De acordo com o mapeamento da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, com os dados ativos disponíveis e verificáveis em seu repositório digital, até agosto de 2025, foram mapeados 900 Núcleos Museológicos Universitários. Avançamos neste momento ao adotar mais um conceito emprestado da biologia e passamos a considerar o Ecossistema Museal Universitário Brasileiro como Megadiverso, no mesmo sentido que Russell e Cristina Mittermeier empregam em sua abordagem conservacionista das áreas com alta biodiversidade biológica, como o Brasil (MITTERMEIER, R; MITTERMEIER, C., 1997). Com isso, pretendemos reafirmar que faz parte da caracterização dos Núcleos Museológicos Universitários a sua definição pela heterogeneidade e que o Fenômeno Museal existente nas instituições de ensino superior está diretamente sob a influência dos processos históricos constitutivos, da natureza do espaço e das especificidades administrativas que transitam entre potências, desafios e limites nos cumprimentos das atribuições institucionais. Até onde pesquisamos, em nenhum outro lugar do mundo temos esta paisagem museal, o que reforça a pertinência do termo de Megadiversidade museal nas universidades brasileiras, no contexto de um ecossistema específico, fortemente marcado pelo endemismo sedimentado na interdisciplinaridade entre a museologia e todas as áreas possíveis do conhecimento. Os desafios para se pensar uma política pública têm as mesmas dimensões das suas potencialidades, como expoentes do que significa o patrimônio cultural brasileiro. De fato, a base comum que une os Núcleos Museológicos Universitários é a tutela administrativa das Universidades, mas isso nos parece a porta de entrada de um universo em expansão, densamente povoado por estrelas, pela qual já identificamos e acessamos a entrada e, agora, precisamos olhar e compreender melhor essa constelação.

Considerações gerais

A pluralidade de identidades da sociedade brasileira (ORTIZ, 1986), está expressa nas universidades e, consequentemente, nos Núcleos Museológicos Universitários. A base de dados referencial com 900 cadastros é um retrato momentâneo, pois a natureza do Núcleo Museológico Universitários é heterogênea e fluida. Temos Núcleos mais duradouros, os medianos que passam por diferentes ressignificações e os voláteis que se integram a outros ou desaparecem, por diferentes razões. Por meio destes dados, inferimos que vivemos um importante momento e é necessário ter essa percepção. Consideramos necessário o fortalecimento da atuação da Rede (Figura 2) para o alcance da implantação de ações concretas no âmbito de políticas públicas, tais como o reconhecimento institucional, investimentos financeiros e contratação de recursos humanos especializados, dos mais diferentes perfis de profissionais que atuam no campo museal, sendo este um dos maiores desafios para o desenvolvimento do setor – sem especialistas efetivamente contratados não há desenvolvimento, talvez estagnação e, certamente, retrocesso.



Figura 2- Pessoas presentes na Reunião Autogestionada da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, realizada no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), como parte da programação do 8º Fórum Nacional de Museus do IBRAM, em Fortaleza, Ceará. Cabe mencionar que essa reunião aprovou o encaminhamento da "Carta de Intenções da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários ao IBRAM", elaborada e encaminhada pelos membros da Rede em fevereiro de 2025. Fonte: MAUC UFC, 27 de novembro de 2024.

Agradecimentos

Gratidão a Comissão Organizadora do 8º FPMU, a Universidade Federal do Ceará, ao Comitê Brasileiro do Conselho Internacional do ICOM, ao Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ USP e a participação colaborativa de diferentes pessoas em prol da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 216. In: BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; Apicuru, 2016.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOURENÇO, Marta C.; WILSON, Lydia. *Scientific heritage: reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. Studies in History and Philosophy of Science Part* A, v. 44, n. 4, p. 744-753, Dec. 2013.

MITTERMEIER, Russell A.; MITTERMEIER; Cristina G. Megadiversity: Earth's biologically wealthiest nations. Mexico: CEMEX, 1997.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SILVA, Maurício Candido da. Universidades, coleções, museus universitários e sociomuseologia: rede híbrida de diálogos. Cadernos de Sociomuseologia, v. 66, n. 22, p. 17-26, 2023.

Mesa Redonda I

Gestão e Financiamento de Coleções e Museus Universitários - Desafios e Perspectivas

A mesa propôs uma apresentação e análise crítica sobre os modelos de gestão e as estratégias de financiamento de coleções e museus universitários, discutindo desafios estruturais, normativos e orçamentários, além de apontar caminhos possíveis para sua sustentabilidade e fortalecimento institucional.

Palestrantes

Michel Correia - Chefe da Assessoria de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Pedro Augusto Resende Amorim - Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU)

Lúcia Campos Pellanda - Coordenadora Geral da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC)

Cejane Pacini Leal Muniz - Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Guilherme de Lacerda Turle Moreira - Gerente do Departamento de Infraestrutura e Tecnologias Sociais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Mediação

Saulo Moreno Rocha - Museólogo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC/UFC) / Presidente do Conselho Regional de Museologia 1ª Região (COREM 1R)



Saulo Moreno Rocha, Guilherme Turle, Cejane Pacini, Lúcia Pellanda, Pedro Augusto Amorim, Michel Correia - Fotógrafo: Flávio Almeida

GESTÃO E FINANCIAMENTO DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS - DESAFIOS E PERSPECTIVAS: UMA SÍNTESE DOS DEBATES NO 8º FPMU

Saulo Moreno Rocha[1]

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A mesa redonda intitulada "Gestão e Financiamento de Coleções e Museus Universitários: desafios e perspectivas" foi uma das atividades centrais do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários. A sessão foi aberta por Graciele Siqueira, coordenadora geral do evento, que destacou a importância estratégica do debate ao reunir, no mesmo palco, representantes de instâncias cruciais para o fortalecimento e desenvolvimento dos museus: gestão (MEC e IBRAM), controle (TCU), patrimônio (IPHAN) e financiamento (FINEP).

A mesa foi composta pelas(os) seguintes convidadas(os): Michel Correia (Chefe da Assessoria de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM), Pedro Augusto Resende Amorim (Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - TCU), Lúcia Campos Pellanda (Coordenadora da Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação - SESU/MEC), Cejane Pacini Leal Muniz (Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) e Guilherme de Lacerda Turle Moreira (Superintendente da Área de Infraestrutura e Pesquisa Básica / Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP).

A mediação foi conduzida pelo museólogo Saulo Moreno Rocha, que introduziu os convidados e ressaltou a relevância de discutir caminhos sustentáveis para as instituições universitárias. Registra-se que é a primeira vez que uma mesa com esse foco e com o espectro de representações institucionais tão significativo esteve na programação do fórum permanente, o que demonstra não somente a importância do evento para os rumos dos museus universitários no Brasil, mas também a relevância dos diálogos interministeriais, interinstitucionais e intersetoriais na construção e implementação de políticas públicas efetivas para o setor.

1 Museólogo (COREM 1R 0510-I). Bacharel em Museologia (UFSC, 2016), Mestre (2018) e Doutorando (2023-) em Museologia e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Museólogo vinculado ao Museu de Arte da UFC (Mauc), atuou como um dos coordenadores gerais do 8º FPMU.

Este relato documenta os principais tópicos apresentados pelos convidados(as), consolidando uma memória das apresentações e das questões apresentadas. Se o tema é espinhoso e de difícil enfrentamento, é fundamental que o tratamento qualificado, a transparência e o compromisso público das instituições envolvidas se traduza em ações concretas e em diretrizes efetivas para o enfrentamento do subfinanciamento, da invisibilidade orçamentária e da ausência de horizontes de institucionalização. As intervenções realizadas no Fórum e, especialmente esta mesa redonda, demonstraram que está em curso um esforço inédito e virtuoso de atenção aos museus e coleções universitárias. O acompanhamento atento e contínuo dos fluxos de trabalho em curso garantirão o futuro do patrimônio museológico universitário, sendo imperativo que, no presente, nosso compromisso seja cada vez mais ampliado, adensado e multiplicado.

As apresentações aqui sintetizadas apontam caminhos possíveis, ações em curso e por realizar, mas que demonstram que efetivamente estamos avançando. Num país de tantas descontinuidades e rupturas, oxalá consigamos seguir pavimentando caminhos duradouros para nosso futuro, aprendendo com as lições dos que nos antecederam e mantendo acesa a chama do compromisso ético e político que assumimos com a sociedade e seu patrimônio. A seguir, apresentamos os principais tópicos discutidos pelas pessoas que compuseram a mesa, agradecendo pela colaboração e pelo trabalho que tem sido desenvolvido em cada uma das instituições representadas.

2. SÍNTESE DAS FALAS DOS CONVIDADOS(AS)

2.1. MICHEL CORREIA (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM)

Michel Correia, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais e Presidente Substituto do IBRAM, iniciou sua fala contextualizando o momento de "reconstrução" do Ministério da Cultura (MinC) e do próprio IBRAM no atual governo (2023-2026). Ele enfatizou que o IBRAM enfrenta desafios estruturais significativos, operando com apenas 44% do quadro de pessoal ideal, o que impacta a capacidade de execução de políticas públicas em todo o território nacional. Entretanto, apesar do cenário desafiador, apresentou caminhos e alternativas que têm sido construídas para o fortalecimento do setor museal brasileiro.

Principais pontos abordados:

- **Política Nacional de Museus (PNM)**: Michel reforçou a necessidade de atualização da PNM para refletir a realidade contemporânea dos museus, especialmente os universitários, que possuem especificidades de gestão híbrida (vinculados à educação e à cultura).

- **Economia dos Museus**: Um dos focos centrais de sua apresentação foi a "Economia dos Museus". Michel discutiu a importância de mensurar o impacto econômico das atividades museais para justificar investimentos. Ele argumentou que museus não são apenas "gastos", mas vetores de desenvolvimento econômico e social.
- **Arcabouço Legal e Fomento**: O representante do IBRAM abordou as novas possibilidades trazidas pelo Marco Regulatório do Fomento à Cultura. Ele explicou como as instituições podem se beneficiar de mecanismos como fundos patrimoniais (*endowments*) e emendas parlamentares, mas ressaltou que a *institucionalização* formal dos museus é um pré-requisito essencial para acessar esses recursos. Sem um CNPJ ou uma formalização clara dentro da estrutura universitária, o acesso a verbas diretas torna-se burocraticamente inviável.
- **Modelos de Gestão**: Foi discutida a possibilidade de parcerias com Organizações Sociais (OS) e fundações de apoio universitário como caminhos para agilizar a gestão financeira e a captação de recursos, superando a rigidez da administração direta. Entretanto, são múltiplos os caminhos para fortalecer a gestão dos museus e, portanto, cada instituição deve encontrar a que melhor se adeque à sua realidade.

2.2. PEDRO AUGUSTO RESENDE AMORIM (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU)

Pedro Amorim, auditor federal, trouxe uma perspectiva técnica e fiscalizatória, apresentando o papel e a missão do TCU, seus instrumentos e mecanismos de atuação, bem como detalhando o histórico e os desdobramentos da auditoria realizada pelo órgão nos museus federais, em especial os universitários (Acórdão 1243/2019).

Contexto da Auditoria: A auditoria teve origem após o trágico incêndio do Museu Nacional em 2018. O TCU iniciou uma fiscalização abrangente para avaliar a segurança, a gestão e a preservação do patrimônio museológico sob guarda das universidades federais.

O Acórdão 1243/2019 e as 7 Metas: Pedro detalhou que o trabalho do TCU resultou na determinação de elaboração de um Plano de Ação, por parte do Governo Federal, elaborado e apresentado ao órgão e que as universidades precisam cumprir:

1. **Diagnóstico**: Realizar um mapeamento completo da situação dos museus e coleções universitárias. O diagnóstico revelou um cenário de precariedade e informalidade.
2. **Orçamento**: Criar mecanismos para identificar e garantir recursos específicos para os museus na matriz orçamentária das universidades. Pedro destacou a dificuldade de rastrear o gasto com museus, pois muitas vezes ele está diluído em rubricas gerais de "manutenção" ou "extensão".

- **Segurança e Prevenção de Incêndios**: Implementar planos de gestão de riscos e obter os alvarás de bombeiros (AVCB). Esta foi apontada como a área mais crítica e de maior risco.
- **Pessoal**: Regularizar a situação da força de trabalho. O diagnóstico apontou que muitos museus funcionam dependendo exclusivamente de bolsistas ou estagiários, sem quadro técnico permanente (museólogos, conservadores, etc.).
- **Institucionalização**: Formalizar a criação dos museus nos conselhos universitários (Consuni). Muitas coleções existem "de fato", mas não "de direito", o que impede o recebimento de recursos formais.
- **Planos Museológicos**: Elaborar e implementar Planos Museológicos conforme o Estatuto de Museus.
- **Monitoramento**: Estabelecer indicadores de desempenho para acompanhar a gestão.

Estado Atual: Pedro informou que o TCU está na fase de monitoramento (TC 016.997/2022-0 – instaurado pelo Acórdão 1608/2022 – TCU – Plenário) e que as universidades já estão recebendo comunicações para atualizar o status de cumprimento dessas metas. Ele enfatizou que o objetivo do TCU não é punir, mas induzir a melhoria da gestão pública, funcionando como um parceiro na busca por regularização.

2.3. LÚCIA CAMPOS PELLANDA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SESU/MEC)

Lúcia Pellanda, representando a Secretaria de Educação Superior do MEC, apresentou a resposta do Ministério às demandas do TCU e as ações em curso para apoiar as universidades e o campo museológico universitário.
Ações do MEC:

- **Comissão Permanente**: Lúcia destacou a criação, em 2021, da Comissão Permanente e Multidisciplinar sobre Museus Federais como um marco na interlocução entre o MEC e as instituições. Esta comissão tem trabalhado para dar visibilidade à pauta dentro do ministério.
- **Desafios Orçamentários (Matriz OCC)**: A representante do MEC abordou com franqueza a questão orçamentária. Ela explicou a complexidade da "Matriz OCC" (Orçamento de Custeio e Capital), que distribui recursos às universidades baseada majoritariamente no número de alunos. Como os museus não "geram matrículas" diretamente, eles acabam invisibilizados nessa matriz. Lúcia mencionou que o MEC estuda formas de incluir indicadores de cultura e extensão na matriz para garantir financiamento perene aos museus.
- **Ferramentas de Apoio**:

- **Guia de Captação de Recursos**: O MEC, por meio de consultoria especializada, está produzindo um guia para auxiliar os gestores de museus a navegarem pelas diversas fontes de financiamento (leis de incentivo, emendas, editais internacionais).
- **Plano Museológico:** Outro guia em elaboração refere-se aos planos museológicos, com ênfase na consolidação de diretrizes para elaboração e monitoramento desses instrumentos de gestão.
- **Painel de Museus da Rede Federal:** Focado no cadastro e atualização do número de instituições museológicas vinculadas à Rede Federal de Educação, criado em 2022 e atualizado em 2024.

2.4. CEJANE PACINI LEAL MUNIZ (DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO, FOMENTO E EDUCAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN)

Cejane Muniz, Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do IPHAN, trouxe a perspectiva da preservação do patrimônio cultural em sentido amplo. Em sua fala, destacou a relevância das políticas e diretrizes de preservação do patrimônio cultural brasileiro e a contribuição do Iphan como autarquia responsável pela gestão dessas políticas.

Pontos de Destaque:

- **Integração Material e Imaterial**: A diretora ressaltou que a gestão de museus universitários não deve separar rigidamente o acervo físico (material) das práticas, saberes e memórias (imaterial) que eles representam.
- **Fomento e Capilaridade**: Cejane discutiu o papel do IPHAN em fomentar ações educativas e de preservação que tenham capilaridade, ou seja, que atinjam diferentes regiões e contextos sociais, utilizando a rede de universidades federais como parceiras estratégicas na preservação do patrimônio nacional.
- **Formação de Cidadania**: Ela destacou que a preservação de acervos não é um fim em si mesmo, mas um meio para a educação. O Departamento que ela dirige (DAFE) vê os museus universitários como laboratórios privilegiados para a prática da Educação Patrimonial, conectando o conhecimento acadêmico com a comunidade externa.
- **Qualificação Profissional**: Sendo uma profissional com longa trajetória técnica no IPHAN (tendo atuado 15 anos no Tocantins), Cejane reforçou a importância das universidades na formação de novos quadros técnicos (museólogos, conservadores, arquitetos) que o próprio IPHAN e o mercado necessitam.

- **Capilaridade, articulação institucional e redes de colaboração**: Cejane destacou o papel estratégico das universidades na proteção do patrimônio, especialmente em territórios onde a presença física do Iphan é limitada. A diretora enfatizou que os museus universitários são fundamentais para identificar e reconhecer as especificidades do patrimônio local. Nesse sentido, defendeu a urgência de estreitar os laços entre a academia e as superintendências estaduais, visando integrar efetivamente essas instituições ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

2.5. GUILHERME DE LACERDA TURLI MOREIRA (GERENTE DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP)

A fala de Guilherme Moreira foi uma das mais aguardadas, considerando o papel estratégico desempenhado pela Finep no financiamento e fomento aos museus universitários brasileiros, especialmente a partir do Edital focado em Acervos. Entretanto, cumpre abrir um parágrafo para pontuar que, desde a primeira edição do Fórum, em 1992, a instituição esteve presente nos diálogos sobre esse campo.

A Chamada Pública FINEP: Guilherme detalhou a Chamada Pública "Infraestrutura de Pesquisa - Recuperação e Preservação de Acervos", parte do programa Pró-Infra, lançado pela FINEP em 2024 e com possibilidade de lançamento de nova chamada em 2025.

- **Valores**: O edital totalizou R$ 500 milhões, sendo que originalmente previa R$ 250 milhões, mas foi suplementado diante da demanda.
- **Elegibilidade**: Podem participar Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), tanto públicas quanto privadas sem fins lucrativos.
- **Objetivo dos Recursos**: Os recursos são não-reembolsáveis (a fundo perdido) e destinam-se a obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos de segurança, climatização, controle de umidade e mobiliário técnico (arquivos deslizantes, mapotecas, etc.). O foco é garantir a integridade física dos acervos.
- **Histórico**: Guilherme ressaltou que este é o maior investimento da história da FINEP focado exclusivamente em acervos, demonstrando a retomada do investimento em ciência e cultura.

É importante registrar que a FINEP foi uma das patrocinadoras do 8º FPMU e esse aporte financeiro foi fundamental para garantir que o evento fosse realizado com qualidade, pelo que registramos um agradecimento especial a toda equipe da instituição, em especial a Guilherme Turle, Carla Souza e Gustavo Braga.

3. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

A mesa redonda evidenciou que, embora o cenário dos museus universitários ainda seja de fragilidade orçamentária e institucional, há um movimento coordenado e inédito entre os órgãos federais para reverter esse quadro.

A síntese das discussões aponta para quatro pilares fundamentais para o futuro dessas instituições:

1. **Institucionalização**: A formalização dos museus e coleções nos organogramas universitários é o passo zero. Sem isso, as instituições permanecem invisíveis para o orçamento e para os órgãos de controle e gestão.
2. **Segurança**: A proteção contra incêndios e riscos é a prioridade absoluta de investimento, conforme exigido pelo TCU e financiado pelas chamadas públicas da FINEP.
3. **Capacidade de Gestão**: É necessário qualificar as equipes para a elaboração de projetos e captação de recursos, superando a dependência exclusiva do orçamento das reitorias.
4. **Corpo técnico**: A ampliação das equipes técnicas dos museus é um passo decisivo para que as diretrizes elaboradas sejam alcançadas. A ausência de profissionais especializados resulta em fragilização dos mecanismos de gestão, preservação e de cumprimento da função social e científica das instituições.

O debate encerrou-se com uma perspectiva otimista, marcada pelo anúncio dos recursos da FINEP e pela disposição ao diálogo demonstrada pelo TCU, MEC, IBRAM e IPHAN. Nós, integrantes da Comissão Organizadora do FPMU, agradecemos às(aos) convidadas(os) pela participação e esperamos que os diálogos interinstitucionais e com o campo museológico universitário sejam revertidos em ganhos concretos e duradouros para os museus e coleções, bem como para os profissionais do setor.

RELATÓRIO DE APRESENTAÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Pedro Augusto Resende Amorim
Tribunal de Contas da União (TCU)

I. INTRODUÇÃO

1. O presente documento visa relatar as principais informações e insights apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Auditor Federal de Controle Externo Pedro Augusto Resende Amorim, durante sua participação como convidado na mesa redonda "Gestão e Financiamento de Coleções e Museus Universitários - Desafios e Perspectivas" no 8o Fórum Permanente de Museus Universitários, realizado em Fortaleza.

2. A apresentação abordou as competências do TCU, seus instrumentos de fiscalização e sua atuação em fiscalizações relacionadas ao campo museológico, com destaque para os desafios e perspectivas identificados na gestão e financiamento de museus universitários. A participação do TCU reflete o compromisso com o controle externo da administração pública federal e a importância da gestão adequada de instituições culturais que utilizam recursos federais.

II. COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

3. O TCU atua como órgão de controle externo da União, com suas competências delineadas por importantes marcos legais. A base de sua atuação é encontrada principalmente na Constituição Federal de 1988 (CF/88), mais especificamente entre os Arts. 70 a 75, que estabelecem o escopo e a natureza do controle externo. Complementarmente, a Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/1992), Atos Normativos infralegais e o Regimento Interno do TCU detalham suas atribuições e procedimentos.

4. As competências do TCU possuem um escopo amplo, incidindo precipuamente sobre a administração federal ou em qualquer instância onde haja recursos federais envolvidos. Isso significa que museus universitários que recebem ou gerenciam verbas da União estão sujeitos à sua jurisdição. O Tribunal pode atuar tanto por ofício, ou seja, por iniciativa própria, quanto por provocação, quando acionado por partes legítimas.

5. Destaca-se, ainda, o dispositivo do Art. 74, § 2o da CF/88, que garante a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato a legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, conferindo à sociedade um papel ativo no controle da gestão pública.

III. INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO TCU

6. Para cumprir suas competências, o TCU emprega uma série de instrumentos de fiscalização, que podem ser agrupados em diferentes categorias de processos e ações.

III.1. TIPOS DE PROCESSOS

7. Os processos de controle externo que tramitam no TCU incluem:
a. Contas ordinárias: Avaliação anual da gestão dos administradores públicos;
b. Tomada de contas: Processo instaurado para verificar a responsabilidade de gestores por atos ou omissões que resultem em dano ao erário;
c. Tomada de contas especial: Processo para apurar responsabilidade por irregularidades que causem prejuízo ao erário, envolvendo gestores ou responsáveis por recursos públicos.

III.2. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

8. As denúncias e representações constituem importantes mecanismos de provocação para a atuação do TCU, permitindo que a sociedade e outras instituições tragam irregularidades ao conhecimento do Tribunal. Nesses processos, são observados aspectos como:
a. Legitimidade: corresponde à aptidão jurídica conferida pela Constituição e pela Lei 8.443/1992 a determinados sujeitos para provocar a atuação fiscalizatória da Corte – órgãos e autoridades de controle interno e externo (representações) e qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato (denúncias);
b. Caráter sigiloso para denúncias: Para proteger os denunciantes e garantir a efetividade da apuração. O sigilo é mantido até a comprovação da procedência da denúncia;
c. Exame de admissibilidade: Verificação dos requisitos formais para o processamento da denúncia ou representação. Além dos critérios de legitimidade subjetiva, os normativos ainda definem critérios materiais, como, por exemplo, que a peça seja escrita, fundamentada, indique claramente a irregularidade, traga indícios mínimos de comprovação e tenha pertinência com a competência da Corte;
d. Exame sumário: Análise inicial dos fatos para decidir sobre a necessidade de aprofundamento da fiscalização.

III.3. INSTRUMENTOS DE FICALIZAÇÃO ESPECÍFICOS

9. Além dos tipos de processo, o TCU utiliza instrumentos de fiscalização com finalidades distintas:

a. Levantamento: Tem como objetivos primordiais conhecer a organização e o funcionamento de órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes da União, bem como de fundos, instituições jurisdicionadas, sistemas, programas, projetos e atividades governamentais. Abrange aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais. Serve também para identificar objetos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações futuras;
b. Auditoria: Pode se dividir em duas modalidades principais:

> i. Auditoria de Conformidade: Visa examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do TCU, focando nos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;
> ii. Auditoria Operacional: Busca avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como de sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, sob os aspectos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade dos atos praticados.

c. Acompanhamento: Similar à auditoria, mas realizada ao longo de um período predeterminado. Examina a legalidade e legitimidade dos atos de gestão (conformidade) e avalia o desempenho dos órgãos e entidades (operacional);
d. Monitoramento: Tem como objetivo verificar o cumprimento das deliberações do TCU e os resultados delas advindos, assegurando que as determinações do Tribunal sejam efetivamente implementadas;
e. Inspeção: Utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da administração e de atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à jurisdição do Tribunal.

IV. ATUAÇÃO DO TCU NO CAMPO MUSEOLÓGICO

10. A atuação do TCU no campo museológico pode ter diferentes enfoques, tanto em relação à conformidade (observância das normas legais e regulamentares) quanto à operacionalidade (desempenho e resultados alcançados). Adicionalmente, as fiscalizações podem ser nos aspectos meio (focadas nos processos e estruturas) ou finalísticas (focadas nos resultados e impactos das políticas públicas). A seguir, são detalhadas algumas das principais fiscalizações e achados relevantes no contexto de museus, especialmente os universitários federais.

IV.1. PRINCIPAIS FISCALIZAÇÕES NO CAMPO MUSEOLÓGICO

11. A apresentação no 8o Fórum Permanente de Museus Universitários destacou alguns marcos que ilustram a atuação do TCU na área finalística do setor museológico:

12. Em virtude do incêndio no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2018, o TCU determinou a realização de fiscalização de Levantamento com objetivo de verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais.

13. Ao final do trabalho de Levantamento (TC 041.083/2018-0), o Acórdão 1243/2019 – TCU – Plenário expediu determinações para que os órgãos responsáveis endereçassem os riscos e fragilidades apontadas pelo Levantamento, bem como apresentassem ao Tribunal um plano de ação para cumprimento das deliberações. Em sequência, o Decreto 10.175/2019 instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) dos Museus Federais, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Após a realização de estudos e pesquisas expressivas junto ao setor museológico, o GTI elaborou o respectivo Plano de Ação Geral e o Plano de Ação do Ministério da Educação (MEC).

14. Destaque-se que o MEC é o único órgão que, além de implementar o Plano de Ação Geral, deve também cumprir com um plano de ação específico. Esse fato se dá devido ao número de museus universitários federais existentes, que, consequentemente, são vinculados ao MEC e representam a grande maioria dos museus federais como um todo.

15. Isso posto, os referidos planos de ação foram apresentados ao TCU e aprovados pelo Acórdão 2477/2021 – TCU – Plenário, que determinou a instauração de processo de Acompanhamento para a verificação do cumprimento das metas do plano de ação. Atualmente, o processo de Acompanhamento (TC 016.997/2022-0 – instaurado pelo Acórdão 1608/2022 – TCU – Plenário) se encontra no seu 3o ciclo, sendo que o 2o ciclo foi concluído com a expedição do Acórdão 2640/2024 – TCU – Plenário, que atualizou a situação do cumprimento das metas do Plano de Ação.

IV.2. ACHADOS E PERCEPÇÕES DAS FISCALIZAÇÕES NO CAMPO MUSEOLÓGICO

16. Apresenta-se os principais achados do Levantamento realizado em 2018 (TC 041.083/2018- 0) em relação à gestão dos museus universitários federais:

a. Ausência de Formalização: 26,7% dos museus universitários federais operam sem um instrumento de criação formal, o que gera instabilidade jurídica e administrativa;
b. Regimento Interno e Organograma: 46,7% não possuem regimento interno e 28,9% não estão no organograma da instituição, contrariando o Decreto 8.124/2013;
c. Planejamento Museológico: 26,7% dos museus universitários possuem um plano museológico, instrumento essencial para a gestão estratégica de coleções e atividades;

d. Política de Proteção de Acervo: 29,7% dos museus vinculados a universidades declararam possuir uma política de proteção de reserva técnica, expondo os acervos a

e. Planos de Segurança e Emergência: 97,8% dos museus universitários não possuem planos de segurança e/ou emergência, deixando coleções e visitantes vulneráveis.

17. Adicionalmente, segue abaixo os achados que tangenciam o financiamento dos museus universitários federais:

a. Invisibilidade Orçamentária: De forma geral, identificou-se uma ausência de individualização das despesas dos museus em relação às despesas da instituição mantenedora, o que limita a evidenciação, o controle e a transparência dos gastos;

b. Planejamento Limitado: 62,2% dos museus universitários federais não possuem autonomia para elaborar o próprio planejamento orçamentário, dependendo das prioridades e alocações de suas mantenedoras;

c. Poucas Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs) e insuficiência de Planos Internos (PI): 5,2% dos museus universitários federais são identificados como UGRs, sendo que 7,2% deles individualizam despesas por PI, prejudicando a rastreabilidade e a análise detalhada dos gastos.

18. Diante disso, observa-se que a falta de visibilidade orçamentária pode acarretar sérias consequências para a gestão e o financiamento dos museus, comprometendo sua sustentabilidade, capacidade de operação e segurança. Nesse contexto, essas consequências podem incluir:

a. Dificuldade na Captação de Recursos: Sem dados claros sobre o uso dos fundos, a captação de recursos externos torna-se mais complexa e menos atrativa para potenciais parceiros e patrocinadores, bem como para os agentes responsáveis pelo planejamento e distribuição de recursos orçamentários;

b. Tomada de Decisão Prejudicada: Gestores não possuem informações precisas para decidir sobre investimentos, projetos e manutenção, impactando a eficiência e a qualidade dos serviços;

c. Comprometimento da Autonomia: A dependência orçamentária limita a capacidade dos museus de inovar e de se adaptar rapidamente às necessidades de suas coleções e públicos.

19. Assim, considerando os dados apresentados acima, que foram identificados pela fiscalização de Levantamento em 2018, tem-se que as percepções do processo de Acompanhamento atualmente em curso (TC 016.997/2022-0) indicam que o cenário dos museus federais, sobretudo dos museus universitários federais, ainda se mantém semelhante àquele identificado em 2018. Nesse sentido, apesar do Plano de Ação dos Museus Federais ter sido aprovado pelo TCU em 2021 e se propor a dirimir os riscos e achados apontados no Levantamento de 2018, verifica-se que a implementação do Plano ainda é incipiente, o que pode, de certa forma, explicar a manutenção do panorama apresentado.

IV.3. TERCEIRO CICLO DO ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DOS MUSEUS FEDERAIS

20. A partir da atuação nos dois primeiros ciclos do processo atual de Acompanhamento do Plano de Ação dos Museus Federais, a Unidade Técnica responsável pelo processo tem considerado a invisibilidade orçamentária, a ausência de formalização e a falta de gestão coordenada dos museus federais como pautas prioritárias a serem abordadas nos próximos ciclos do Acompanhamento. Da mesma forma, verifica-se que essas são pautas que devem ser vencidas pelo setor museológico federal com prioridade, uma vez que impedem decisões baseadas em dados, dificulta a justificativa para maiores investimentos, criam insegurança jurídica e falta de representação formal gerando um risco de subfinanciamento, que tem sido a principal queixa registrada pelo setor.

21. Como forma de se debruçar na análise sobre a temática, o 3o ciclo do Acompanhamento do Plano de Ação dos Museus federais terá como foco a visibilidade orçamentária dos museus federais. A Unidade Técnica planeja verificar a existência de UGRs para os museus federais, conforme a diretriz exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

22. A referida diretriz se encontra formalizada no subitem 3.2.4.2 da Macrofunção 02.03.22 – Programa de Acompanhamento de Gastos do Governo (SNT) que “as instituições mantenedoras de museus federais deverão instituir UGR própria para cada museu mantido, tornando possível a individualização da execução de despesas relativas a cada museu”. Além do levantamento das UGRs, a Unidade Técnica pretende coletar informações e dialogar com os órgãos responsáveis sobre as práticas, alternativas e possibilidades para a garantia da individualização das despesas de cada museu federal.

23. À vista disso, apesar da visibilidade orçamentária não representar uma garantia de recursos e autonomia orçamentária aos museus, identifica-se que a individualização da despesa das unidades museológicas é um marco inicial estruturante para se evidenciar as eventuais necessidades orçamentárias e possíveis situações de subfinanciamento, permitindo maior transparência, controle, fundamentação e responsabilização quanto ao financiamento dos museus federais.

V. CONCLUSÃO

24. A exposição teve como objetivo apresentar de forma geral as competências e as formas de atuação do TCU, bem como as principais fiscalizações do Tribunal no campo museológico, destacando os achados e percepções que tangem os temas de gestão e financiamento dos museus federais, principalmente os museus universitários federais.

25. O TCU, por meio de seus diversos instrumentos de fiscalização, tem atuado para impulsionar avanços estruturantes no setor museológico, visando aprimorar a transparência, a gestão e a segurança dos museus federais. Os achados sobre a situação de invisibilidade orçamentária, ausência de formalização e falta gestão coordenada em rede são apontados como problemas centrais a serem mitigados, orientando o foco da atuação do Tribunal em suas próximas ações.

26. Dessa forma, o TCU visa cumprir com a sua responsabilidade de contribuir e promover o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade, impulsionando a garantia da segurança e da preservação do patrimônio cultural e museológico e a consolidação do papel vital das unidades museológicas na sociedade.

Aud-Educação, 5a DT, em 26 de agosto de 2025.
Pedro Augusto Resende Amorim
AUFC – Mat. 12168-1



Pedro Augusto Resende Amorim
Fotógrafo : Flávio Almeida

Mesa Redonda II

Experiências Transformadoras: Trajetórias, Desafios e Inovações nos Museus Universitários

A mesa reuniu profissionais de museus universitários das cinco regiões do Brasil, vinculados a instituições federais, estaduais e privadas. A proposta foi do compartilhamento de experiências inspiradoras, abordando trajetórias institucionais, desafios enfrentados e práticas inovadoras que fortalecem o papel das coleções e dos museus universitários no cenário nacional.

Palestrantes

Paola Haber Maués - Museóloga da Coleção Amazoniana da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Adriana Helena S. Moreira - Professora e Vice-Reitora de Extensão e Comunidade Universitária da Universidade de Fortaleza (Unifor)

Ana Cristina Santoro - Conservadora-restauradora do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG)

Marília Xavier Cury - Professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP)

Noris Mara Leal - Professora do Curso de Museologia e Diretora do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Mediação

Rodrigo Luiz dos Santos - Museólogo e Coordenador do Museu Universitário da PUC/Campinas | Comissão Organizadora Nacional 8FPMU



Paola Maués, Rodrigo Luiz dos Santos, Adriana Helena Moreira, Marília Xavier Cury, Ana Cristina Santoro, Noris Leal - Fotógrafo: Flávio Almeida

TRAJETÓRIAS, TERRITÓRIOS E INOVAÇÃO: EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS NOS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

Rodrigo Luiz dos Santos - coord.museu@puc-campinas.edu.br
Museólogo Responsável e Coordenador do MUPUC-C

À entrada do museu, os sapatos das crianças indígenas permaneciam do lado de fora. A imagem, partilhada ao final de uma das apresentações da mesa, condensou de modo sensível e incontornável o sentido mais profundo dos debates ali travados: o museu universitário, quando verdadeiramente aberto ao diálogo, ao reconhecimento e à escuta, pode deixar de ser apenas espaço de guarda e interpretação para tornar-se também espaço de acolhimento, confiança e pertencimento. Foi sob essa chave, entre trajetórias institucionais, desafios contemporâneos e práticas inovadoras, que a mesa "Experiências Transformadoras: trajetórias, desafios e inovações nos museus universitários" reuniu experiências de diferentes regiões do Brasil, revelando a potência desses museus como lugares de produção de conhecimento, mediação cultural e transformação social.

Durante a realização do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), realizado em Fortaleza, tive a honra de mediar a mesa "Experiências Transformadoras: trajetórias, desafios e inovações nos museus universitários", espaço concebido para promover o compartilhamento de experiências institucionais capazes de evidenciar os múltiplos caminhos pelos quais os museus universitários brasileiros vêm se reinventando.

A proposta da mesa partiu da compreensão de que os museus universitários ocupam uma posição singular no campo museológico. Inseridos no ambiente acadêmico, esses equipamentos são atravessados simultaneamente pelas dinâmicas da pesquisa, do ensino e da extensão, ao mesmo tempo em que se vinculam diretamente aos territórios sociais, culturais e simbólicos em que se inserem. Nesse contexto, suas trajetórias institucionais frequentemente revelam processos de transformação que articulam inovação museológica, construção de conhecimento e compromisso público com a sociedade.

Reunindo profissionais provenientes das cinco regiões do Brasil, vinculadas a instituições federais, estaduais e privadas, a mesa buscou apresentar um panorama plural de experiências que evidenciam diferentes estratégias de gestão de acervos, desenvolvimento de projetos educativos, construção de redes colaborativas e formulação de novas linguagens museológicas. Participaram do debate Paola Haber Maués (UFPA), Adriana Helena Santos Moreira da Silva (UNIFOR), Ana Cristina de Menezes Santoro (MA/UFG), Marília Xavier Cury (MAE/USP) e Noris Mara Leal (Museu do Doce/UFPel), profissionais cujas trajetórias revelam distintos modos de atuação no campo dos museus universitários.

As apresentações evidenciaram, de maneira complementar, como diferentes contextos institucionais produzem respostas específicas aos desafios contemporâneos da museologia universitária.

A museóloga Paola Haber Maués apresentou o caso da Galeria de Arte e da Coleção Amazoniana de Arte da Universidade Federal do Pará, inseridas no processo de revitalização do Complexo Mercedários, no centro histórico de Belém. Sua exposição destacou como a recuperação do antigo Convento dos Mercedários e da Alfândega possibilitará a constituição de um amplo complexo acadêmico e cultural que abrigará cursos, programas de pós-graduação, laboratórios de conservação e novos espaços expositivos.

Nesse contexto, a Galeria de Arte da UFPA e a Coleção Amazoniana de Arte consolidam-se como plataformas de reflexão e articulação de artistas, pesquisadores e estudantes, constituindo um ambiente de experimentação museológica profundamente conectado às questões e experiências da região amazônica. A apresentação também evidenciou os desafios relacionados ao desenvolvimento e gestão de coleções universitárias, especialmente no que diz respeito à documentação e preservação da arte contemporânea e de acervos de moda, áreas que exigem metodologias específicas de conservação, catalogação e comunicação.

A conservadora-restauradora Ana Cristina de Menezes Santoro, do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, apresentou a pesquisa “Memórias de si, dos outros e das coisas: percursos de Edna Taveira por meio de seu arquivo pessoal”, desenvolvida no âmbito de seu doutorado em Antropologia Social. A comunicação abordou o processo de tratamento e organização da Coleção Edna Luísa de Melo Taveira, constituída por documentos textuais, fotografias, registros sonoros, materiais cartográficos e outros suportes documentais que testemunham a trajetória da antropóloga e sua contribuição para a consolidação da antropologia e da museologia no Centro-Oeste brasileiro.

A apresentação destacou o trabalho interdisciplinar desenvolvido no Museu Antropológico da UFG, que articulou procedimentos provenientes da museologia, da antropologia e da arquivologia, resultando na revisão do sistema de documentação institucional e na criação da coleção “Acervo Arquivístico” no sistema Tainacan do museu. Mais do que um processo técnico de organização documental, a pesquisa revelou o legado intelectual e institucional de Edna Taveira, evidenciando o papel das redes acadêmicas, da formação de profissionais e da atuação feminina na consolidação das instituições museológicas brasileiras.

A professora Noris Mara Leal, diretora do Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas, apresentou a trajetória e os desafios da preservação do patrimônio cultural imaterial associado à tradição doceira da região de Pelotas, reconhecida nacionalmente por seus saberes e práticas culinárias. A comunicação evidenciou como o museu universitário emerge de demandas comunitárias e passa a atuar como espaço de salvaguarda, pesquisa e difusão desse patrimônio.

A partir do inventário realizado pelo IPHAN e de diferentes projetos de pesquisa e extensão, o Museu do Doce vem desenvolvendo iniciativas que ampliam a compreensão dessa tradição cultural, incorporando novos olhares sobre temas como a produção de doces na periferia da cidade, os saberes associados às religiões de matriz africana e os processos contemporâneos de produção e circulação desses alimentos. Entre as ações apresentadas destacaram-se projetos participativos de mapeamento de doceiras e doceiros, atividades educativas, exposições colaborativas e iniciativas que articulam patrimônio cultural e sustentabilidade ambiental.

A professora Marília Xavier Cury, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, abordou o tema “Museologia e museus universitários: pensamentos, estruturas e linguagens”, apresentando experiências de trabalho colaborativo com povos indígenas no processo de requalificação de coleções etnográficas. Sua exposição evidenciou como projetos desenvolvidos em parceria com comunidades Kaingang, Guarani Nhandewa, Terena e Krenak vêm transformando a compreensão das coleções museológicas, ampliando o diálogo entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais.

Esses processos de requalificação têm permitido que pesquisadores indígenas participem ativamente da interpretação e da pesquisa sobre os objetos pertencentes às suas culturas, produzindo novas narrativas museológicas e fortalecendo relações de confiança entre o museu e os territórios indígenas. Ao final de sua apresentação, a professora compartilhou uma imagem particularmente significativa: a entrada do museu repleta de calçados de crianças indígenas, deixados do lado de fora antes da visita. A cena, evocando o gesto de entrar em casa com respeito, tornou-se uma poderosa metáfora da transformação das relações entre museus e comunidades originárias.

Por fim, a professora Adriana Helena Santos Moreira da Silva, vice-reitora de Extensão e Comunidade Universitária da Universidade de Fortaleza, apresentou o percurso institucional da Fundação Edson Queiroz e a formação de uma das mais importantes coleções de arte do país. Sua exposição destacou o papel visionário de Airton Queiroz e Yolanda Queiroz na construção de um acervo que reúne obras fundamentais da arte brasileira e internacional, abrangendo do período colonial à produção contemporânea.

A apresentação também evidenciou as estratégias de democratização cultural desenvolvidas pela instituição, como programas educativos voltados a estudantes da rede pública, exposições de grande alcance e iniciativas de pesquisa e documentação do acervo. Nesse contexto, destacou-se o projeto de criação do Museu Airton Queiroz, atualmente em desenvolvimento como parte do Complexo Yolanda e Edson Queiroz, que reunirá museu de arte, biblioteca de obras raras, espaços educativos e áreas culturais integradas ao campus universitário.

Apesar das diferenças institucionais e regionais, as experiências apresentadas ao longo da mesa convergiram em torno de um ponto comum: os museus universitários brasileiros vêm se afirmando como laboratórios de inovação museológica, onde se experimentam novas formas de gestão de acervos, construção de conhecimento e diálogo com a sociedade.

Seja na revitalização de espaços históricos, na salvaguarda de arquivos e coleções, na valorização de patrimônios imateriais, na construção de curadorias colaborativas ou na formação de grandes coleções de arte, as iniciativas apresentadas demonstram que os museus universitários desempenham um papel estratégico na produção de conhecimento e na mediação cultural.

Mais do que preservar objetos, esses museus preservam memórias, redes e experiências, constituindo espaços de encontro entre saberes acadêmicos, práticas culturais e comunidades.

Nesse sentido, a mesa “Experiências Transformadoras” revelou não apenas trajetórias institucionais distintas, mas sobretudo a potência dos museus universitários como lugares de escuta, experimentação e transformação social.

O CASO DA GALERIA DE ARTE E DA COLEÇÃO AMAZONIANA DE ARTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Paola Haber Maués - paolamaues@ufpa.br
Museóloga na Galeria de Arte da UFPA
Coleção Amazoniana de Arte da UFPA

O presente texto é o relato da mesa redonda "Experiências Transformadoras: Trajetórias, Desafios e Inovações nos Museus Universitários", acontecida no dia 26 de agosto de 2025 pela manhã, no Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Ceará, dentro da programação do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários. A experiência escolhida para falar nesta ocasião foi acerca das trajetórias, desafios e inovações da Galeria de Arte da Universidade Federal do Pará (GAU-UFPA) e da Coleção Amazoniana de Arte da UFPA, onde atuo como museóloga e responsável técnica pelo acervo.

Início a fala a partir do marco histórico do ano de 2018, quando o antigo Convento dos Mercedários e da antiga Alfândega foi cedido à UFPA à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em 2018 para o funcionamento de um novo complexo acadêmico e cultural em interação com o Centro Histórico e Comercial de Belém. O conjunto arquitetônico em restauração corresponde ao complexo que congrega a Igreja de Nossa Senhora das Mercês (propriedade da Arquidiocese), e o antigo Convento dos Mercedários (propriedade da União), hoje nomeada de unidade Mercedários UFPA. Construído originalmente em 1640 e refeito em 1748, trata-se de um dos mais importantes conventos coloniais da Amazônia, um dos maiores conjuntos arquitetônicos no contexto da Região Norte do Brasil.

Além das atividades acadêmicas e científicas já em andamento no Mercedários UFPA, o espaço abrigará no ano de 2025 a nova Galeria de Arte da UFPA, uma livraria da Editora da UFPA, o Museu de Ciências do Patrimônio Cultural, um projeto de ensino da Escola de Música da UFPA, e um novo auditório com capacidade para 175 pessoas. As obras seguem até junho de 2027, com a etapa de restauro focada na Igreja de Nossa Senhora das Mercês e seus bens integrados.

A Coleção Amazoniana de Arte da UFPA, em breve depositada no novo espaço da GAU, contará com Reserva Técnica museológica, porém hoje está disposta em três espaços universitários: o Museu da UFPA e o Programa de Pós-Graduação em Arte da UFPA, abrigando a Seção Artes Visuais; e a Reserva Técnica do Curso de Museologia, com a Seção Moda. Hoje, a Coleção Amazoniana conta com 160 itens na Seção Artes Visuais, e 729 itens na Seção Moda. A Amazoniana tem como missão estabelecer um ambiente de reflexão e articulação de artistas, obras, metodologias e pensamentos a partir de questões e experiências na/da região amazônica, buscando visibilizar processos e constituir acervo em uma instituição de relevância local, em consonância com a produção artística que se manifesta neste território e sua complexidade, para além dos estereótipos.

A coleção iniciou-se no ano de 2012, com a abertura da exposição "Amazônia, lugar da experiência"[1], realizada a partir do Prêmio Procultura de Estímulo às Artes Visuais - Categoria D. Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça 2010. Este prêmio previa contribuir com o incentivo ao pensamento crítico, à produção artística contemporânea, como também às instituições culturais a que se destinam estes prêmios, permitindo a incorporação sistemática de obras às coleções, se configurando como uma política pública do Ministério da Cultura voltada para aquisição e formação de acervos museológicos. Desta maneira, o planejamento da exposição foi o marco para o início do desenvolvimento da Seção Artes Visuais da coleção, com a doação de 63 itens neste momento.

Em 2014, com o fechamento do ateliê do estilista André Lima iniciou-se o processo de musealização do seu acervo pessoal, composto por roupas de desfiles, provas-piloto, acessórios, documentos, imagens, etc., sendo realizado um plano curatorial para doação do acervo em forma de conjuntos direcionados para Anhembi-Morumbi (SP), Museu da FAAP (SP), Museu de Arte do Rio de Janeiro (RJ) e Amazoniana, o que inaugura a Seção Moda da coleção, com a entrada de 729 itens.

Desde o final de 2019, foi iniciada a parceria com a equipe do projeto Tainacan (UnB) para implementação do repositório digital da Amazoniana, que está hospedado no site da UFPA, com previsão para lançamento para o público em geral. Esta parceria foi fundamental para o desenvolvimento dos metadados que estão sendo utilizados em nosso banco de dados, pois foram realizadas reuniões de trabalho com os profissionais multidisciplinares do projeto, que realizaram uma escuta atenta e diagnóstico da coleção de forma complexa, para que então fosse desenvolvida conjuntamente a nossa primeira ficha catalográfica, que naturalmente é atualizada e/ou complementada com o avanço dos trabalhos.

Como forma de dar prosseguimento com o processo de catalogação e digitalização da Seção Moda, em 2022 iniciou-se o projeto de extensão 'Amazoniana Documenta', que tem como parceiros docentes e discentes de dentro e fora da universidade, e está promovendo a documentação, salvaguarda e organização do acervo e da sua Reserva Técnica na Escola de Museologia da UFPA.

Com o segundo ano do projeto em andamento, conseguimos recrutar e realizar formação para diversos discentes que atuam como colaboradores voluntários, além da bolsista. Desenvolvida a primeira etapa, que foi crucial para a realização dos objetivos do projeto, pelo menos parcialmente, hoje é possível desenvolver o trabalho de forma mais fluida e com metodologia mais consolidada, percebendo que os colaboradores conhecem todas as etapas empreendidas no processo de conservação preventiva e documentação, sempre sob a supervisão das museólogas coordenadoras do projeto.



Labirintos
Vitória Barros, 2020, Pintura
140 x 90 cm
Acervo da Coleção Amazoniana de Arte da UFPA

As últimas doações realizadas foram desde a exposição "Delírio tropical"[2], das quais apresento a obra de Vitória Barros, artista nascida em Araguaína-Tocantins, e que vive em Marabá-Pará. É inspirada nas florestas da mata ciliar dos rios Itacaiúnas e Tocantins, que se encontram poucos metros acima de onde a artista mora há cerca de 40 anos, que Vitória admite que tem se transformado em uma área urbana.

A Coleção Amazoniana tem relevância por agregar processos e obras frutos da experiência de criar e pensar a arte a partir da região, e desdobrar seu conjunto por meio de pesquisa e procedimentos de extroversão, consolidando-se como uma das mais significativas coleções universitárias de arte contemporânea da e sobre a Amazônia, buscando contemplar múltiplas identidades, além da diversidade, cultura, história, patrimônio, memória e experiência estética da região. Com o novo espaço em fase de implementação, a Galeria de Arte e a Coleção Amazoniana serão importantes espaços para reflexão e debate sobre as questões de arte, política, sociedade, ecologia, diversidade e acessibilidade, a partir do viés do pensamento amazônico. Para concluir, afirmo que os maiores desafios enfrentados são, no geral, o desenvolvimento e gestão de coleções e museus nas universidades, e em específico, a documentação e preservação da arte contemporânea e acervos de moda.

[1] Exposição "Amazônia, lugar da experiência". Curadoria Orlando Maneschy. Assistente de curadoria Keyla Sobral. Museu da Universidade Federal do Pará, Espaço Municipal Cine Olympia e intervenção urbana na rua da Marinha. Período de 04 de outubro de 2012 a 06 de janeiro de 2013.
[2] Exposição "Delírio tropical". Curadoria Orlando Maneschy, Keyla Sobral. Pinacoteca do Estado do Ceará. Período de dezembro de 2024 a junho de 2025.

Mesa Redonda III

Código Ética para os Museus

A mesa propôs uma reflexão sobre os princípios éticos que orientam a atuação dos museus e de seus profissionais, a partir dos fundamentos previstos no Código de Ética do ICOM e no Código de Ética do Museólogo, do COFEM. Foram discutidos seus desdobramentos no contexto brasileiro e os desafios contemporâneos para uma prática museológica ética, responsável e socialmente comprometida.

Palestrantes
Luciana Menezes de Carvalho - Vice-Presidenta do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM BR)
Rita de Cássia Mattos - Presidenta do Conselho Federal de Museologia (COFEM)

Mediação
Aline Escandil de Souza - Museóloga e Presidenta do Conselho Regional de Museologia - 3ª Região (COREM 3R)



Luciana Menezes de Carvalho, Rita de Cássia Mattos e Aline Escandil
Fotógrafo: Flávio Almeida

PREFÁCIO

Aline Escandil de Souza

A Mesa Redonda 3, dedicada ao debate sobre o Código de Ética para os Museus, no 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, da qual fui mediadora, constituiu-se como um momento singular de encontro, diálogo e articulação entre instituições fundamentais para o campo da Museologia. Ao reunir, em um mesmo espaço, reflexões sobre a ética nos museus e sobre a ética profissional dos museólogos, o debate evidenciou a importância de compreender essas dimensões de forma integrada e indissociável.

De um lado, os princípios éticos que orientam a atuação dos museus, fundamentados no Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), reforçam o compromisso dessas instituições com a sociedade, com a preservação do patrimônio e com práticas socialmente responsáveis. De outro, o sistema COFEM/COREMs, por meio de seu Código de Ética, reafirma o papel do museólogo enquanto profissional comprometido com valores éticos, técnicos e políticos que orientam sua atuação nos mais diversos contextos institucionais. A articulação entre essas duas instâncias mostrou-se essencial para pensar a Museologia no cenário contemporâneo brasileiro, especialmente no âmbito dos museus universitários.

A contribuição de Luciana Menezes de Carvalho, vice-presidenta do Comitê Brasileiro do ICOM (ICOM Brasil), e de Rita de Cássia Mattos, presidenta do Conselho Federal de Museologia (COFEM), trouxe densidade, clareza e profundidade ao debate. Suas falas evidenciaram os desafios enfrentados atualmente pelos museus e pelos profissionais da área, ao mesmo tempo em que apontaram caminhos possíveis para uma prática museológica ética, crítica e socialmente comprometida, alinhada às transformações e demandas do tempo presente.

Encerrando o 8º Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), esta mesa redonda consolidou-se como um espaço agregador e enriquecedor, ampliando horizontes de reflexão e reafirmando a relevância dos museus universitários como territórios de produção de conhecimento, formação profissional e compromisso público. Participar deste encontro e dialogar com referências tão significativas da Museologia contemporânea reforça a necessidade de continuarmos pensando, coletivamente, os rumos da Museologia nos dias atuais, a partir da ética como princípio estruturante de nossas práticas e instituições.

MESA: CÓDIGO DE ÉTICA PARA OS MUSEUS

Rita de Cassia de Mattos – Presidente COFEM

No Brasil há dois Códigos de Ética para a área dos Museus – o Código de Ética do Conselho Federal de Museologia - COFEM e o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus – ICOM. O COFEM reconhece e recomenda que os museólogos sigam as normas internacionais com relação às suas funções de trabalho, mas estão pessoal e profissionalmente subordinados ao Código de Ética do Conselho Federal de Museologia, que normatiza e disciplina o exercício da profissão em todo o território nacional.

O enfoque dessa apresentação situa-se na discussão sobre os princípios éticos aos quais o museólogo está submetido ao longo do seu exercício profissional, na observação e cumprimento do Código de Ética do COFEM.

De acordo com Costa e Valente(2008) as entidades de fiscalização profissional atuam em favor da sociedade e não do profissional. No exercício de sua função, os Conselhos de Fiscalização, têm uma responsabilidade social muito grande, pois devem zelar pela preservação de dois aspectos essenciais, que são a ética e a habilitação técnica adequada para o exercício profissional. Com a publicação da Lei 7.287/1984 e do Decreto 91.755/85, que regulamentou, oficialmente, a Museologia como profissão, o Governo Federal, autorizou a criação do Conselho Federal e Regionais de Museologia, e concedeu, por delegação, ao COFEM, a atribuição de órgão normativo, com a missão de orientar e disciplinar o exercício da profissão de Museólogo. Compete aos COREMs, organizados nas suas jurisdições, a responsabilidade pelo registro e pela orientação e fiscalização do profissional museólogo, que atua nas instituições públicas e privadas.

Quais são os desafios contemporâneos para uma prática museológica ética, responsável e socialmente comprometida, nos museus? Museus têm potencial para a construção e desenvolvimento de políticas que contribuam para a qualidade de vida. São agentes facilitadores da reflexão e do pensamento crítico. Os museus, abrigam inúmeras profissões, saberes operativos que trabalham de forma multidisciplinar, garantindo que a instituição alcance sua missão maior, que é preservar e comunicar para a sociedade, o patrimônio sob sua guarda, mas, sob a coordenação do profissional que recebe a formação específica para atuar nessa área - o museólogo. O processo de trabalho do museólogo, desenvolvido de forma ética, o coloca ao lado do sujeito do patrimônio a ser preservado, pois ele está a serviço da comunidade. Essa é a sua maior missão: colaborar na promoção de atividades, de reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos levando-os a se tornarem sujeitos de sua própria história. O trabalho deve ser realizado através de uma reflexão crítica e questionadora, com a finalidade de levar o indivíduo a sentir-se integrado na sua comunidade.

Os cursos de graduação em Museologia preparam os alunos a tornarem-se profissionais aptos a cumprirem todas as funções previstas no Art. 3º da lei 7287/1984. De posse da sua Certificação de Responsabilidade Técnica, o Museólogo comprova que os projetos ou serviços técnicos de Museologia realizados por ele, possuem um responsável devidamente habilitado e com situação regular perante o Conselho para realizar tais atividades. Não há, nisso, qualquer corporativismo. Respeitar os limites das atuações profissionais também é um dos aspectos da ética profissional.

No Brasil, a maioria dos museus está na esfera pública e cabe ao Governo, em quaisquer das suas instâncias, cumprir a Constituição Federal, uma vez que ela determina que a ascensão aos órgãos públicos se dá por meio da realização de concursos públicos. A Plataforma Museusbr do Ibram apresenta ao público, diariamente, essa realidade. Em consulta, à plataforma[20/08/2025] havia 4024 museus, sendo 3636 abertos e 388 fechados. No indicador museus públicos, existem 420 federais, 635 estaduais e distritais e 1561 municipais. Inseridos nesse Universo, existem centenas de museus universitários. **Mas, na maioria dessas instituições não há museólogos**. Há outro dado preocupante na Plataforma Museusbr: consta que 386 instituições se encontram fechadas. O dado corresponde a 9,64% do total de registros, sem a indicação de sua natureza jurídica, se são públicas ou privadas. Mas, independentemente desse filtro, mesmo que se considere um percentual numérico baixo, esse conjunto é uma parte representativa do patrimônio cultural e museológico brasileiro, cujos acervos estão inadequadamente tratados, o que caracteriza, por parte das instituições a que estão ligados, um agravante à ética profissional, na medida em que não dão cumprimento à legislação específica da área museológica brasileira.

Isto nos traz de volta ao tema desta mesa. Do ponto de vista da ética e da prática profissional como deve ser a atuação do Museólogo?

Ética, palavra de origem grega (*éthike, de ethikós*) diz respeito aos costumes, ao caráter, ao comportamento do homem na sociedade a partir das escolhas que ele faz. Ele é ético quando cumpre com os valores da sociedade em que vive e não ultrapassa esses limites. A função da ética é manter a ordem social. A palavra moral vem da palavra latina, *moris,* e sua função é estabelecer as regras de uma sociedade.

Glock e Goldim (2003), estudiosos da ética social e profissional chamam a atenção para a importância da proximidade e da distinção entre três áreas do conhecimento: Ética, Moral e Direito, distintas, mas interligadas entre si. Moral, do latim moris e Direito, directum, também de origem latina significam aquilo que é reto. As duas possuem regras que visam estabelecer padrões de comportamento para o homem no meio em que ele se estabelece. Essas normas são de tal importância que não se compreende nenhuma sociedade sem seu conjunto de regras (Aranha e Martins,1993).

E quando se começa a pensar na ética profissional? De acordo com Glock e Goldim (2003) o comportamento ético pessoal deve seguir a vida profissional. O profissional já deve trazer consigo um conjunto de valores que se completam com aqueles adotados no seu local de trabalho. Normalmente, esse cuidado deve iniciar-se na juventude, quando ocorre a fase de escolha das profissões, apoiado num conjunto de práticas que antecedem a sua chegada ao mercado de trabalho. Por isso é essencial que os acadêmicos de Museologia conheçam o Código de Ética de sua profissão e o coloquem em prática durante a vida acadêmica, nos estágios, para que, na formatura, quando pronunciarem o seu Juramento, as palavras estejam plenas de sentido e comprometimento com a sua profissão. A ética profissional é para todos, independentemente de cargo e posição do profissional.

O Código de Ética do Sistema COFEM/COREMs.

Em 28 de agosto 2021, durante a 62ª AGO do Sistema COFEM/COREMs, foi aprovado o novo Código de Ética, substituindo o antigo, de 1992, que estava totalmente defasado. Foi discutido internamente e após a aprovação da última versão, foi levado à Consulta da Classe e as contribuições recebidas foram analisadas por uma Comissão, Aquelas que completavam o texto foram incorporadas à redação final.

O museólogo, ao constatar qualquer situação contrária ao que prevê o Código de Ética do Conselho deve comunicar o problema ao COREM de sua jurisdição. A denúncia deve ser formalizada e o sigilo é garantido ao profissional.

A Comissão de Ética Profissional é convocada quando há situações de desrespeito ao Código, para apreciar e instruir os processos de recursos interpostos das decisões proferidas pelas Comissões Regionais de Ética Profissional ou mesmo do COFEM. O tempo de trabalho dessa Comissão pode variar, de acordo com a situação. Os trabalhos da Comissão são independentes e todos os seus componentes são, obrigatoriamente, Conselheiros Federais, efetivos ou suplentes, sob a coordenação de um efetivo.

Cada COREM tem sua Comissão de Ética que analisa, avalia as situações de desrespeito ao Código de Ética que são levados para julgamento do plenário de seu Regional. O profissional, uma vez julgado, e aplicada a pena, pode ou não entrar com recurso, que é encaminhado para o COFEM, cuja Comissão de Ética analisa e avalia esse recurso, levando o resultado para julgamento do Plenário do Federal. O COFEM é a última instância de recurso administrativo. Caso o profissional não concorde com o julgamento do recurso, poderá, se quiser, entrar na justiça.

Dados confidenciais do Conselho, dos colegas, dos superiores ou quaisquer outras informações relevantes, não devem ser compartilhados fora do Conselho, às vezes nem mesmo dentro dele, apenas entre as pessoas com delegação para tal conversa. Tudo é tratado de forma absolutamente profissional. Alguns assuntos são confidenciais, por segurança. Informações sigilosas estão protegidas por lei e, caso algum profissional quebre este protocolo, está sujeito à Comissão de Ética dos COREMs ou do COFEM. Entre os Conselheiros Federais, como nos regionais há um compromisso de não se reproduzir nada do que é dito sobre quaisquer questões tratadas nas suas reuniões. O Código de Ética Profissional do Museólogo, está disponívelno site do COFEM: https://cofem.org.br/wp-content/uploads/2021/09/2021_08_28_Res-63_Codigo-de-Etica.pdf

Os aspectos enfocados se relacionam a:

- **Cap.I e II**: Princípios Fundamentais aos quais o Museólogo deve atender: princípios éticos e morais no exercício da sua profissão, denunciando todo e qualquer ato lesivo à prática museológica, mas sem ser fofoca. O profissional Museólogo deve atuar com liberdade e autonomia na realização de trabalhos a ele confiados, mantendo sempre o compromisso com a qualidade do trabalho prestado em instituições e, consequentemente, para com a sociedade. Deve reconhecer e respeitar seu Conselho (COFEM/COREMs) como órgão de regulação e fiscalização do exercício das práticas museológicas.
- **Capítulo III**: Trata dos Deveres do Museólogo: aqueles ligados à sua conduta profissional individual, aos seus deveres para com os colegas(muito cuidado com aqueles comentários aparentemente inofensivos!); em relação à suaconduta com a classe. O Art.10, alerta para o que não é permitido ao Museólogo fazer. O Art.11 normatiza a conduta do Museólogo com o público e por fim, o Art. 12, trata da relação do Museólogo com o patrimônio, demarcando, fortemente, o papel do profissional na defesa do patrimônio, seja em que situação ou instância for.
- **Capítulo IV**: Trata dos Direitos do Museólogo. Esse capítulo tem especial importância pois trata de questões que visam defender o trabalho do Museólogo com um dos itens mais importantes: os assédios, sejam eles de quaisquer modalidades, previstos também em legislação correlata. Muitas vezes o profissional passa por situações de assédio moral, no trabalho com comentários que desmerecem o seu exercício profissional, e, por medo de perder o trabalho, permanece calado, não recorrendo ao seu Conselho, e este só pode se pronunciar se tomar conhecimento do fato.
- **Capítulo V**: Trata das infrações e penalidades, com as dosimetrias para as penas, que devem ser aplicadas nos casos que forem tipificados e para isso conta com uma Comissão de Ética criada e normatizada pelo seu Código, e por legislação apropriada que é a RESOLUÇÃO COFEM Nº 64, de 28 de agosto de 2021 , que "Aprova o Código dos Processos Administrativo, Disciplinar e Ético do Sistema COFEM COREMS." , disponível no link : [https://cofem.org.br/wp-content/uploads/2021/09/2021_08_28_Res-COFEM-64_2021-codigo-proc-etico-disciplinar.pdf]

É muito importante que os museólogos conheçam a legislação da sua profissão (Lei, Decreto, Código de Ética e as Resoluções, entre outros).Ela está inteiramente disponível no site do Conselho(http://cofem.org.br).

O museólogo ético respeita a sua legislação. Mesmo assim, após 40 anos de regulamentação do Sistema COFEM/COREMs ainda é comum algumas práticas desrespeitosas entre profissionais. E enquanto essas práticas continuarem a acontecer nós não nos fortaleceremos como profissão, e se essas práticas não chegarem aos COREMs ou ao COFEM sob a forma de denúncia, o Sistema não pode atuar.

Para encerrar, as Diretorias do Sistema COFEM /COREMs têm como meta trabalhar por uma instituição onde o museólogo possa sentir-se valorizado e encontre proteção institucional para sua atividade profissional, mas para isso precisa que o Museólogo colabore com o Conselho. Trabalhar na museologia e com a museologia é um desafio diário para nós, museólogos, e para os demais profissionais de museus. É importante que busquemos atuar de forma ética sem desrespeitar o espaço de atuação do outro. Nós não podemos deixar de ver o caminho e a história que já construímos, mas precisamos olhar para frente e ver e o que ainda precisamos e iremos construir. Mas, não no esqueçamos: museu com museólogo, é legal!

Referências Bibliográficas

ARANHA. Maria Lucia. MARTINS.MARIA HELENA P. Filosofando. Introdução à Filosofia. 2ed.- São Paulo : Moderna,1993, p. 274.

Brasil. CÂMARA DOS DEPUTADOS. COSTA. Beatriz Rezende Marques ; VALENTE, Manoel Adam Lacayo. Responsabilidade social dos conselhos profissionais. Biblioteca Digital, [BSB].DF,2008.

Brasil. CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. Código de Ética Profissional do Museólogo. Disponível em: https://cofem.org.br/wp-content/uploads/2021/09/2021_08_28_Res-63_Codigo-de-Etica.pdf. Acesso em 18 ago. 2025.

Brasil. CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. RESOLUÇÃO COFEM Nº 64, de 28 de agosto de 2021, Aprova o Código dos Processos Administrativo, Disciplinar e Ético do Sistema COFEM COREMS. Disponível em: https://cofem.org.br/wp-content/uploads/2021/09/2021_08_28_Res-COFEM-64_2021-codigo-proc-etico-disciplinar.pdf. Acesso em 18 ago. 2025.

Brasil. UFBA. Projeto político Pedagógico Curso de Museologia. Disponível em: http://www.museologia.ffch.ufba.br/sites/museologia.ffch.ufba.br/files/curriculo_museologia_2011-1.p.3.pdf. Acesso: em 07 jul 2019.

Brasil. UFG. Projeto Pedagógico do Curso de Museologia, p. 8. 2014. Disponível em: https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CEPEC_2014_1310.pdf. Acesso em: 07 jul 2019.

Brasil. UNIRIO. Escola de Museologia. Proposta de alteração da matriz curricular do curso de museologia (turno integral) e de implantação do curso de museologia no turno da noite. RJ. 2010.

CASTRO. Ana Lucia S.de. Informação, Ética e Museu: uma aproximação conceitual Data Grama ZERO V.6, N2 2005. Disponível em http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11605 acesso em 07 jul 2019.

GLOCK, RS, GOLDIM JR. Ética profissional é compromisso social. Mundo Jovem. PUCRS, Porto Alegre), 2003.

GOLDIM. José Roberto. Ética, Moral e Direito. Disponível em : https://www.ufrgs.br/bioetica/eticmor.htm. Acesso em 05 jul 2019.

JUPIASSÚ. Hilton, MARCONDES, Danilio. Dicionário básico de Filosofia. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1996.

LEITE. Alice Iana Tavares; Hellen Gomes e Claudino, Sérgio Ribeiro dos Santos. A importância de ser ético na enfermagem: da teoria à prática. In: Cogitare Enferm 2009 Jan/Mar; 14(1):172-7. Acesso em 05 jul 2019.

MARQUES. José Roberto. A importância da conduta ética no trabalho. Postado em 05 de julho de 2018. Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/comportamento/importancia-conduta-etica-trabalho/ acesso em 07 jul 2019.

_____. Falta de Ética no Trabalho: como falar sobre o tema com seus profissionais. Postado em 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.jrmcoaching.com.br/blog/falta-de-etica-no-trabalho-como-falar-sobre-o-tema-com-os-novos-profissionais-da-sua-equipe/. Acesso em 07 jul 2019.

MORÁS. Nicole Sberse. Reflexões para uma comunicação organizacional museológica alinhada ao Código de Ética para Museus Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2351-1.pdf. Acesso em 07 de jul 2019.

CÓDIGO DE ÉTICA PARA OS MUSEUS: UMA REFLEXÃO SOBRE RESILIÊNCIA MUSEAL

Luciana Menezes de Carvalho

Resumo

O ponto de partida desta reflexão remonta a uma palestra proferida na Semana Nacional de Museus, em maio, no Museu Naval, ocasião em que abordamos o tema da resiliência em diálogo com a proposta do ICOM sobre o futuro dos museus em sociedades em rápida e profunda transformação. Ao tratar do Código de Ética de Museus neste fórum, retomamos aquele ensaio inicial sobre resiliência como chave conceitual para pensar os desafios éticos e institucionais do campo museal no século XXI. O conceito é fundamentado em perspectiva psicológica, a partir da dissertação de Juliana Mendanha Brandão (2009), que contribuiu para delimitar suas origens e aplicações. O presente texto se estrutura em três partes: uma introdução à noção de resiliência; uma síntese da última versão do Código de Ética em discussão; e, por fim, uma reflexão que relaciona o conceito de resiliência aos dilemas contemporâneos da prática museológica e às possibilidades de fortalecimento ético das instituições museais.
Palavras-chave: Museu. Resiliência. Código de Ética do ICOM para museus.

Abstract

The starting point of this reflection dates back to a lecture delivered during National Museum Week in May at the Naval Museum, where the theme of resilience was discussed in dialogue with ICOM's proposal on the future of museums in societies undergoing rapid and profound transformation. When addressing the ICOM Code of Ethics for Museums in this forum, that initial essay on resilience was revisited as a conceptual key to thinking about the ethical and institutional challenges faced by the museum field in the 21st century. The concept is grounded in a psychological perspective, based on Juliana Mendanha Brandão's (2009) master's dissertation, which helped delineate its origins and applications. This paper is structured into three parts: an introduction to the notion of resilience, a synthesis of the most recent version of the ICOM Code of Ethics under discussion, and, finally, a reflection connecting the concept of resilience to contemporary dilemmas in museum practice and the ethical strengthening of museum institutions.
Keywords: Museum. Resilience. ICOM Code of Ethics for Museums.

Considerações iniciais

Agradeço imensamente o convite feito ao ICOM Brasil para estabelecer uma parceria para o 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, e aqui nomeio em especial os meus colegas de conselho do ICOM Brasil Graciele e Maurício, espaço esse qualificado para tratar de um tema muito importante – e no auge do debate – que é o código de ética do ICOM para museus. Em especial sou grata pelo fato de ser uma profissional que atua em museus universitários, por acaso do destino, mas cuja atuação é constituinte e estruturante da minha atuação profissional. Tenho muito orgulho dessa trajetória que me permitiu alinhar, de maneira particular, com minha outra atuação na Museologia, que é justamente a de quem não consegue parar de pensá-la e como essa disciplina se configura, seus desdobramentos e todas as provocações que tanto a teoria quanto a prática me fazem. E isso fará com que eu siga, aqui, um caminho entre a apresentação da discussão do código de ética do ICOM para museus e minha reflexão e contribuição analítica sobre isso.

Meu ponto de partida começou no mês de maio deste ano, quando eu dei uma palestra na Semana Nacional de Museus, organizada pelo Museu Naval e que aconteceu na Ilha Fiscal, onde eu me detive numa reflexão sobre resiliência para abordar o tema proposto pelo ICOM: o futuro dos museus em sociedades rápida, profunda transformação. E quando eu fui convidada para falar do código de ética de museus para este fórum, eu voltei a esse breve ensaio que eu fiz sobre resiliência, pois percebi que eu poderia retomá-lo aqui para destacar alguns pontos que vem me incomodando – e no sentido positivo, reflexivo – sobre o cenário que vivemos e os desafios do século XXI que invariavelmente esbarram na construção de um código de ética para museus.

Para construir esse ensaio, eu precisei sair um pouco do que o senso comum chama de resiliência e ir para alguma definição que fosse minimamente qualificada (a partir de um olhar científico e acadêmico), principalmente porque estamos num cenário em que essa palavra – apesar de muito recente no nosso vocabulário – tem sido usada de forma desmedida, tanto no cotidiano como no meio acadêmico: já ouvimos falar de resiliência cultural, ambiental, de materiais entre outras. Nessa busca, fui conduzida para leituras do que significa resiliência no âmbito da Psicologia, e encontrei justamente o que eu queria: um trabalho acadêmico que se debruçou sobre esse conceito, traçando suas origens, usos e apontando um caminho para compreensão e pesquisa sobre resiliência para a Psicologia, que é uma dissertação de mestrado intitulada “Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões”, da psicóloga Juliana Mendanha Brandão (2009). A leitura dessa dissertação foi fundamental para a compreensão desse conceito.

A palestra foi estruturada da seguinte forma: 1) apresento, brevemente, esse ensaio sobre a resiliência; 2) em seguida, um breve resumo da última versão para discussão do código de ética[1]; e, nas considerações finais, trarei uma conexão com a reflexão que traço sobre resiliência, a partir dos atuais desdobramentos desse documento.

1)Sobre resiliência: entre a adaptação e a superação

Brandão (2009) introduz o conceito de resiliência mostrando que ele carrega diferentes sentidos e interpretações: da elasticidade que resiste sem quebrar à ideia de renascer das cinzas. Embora muito difundido em discursos populares e até na autoajuda, no campo acadêmico ainda não há consenso sobre sua definição, o que gera, segundo a autora, interpretações variadas. Alguns a associam à força de quem não se abala diante das adversidades, outros ao processo de superação após dado impacto.

Ela aponta também diferenças regionais: nos países anglo-saxões, resiliência é tratada como um termo cotidiano, sem questionamento de sua origem; já em contextos latinos, buscou-se a etimologia ligada à física, isto é, a ideia de "retornar ao estado anterior". Essa divergência de visões evidenciava a necessidade de clareza conceitual: afinal, estamos falando de adaptação ou de superação? São esses dois polos que a autora destaca como fundamentais para orientar pesquisas e práticas futuras.

A autora (2009) discute, portanto, os sentidos atribuídos à resiliência a partir desses dois polos: adaptação e superação. O polo da adaptação compreenderia a capacidade de se ajustar às adversidades, desenvolvendo comportamentos socialmente aceitos que permitem a sobrevivência, mas sem gerar mudanças significativas ou crescimento. Esse enfoque, contudo, pode ser problemático: em contextos de violência ou regimes autoritários, a adaptação pode significar conformidade ou até uma "sobrevivência subjugada". Por isso, ela defende que esses casos sejam chamados e analisados como "robustez" ou *hardiness*, entendida como um traço de personalidade que ajuda a suportar tensões.

Já o polo da superação compreende a resiliência como um processo transformador: não se trata de retornar ao estado anterior, mas de se reconstruir em outro patamar de desenvolvimento, mais preparado para novos enfrentamentos. Aqui, a resiliência é vista como experiência de crescimento diante das crises, elaborando simbolicamente o trauma e dando novos sentidos à vida.

[1] Até o momento, em agosto de 2025. Outra versão foi enviada para discussão em outubro de 2025, no momento do envio do texto para publicação.

Nesse contexto, Brandão (2009) reforça que a resiliência deve ser compreendida como processo e não apenas como característica inata. Ela envolve enfrentamento, abalo e superação, com crescimento posterior. A adaptação, longe de ser descartada, pode até servir como etapa para a resiliência, desde que acompanhada da capacidade de enxergar adversidades como desafios, de se engajar e de assumir algum controle. Assim, a resiliência não é privilégio de poucos: pode ser desenvolvida por qualquer pessoa ou instituição.

Ao relacionar essas ideias ao campo museal, observo que muitos museus se posicionam principalmente no polo da adaptação. Ou seja, buscam se adequar às demandas de um mundo em mudança — nas esferas políticas, sociais, ambientais ou culturais — para não se tornarem obsoletos. Essa postura garante sua sobrevivência, mas nem sempre implica empatia profunda com os sofrimentos sociais ou disposição de se reconhecer como parte dos problemas que atravessam a sociedade. Assim, criam-se instituições "robustas", voltadas à manutenção, mas raramente abertas a uma transformação estrutural de seu *ethos* e visão de mundo (Geertz, 2008).

Ainda, referenciando Grotberg (2005 apud Brandão 2009), Brandão cita ipsis litteris a organização dele de fatores de resiliência ou estratégias de enfrentamento, que incluiriam "habilidades interpessoais e de resolução de conflitos, apoio social e força intrapsíquica" (BRANDÃO, 2009, p. 116-117). Em paralelo proponho, nesta tabela, o meu *check-list* para entender se minha prática museal consegue avançar na direção da resiliência e, portanto, manter-se atual neste cenário de rápidas mudanças.

Indivíduo **(Grotberg, 2005, p. 17 apud Brandão, 2009)**	**Museu (Carvalho, 2025)**
"Eu tenho"	
"Pessoas do meu entorno em quem confio e que me querem incondicionalmente"	Instituições – sejam superiores e/ou externas - de confiança e que estão comprometidas com o bem-estar da minha instituição.
"Pessoas que me põem limites para que eu aprenda a evitar os perigos ou problemas"	Instituições reguladoras ou de reflexões sobre práticas museais que orientam sobre os riscos e cenários desfavoráveis para os museus.
"Pessoas que me mostram, por meio de sua conduta, a maneira correta de proceder"	Instituições reguladoras ou de reflexões sobre práticas museais com compromisso ético e profissional.
"Pessoas que querem que eu aprenda a me desenvolver sozinho"	Instituições – sejam superiores e/ou externas – que promovam minha autonomia museal.
"Pessoas que me ajudam quando eu estou doente, ou em perigo, ou quando necessito aprender"	Instituições – sejam superiores e/ou externas – que poderão ser suportes para as crises que a minha instituição possa vir a enfrentar.

"Eu sou"	
"Uma pessoa pela qual os outros sentem apreço e carinho"	Uma instituição reconhecida pelo meu público-alvo ou comunidade.
"Feliz quando faço algo bom para os outros e lhes demonstro meu afeto"	Uma instituição acolhedora e sensível ao meu visitante e/ou coletivo.
"Respeitoso comigo mesmo e com o próximo"	Uma instituição que respeita meu corpo técnico e todos os stakeholders (partes envolvidas).
"Eu estou"	
"Disposto a me responsabilizar por meus atos"	Disposta a me responsabilizar por meus atos, sem terceirizar a minha culpa ou mesmo me justificar.
"Certo de que tudo sairá bem"	Segura que, esperançando, posso ser parte de um mundo melhor.
"Eu posso"	
"Falar sobre coisas que me assustam ou inquietam"	Chamar para o debate tudo que foge da minha compreensão institucional, principalmente aquilo que considero polêmico e sensível, dentro do meu recorte.
Procurar a maneira de resolver os problemas	Desenvolver a habilidade de resolução dos problemas, ouvindo todas as partes interessadas.
Controlar-me quando tenho vontade de fazer algo errado ou perigoso	Agir de forma coerente e responsável, evitando deslizes e/ou rotas fáceis.
Procurar o momento certo para falar com alguém	Desenvolver a habilidade de uma comunicação não violenta, seja interna ou externa.
Encontrar alguém que me ajude quando necessito	Ser capaz de reconhecer minhas fragilidades institucionais e recorrer a suportes externos.

Na reta final de sua dissertação, Brandão propõe que "[...] a resiliência não seja tomada como organização durável e estruturada" (BRANDÃO, 2009, p. 118-119), isto é, não como uma fórmula certa, pensando que as estratégias de enfrentamento precisam ser também adaptadas a cada situação; e que novas estratégias podem ser aprendidas. O que apresento acima é um breve resumo de um ensaio, um começo na busca de uma postura que avance da adaptabilidade – que até então pensei ser suficiente ou mesmo resiliente – na direção de uma recuperação/superação de crises que possam promover meu crescimento como profissional de Museologia e responsável por uma instituição museal que, por sua vez, também pode crescer, aprender e ser efetivamente resiliente.

E aqui, eu suspenso temporariamente essa discussão para apresentar brevemente a última versão em debate do código de ética para museus.

2) Por um código de ética para museus para o século XXI

Nas próprias palavras do ICOM (2025), cuja tradução resumida da apresentação do código segue:

> "O Código de Ética para Museus é uma pedra angular. Como indicado em seus Estatutos, o ICOM estabelece princípios éticos baseados em valores profissionais amplamente reconhecidos pela comunidade museológica internacional. Práticas fundamentadas na integridade, responsabilidade, equidade, respeito mútuo, abertura, transparência e prestação de contas são essenciais para garantir que os museus protejam e promovam o patrimônio, gerem confiança e prestem serviço ao público. [...]. Todos os membros do ICOM concordam em cumprir este Código como condição para serem membros da instituição. [...] Cada um dos cinco princípios fundamentais do Código de Ética do ICOM para Museus é igualmente importante para a criação e o funcionamento de museus sustentáveis e inclusivos. [...] O Código de Ética do ICOM possui uma história de quase 40 anos, iniciando-se com o Código de Deontologia Profissional do ICOM, aprovado pela 15ª Assembleia Geral do ICOM, realizada em Buenos Aires (Argentina), em 4 de novembro de 1986".

A necessidade da discussão da atualização do código de ética se deu de forma continuada à discussão e homologação da nova definição de museus, ocorrida em 2022. Desde então, iniciou-se um processo de consulta aos Comitês Nacionais e Internacionais, cuja quarta e última consulta gerou, para análise, a versão aqui discutida. Essa versão foi estruturada em cinco eixos, cujos princípios estão traduzidos, seguidos de uma síntese de cada item:

> 1. SOCIEDADE: Museus a serviço da sociedade
>
> Princípio: Os museus prestam serviço à sociedade sendo acessíveis e inclusivos, colaborando com comunidades diversas para proteger e interpretar o patrimônio material e imaterial, e preservando seu passado, presente e futuro. Ao adotar diferentes perspectivas sobre o patrimônio, os museus funcionam como espaços de diálogo, defendem os direitos humanos, praticam a justiça social e promovem a paz e a unidade" (ICOM, 2025).

Segue, abaixo, uma síntese de cada item deste princípio:

1.1 – Os museus devem preservar e transmitir o patrimônio material e imaterial em benefício da sociedade, colaborando com todas as comunidades de forma igualitária e sendo espaços de diálogo diante de conflitos culturais.

1.2 – Os museus devem respeitar a autonomia e diversidade de comunidades e povos originários, envolvendo-os nas decisões sobre seu patrimônio, garantindo justiça social e bem-estar.

1.3 – Os museus devem promover colaborações duradouras com profissionais, acadêmicos, comunidades e outras instituições, reconhecendo e remunerando de forma justa as contribuições recebidas.

1.4 – Os museus devem assegurar acessibilidade plena, eliminando barreiras físicas, digitais e sociais, combatendo discriminação e enfrentando o racismo estrutural, sempre respeitando direitos e autodeterminação.

1.5 – Os museus devem representar e valorizar a diversidade cultural, respeitando sensibilidades e protocolos relacionados a objetos sagrados e saberes tradicionais das comunidades de origem.

1.6 – Os museus devem adotar práticas sustentáveis de forma contínua, nas dimensões social, ambiental e financeira, contribuindo para direitos humanos, justiça social e combate às mudanças climáticas.

> 2. PROFISSIONALISMO: Museus operam e se comunicam com experiência, conhecimento e padrões profissionais
>
> Princípio: Para manter a confiança da sociedade, os museus operam e se comunicam de forma ética e de acordo com padrões profissionais. Isso implica responsabilidades para os profissionais de museus, incluindo aqueles em cargos de liderança, bem como para todas as pessoas que trabalham nos museus ou com eles" (ICOM, 2025).

Segue, abaixo, uma síntese de cada item deste eixo:

2.1 – A direção dos museus deve contratar profissionais e voluntários qualificados, assegurando diversidade e oferecendo formação contínua.

2.2 – A direção deve garantir segurança, bem-estar e remuneração justa ao pessoal e voluntários, com planos de resposta para emergências.

2.3 – O uso de tecnologias digitais, incluindo IA, deve alinhar-se à missão institucional, considerando impactos éticos, ambientais e sobre direitos.

2.4 – Todos os envolvidos devem agir com cortesia, respeito e integridade, seguindo práticas inclusivas e colaborativas.

2.5 – Todos devem conhecer e seguir as políticas e valores do museu; divergências devem ser consideradas antes de decisões finais.

2.6 – Profissionais devem cooperar com colegas, especialistas e comunidades externas quando necessário, buscando decisões fundamentadas.

2.7 – Profissionais devem combater o tráfico ilícito de bens culturais, não participando de saques ou destruição do patrimônio.

2.8 – Informações confidenciais relacionadas a segurança, finanças, doadores e coleções devem ser protegidas.

2.9 – Conflitos de interesse devem ser evitados ou declarados; presentes só podem ser aceitos em nome do museu e nunca para influenciar decisões.

> "3. EDUCAÇÃO: Museus oferecem experiências diversas para compartilhar conhecimento e fomentar reflexão
>
> Princípio: As atividades e práticas educativas dos museus devem se basear na troca contínua de conhecimentos e no diálogo permanente" (ICOM, 2025).

Segue, também, uma síntese de cada item deste eixo:

3.1 – Os museus devem alcançar públicos diversos, promovendo diálogo intercultural e valorizando tradições culturais em suas atividades.

3.2 – Devem assegurar a integridade da informação, garantindo precisão, credibilidade e transparência sobre coleções e conteúdos.

3.3 – Devem criar relações de confiança e colaboração duradouras com comunidades, instituições e especialistas, obtendo consentimento livre e informado para uso de patrimônios.

3.4 – Devem garantir acessibilidade e inclusão em programas, exposições e publicações, considerando necessidades e opiniões dos públicos.

3.5 – Devem tratar materiais sensíveis com cuidado, em diálogo com comunidades originárias, respeitando protocolos, pedidos de restrição ou retirada.

3.6 – Devem incentivar a reflexão crítica e o aprendizado contínuo, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

3.7 – Devem usar tecnologias digitais de forma responsável, evitando falsificação de informações, mitigando impactos ambientais e protegendo o bem-estar do público.

3.8 – Devem educar sobre sustentabilidade e adotar práticas pedagógicas inovadoras que integrem o cuidado com o patrimônio e o planeta.

3.9 – Devem adotar práticas reparadoras, reconhecendo injustiças do passado e apoiando processos de restituição e repatriação como formas de aprendizado e reconexão comunitária.

> “4. COLEÇÃO: Museus pesquisam e colecionam
>
> Princípio: Os museus colecionam, salvaguardam e exibem o patrimônio material e imaterial. Devem garantir a segurança, documentação, conservação e restauração das coleções sob sua responsabilidade. Os museus realizam pesquisas e compartilham seus conhecimentos com a sociedade, respeitando perspectivas diversas e os direitos das comunidades originárias” (ICOM, 2025).

Segue, portanto, uma síntese de cada item deste eixo:

4.1 – Os museus devem ter e revisar regularmente uma política de coleções que aborde aquisição, documentação, proteção e uso de patrimônios, com atenção especial a objetos delicados e restos humanos.

4.2 – Devem atuar como administradores responsáveis, garantindo manutenção, preservação, segurança e respeito às coleções, especialmente das comunidades originárias.

4.3 – Devem seguir procedimentos profissionais para aquisição, registro e procedência de objetos, garantindo legalidade e consentimento comunitário; podem atuar como depósitos temporários em emergências.

4.4 – Devem documentar e proteger coleções, garantindo registros completos e seguros, disponibilizando informações ao público quando apropriado.

4.5 – Devem facilitar acesso equitativo ao patrimônio para pesquisa e estudo, publicando resultados de forma transparente.

4.6 – Devem realizar pesquisas colaborativas com comunidades, respeitando conhecimento tradicional, direitos culturais e evitando métodos extrativistas.

4.7 – Devem armazenar e expor objetos delicados com cuidado e respeito, sempre com consentimento das comunidades originárias.

4.8 – Devem criar políticas responsáveis para baixa de coleções e retirada de objetos, utilizando quaisquer recursos exclusivamente para proteger ou renovar a coleção.

4.9 – Devem combater o tráfico ilícito de patrimônios, mantendo inventários detalhados e colaborando com autoridades e outras instituições.

4.10 – Devem responder prontamente a pedidos de restituição, repatriação ou devolução, conduzindo processos com transparência, diálogo contínuo e cooperação com as comunidades originárias.

> "5. GOVERNANÇA: Museus são instituições permanentes e sem fins lucrativos
>
> Princípio: Os órgãos de governança e todos os interessados pela direção estratégica e supervisão do museu são responsáveis pela sustentabilidade de longo prazo da instituição, garantindo os recursos profissionais, físicos e financeiros necessários para manter o museu e servir às comunidades" (ICOM, 2025).

Segue, abaixo, uma síntese de cada item deste princípio:

5.1 – O órgão gestor deve manter informações públicas sobre a natureza sem fins lucrativos do museu, missão, políticas e valores, garantindo transparência e responsabilidade.

5.2 – Deve assegurar recursos profissionais, físicos e financeiros necessários para sustentabilidade e funcionamento eficaz do museu, promovendo redes e colaborações, inclusive com comunidades originárias.

5.3 – Deve proteger a integridade e autonomia do museu, garantindo liberdade e autoridade para supervisionar programas educativos, exposições e publicações.

5.4 – Deve garantir que membros do conselho e diretores possuam competências e qualificações adequadas para os cargos e desafios do museu.

5.5 – Deve criar e atualizar políticas escritas sobre coleções, captação de recursos, integridade institucional, emergências e fontes de financiamento, fornecendo um marco claro para decisões.

5.6 – Deve refletir a diversidade das comunidades atendidas, promovendo liderança inclusiva, cocriação, autoridade compartilhada e inovação.

5.7 – Deve facilitar comunicação eficaz e aberta dentro e fora da instituição, equilibrando transparência com confidencialidade e respeito à privacidade.

Considerações finais: reflexões sobre resiliência a partir de um código de ética museal

O novo Código de Ética do ICOM propõe, como vimos, estabelecer princípios sólidos para orientar uma prática museal do século XXI, reafirmando o compromisso dos museus com a sociedade, a profissionalização, a educação, o cuidado com as coleções e a governança responsável. Ele está propondo que os museus sejam espaços acessíveis, inclusivos, colaborativos e comprometidos com a justiça social, a sustentabilidade e os direitos humanos. Cada princípio abre caminhos para que os museus não apenas preservem coleções e acervos, mas também atuem como agentes de diálogo, transformação e reparação histórica.

Contudo, há um desafio: muitos museus, representados por seus comitês nacionais e comitês internacionais do ICOM, diante de tais diretrizes, permanecem no campo da adaptação, buscando se ajustar às exigências do presente sem, de fato, se engajarem em mudanças estruturais. Essa postura os torna robustos – fortes o suficiente para resistir às tensões, mas presos a uma lógica de manutenção que evita rupturas ou reposicionamentos profundos. Assim, continuam funcionando de forma segura, porém distante das transformações necessárias para enfrentar desigualdades, reconhecer injustiças ou redefinir seu papel social. E isso resultou na suspensão temporária da discussão desta versão do código de ética, que estava prevista para ser aprovada em Dubai e agora com previsão para o ano que vem, por falta de consenso.

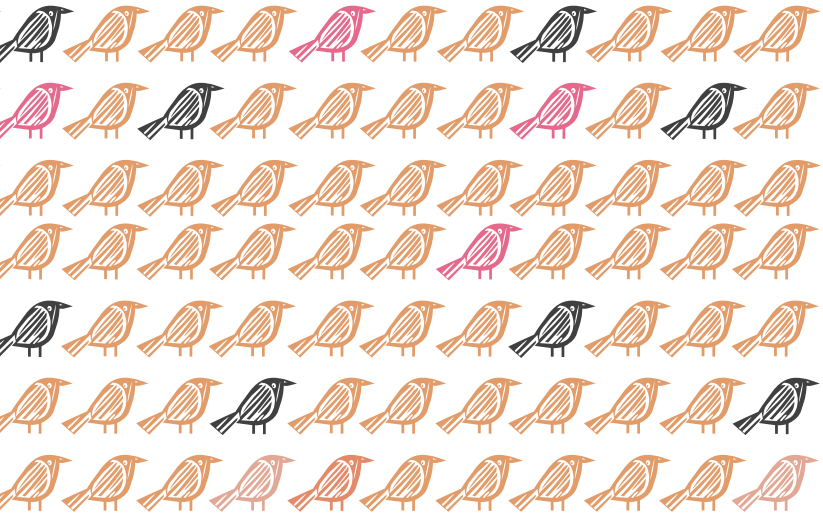
Nesse sentido, a partir desta reflexão sobre resiliência que compartilhei com vocês, considerando o limite de tempo e espaço permitido, penso que seria fundamental que os museus avancem da adaptação para a superação. A ética proposta pelo ICOM só ganhará força plena quando acompanhada de disposição para rever práticas consolidadas, redistribuir autoridade, acolher as vozes historicamente silenciadas e assumir compromissos efetivos com a reparação e a sustentabilidade. Museus que permanecem apenas no nível da adaptação correm o risco de cumprir a letra do Código sem vivê-lo em profundidade; já os que ousam atravessar para a superação podem tornar-se espaços vivos de transformação, abertos à pluralidade e efetivamente a serviço da sociedade e das nossas comunidades.

Referências

BRANDÃO, J. M. Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. 1º Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008, 323p.

ICOM [INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS]. COMITE PERMANENTE DEL ICOM PARA LA DEONTOLOGIA (ETHCOM). Revisión del Código de Ética del ICOM para los museos [4a Consulta, Marzo - Abril 2025]. Disponível em: < https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/code-of-ethics/ >. Acesso em: 22 ago. 2025.



REUNIÕES TEMÁTICAS

As Reuniões Temáticas constituem espaços qualificados de diálogo e articulação entre profissionais, pesquisadores e estudantes que atuam em coleções e museus universitários, organizados a partir de áreas de interesse comum e demandas específicas do campo. Desde a 6ª edição do Fórum, as Reuniões Temáticas passaram a contar com coordenação geral da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU), que, em cada edição, convida pessoas para colaborar na organização da dinâmica de preparação, seleção e condução dos encontros, em forma de Grupo de Trabalho, atuando na busca de representatividade regional e diversidade de perfis profissionais, fortalecendo a pluralidade de vozes e experiências presentes nas discussões de cada Reunião Temática.

Esses espaços têm se consolidado como instâncias de debate de questões importantes, necessárias e urgentes do campo museal brasileiro, permitindo o levantamento de demandas, a construção coletiva de encaminhamentos e a articulação de estratégias comuns entre instituições e profissionais. Nesta edição, foram propostas 7 Reuniões Temáticas, das quais 6 foram efetivamente realizadas, evidenciando o engajamento das pessoas participantes e a relevância dos temas abordados. Como parte do compromisso com o registro e a difusão das reflexões produzidas, encontram-se aqui disponíveis os relatórios de 6 das Reuniões, reunindo sínteses dos debates, apontamentos e perspectivas para o fortalecimento contínuo das coleções e dos museus universitários.

1. **Conservadores-Restauradores em Museus e Coleções Universitárias**
Coordenadoras:
Elis Marina Mota (Museu de Arte Sacra - UFBA)
Giulia Vilela Giovanni (UFMG)

2. **O ICOM, as Coleções e os Museus Universitários**
Coordenadores:
Mauricio Candido da Silva (MAV/FMVZ/USP)
Adriana Mortara Almeida (UFMG)

3. **Coleções e Museus de Anatomia**
Coordenadores:
Athelson Stefanon Bittencourt (Museu de Ciências da Vida-UFES)
Bárbara de Lima Lucas (Museu de Anatomia Humana - UnB)

4. **Comissão Permanente e Multidisciplinar sobre museus federais no âmbito do Ministério da Educação**
Coordenadoras:
Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (Ministério da Educação - Secr. de Edu. Sup.)
Mariana Ramos Reis Gaete (Ministério da Educação - Secretaria de Educação Superior)

5. **Acervos e Plataformas Digitais**
Coordenadores:
Bruno Melo de Araújo (UFPE)
Rosélia Adriana Rocha (Secretaria Estadual de Cultura - Pernambuco)
Rafaela Lima (Instituto Brasileiro de Museus)
Emanuela Sousa Ribeiro (UFPE)

6. **Museólogas(os) nas Instituições de Ensino Superior**
Coordenadores:
Saulo Moreno Rocha (Mauc/UFC)
Tatiana Alves de Almeida (MHNBA/UFBA)



Tatiana Almeida, Saulo Moreno Rocha, Athelson Bittencourt, Andrea, Bruna Marina, Elane, Noris, Damiani. Mauriício, Marianna, Elis, Adriana, Emanuela, Bruno, Giulia, Barbara - Fotógrafo: Flávio Almeida

Conservadores-Restauradores em Museus e Coleções Universitárias

Coordenadoras
Elis Marina Mota (Museu de Arte Sacra - UFBA)
Giulia Vilela Giovanni (UFMG)

Resumo

A reunião temática realizada no âmbito do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, teve como propósito criar um espaço de diálogo e articulação coletiva entre conservadores-restauradores atuantes em instituições universitárias brasileiras. O encontro promoveu trocas de experiências e reflexões sobre a atuação profissional, discutindo desafios específicos no contexto público e acadêmico, como a precarização das equipes, a extinção de concursos na área de conservação-restauração, e as dificuldades estruturais enfrentadas nos museus e coleções universitárias. Destacou-se também a importância de fortalecer a capacitação continuada, valorizar institucionalmente o conservador-restaurador e fomentar redes de colaboração interuniversitárias.

Palavras-chave
Conservação-restauração. Museus universitários. Políticas públicas. Valorização profissional. Redes de colaboração.

PROPOSTA DE DISCUSSÃO

A discussão proposta buscou promover uma reflexão crítica sobre a situação atual dos conservadores-restauradores em museus e coleções universitárias, considerando a importância estratégica desses profissionais para a preservação do patrimônio cultural e científico. O debate concentrou-se nos impactos da extinção de cargos públicos da área, nas condições precárias de infraestrutura dos laboratórios, na necessidade de valorização institucional desses profissionais e na ampliação da inserção das atividades de conservação-restauração nas agendas de pesquisa, ensino e extensão.

A ausência de concursos e/ou provimento de vagas para conservadores-restauradores é um dos efeitos diretos dos Decretos nº 9.262/2018 e nº 10.185/2019 (Brasil, 2018; Brasil, 2019), que extinguiram cargos públicos técnicos-administrativos em educação (TAEs) em diversas áreas. Como consequência, observa-se uma tendência de redução progressiva dessas funções devido a aposentadorias e vacâncias. Em 2021, apenas 20 das 69 universidades federais contavam com cargos ativos na área de conservação-restauração (Santana et al., 2021); em 2025, esse número caiu para 18. No caso da carreira de nível superior (Restaurador – Área), havia 21 cargos, dos quais restam 18. Em relação ao nível médio (Técnico em conservação-restauração), o número passou de 42 para 39 (Brasil, 2025). Em aproximadamente três anos, houve uma redução de cerca de 10% no número total de vagas efetivas na área.

Embora os problemas de preservação nos museus universitários antecedam os decretos — incluindo a escassez de estrutura, recursos e políticas institucionais —, o risco de perda e deterioração do patrimônio tem se agravado diante da ausência de políticas públicas de reposição de quadros. Essa conjuntura tem levado ao crescimento de formas de terceirização, muitas vezes sem garantia de financiamento contínuo ou de planos de carreira que assegurem a qualificação e atualização técnico-científica das equipes.

DISCUSSÃO NO FÓRUM

O debate evidenciou a situação crítica da conservação-restauração em museus e coleções universitárias brasileiras, marcada pela redução do quadro de profissionais e pelo agravamento das condições estruturais de trabalho. Foram relatados os impactos diretos dos Decretos nº 9.262/2018 e nº 10.185/2019. Outro ponto recorrente nas falas foi a infraestrutura precária dos espaços de conservação-restauração: falta de equipamentos adequados, materiais básicos e EPIs, além de dificuldades no reconhecimento institucional dos riscos inerentes à atividade e na concessão do adicional de insalubridade.

Diante desse contexto, foram indicados caminhos de ação e estratégias coletivas, entre eles:

- Incidência política para reverter os Decretos nº 9.262/2018 e nº 10.185/2019, bem como para pautar as condições de trabalho junto aos sindicatos de TAEs e docentes, ao IBRAM e ao MEC;

- Fortalecimento de redes interuniversitárias, visando o compartilhamento de protocolos, materiais e insumos excedentes, o mapeamento de laboratórios e infraestruturas, a criação de catálogos de fornecedores, intercâmbios técnicos, promoção de eventos, debates, grupos de pesquisa e elaboração de planos de emergência;

- Reconhecimento da conservação-restauração como atividade de pesquisa, garantindo acesso a editais de fomento e ampliando sua inserção institucional;

- Inclusão de conservadores-restauradores em instâncias de gestão e nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) das universidades, assegurando investimentos e condições adequadas de trabalho.

Os participantes destacaram ainda a importância de que o novo Plano Nacional de Educação (PNE) — atualmente em elaboração e com vigência prevista até 2034 — contemple explicitamente os museus universitários e reconheça seu papel estratégico no ensino, na pesquisa, na extensão e na preservação do patrimônio científico e cultural.

Foi feito também um alerta em relação à Reforma Administrativa, atualmente em pauta no Congresso Nacional, a qual prevê o fim da estabilidade no serviço público, a ampliação de contratos temporários e a desvinculação de áreas essenciais do orçamento. Tais medidas representam um risco significativo para a continuidade das políticas públicas e podem comprometer de forma grave a preservação do patrimônio cultural e científico.

Por fim, ressaltou-se a necessidade de articulação com instâncias institucionais e governamentais para apoiar a regulamentação profissional da categoria, fortalecendo a posição dos conservadores-restauradores no cenário universitário e nacional.

Participantes

A sessão contou com a participação de 40 pessoas, reunindo uma ampla diversidade de perfis e experiências profissionais. Estiveram presentes estudantes, bolsistas, técnicos, professores, gestores e profissionais especializados — entre eles conservadores-restauradores, museólogos, arquivistas, bibliotecários e administradores —, o que favoreceu um debate plural e transversal sobre os desafios da preservação em museus e coleções universitárias.



RT 1 - Conservadores-restauradores em museus e coleções universitárias, 8ºFPMU, ago/2025. Fonte: enviada pelos Coordenadores da RT.

Participaram da reunião

Aimée de Oliveira Fonseca; Aline Cristina Gomes Ramos; Amanda Aline Pinheiro; Ana Beatriz Vieira; Ana Cristina de Menezes Santoro; André Luís Maragno; Anna Laura Canuto R. de Andrade; Anna Nobre; Antônio Silvio Teixeira dos Santos; Auricélia França de Souza Reis; Cássia Regina Gomes; Cássio Vinícius Carvalho de Souza; Cleide de Moura Paixão de Lima; Dalva Rejani dos Reis Pereira; Diana Assis de Oliveira; Dilamar Candida Martins; Diná Marques Araújo; Elis Marina Mota; Franciane Lúcia da Silva Zimmermann; Gabriela de Lima Gomes; Gabriela de Souza Souto; Gelsom Rozentino de Almeida; Gerson Antônio Piannetti; Giulia Villela Giovani; Gustavo Henrique Caixeta Freitas; José Solon Sales e Silva; Kleber T.S. Santos; Luan Lisqueda Luis; Manuel Onofre; Maria Betânia Moreira Carvalho Silva; Maria do P. Socorro C. Fernandes; Maria Júlia Ribeiro; Maria Lúcia Coimbra Scalabini; Otávio Joarez de Abreu Bittencourt; Rafaela Barbosa Fonsato; Rogério A. Lima; Thiago Moreira Lima; Tiago Silva de Carvalho; Vivian Camylly Melo Santos; Zandra Coelho de Miranda.

Considerações finais

A reunião reafirmou a urgência de valorização do conservador-restaurador como servidor público fundamental para a preservação e dinamização do patrimônio universitário. Os participantes defenderam a necessidade de revisão dos decretos que extinguiram cargos da área, investimentos em infraestrutura e reconhecimento institucional das atividades de conservação-restauração como pilares estratégicos das universidades. A articulação em rede e a incidência política foram apontadas como estratégias centrais para garantir condições dignas de trabalho e continuidade das ações de preservação.

Agradecimentos

Aos organizadores do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU) pela oportunidade de promover este espaço de diálogo e articulação. Ao Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia e ao Núcleo de Capacitação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (NUCAP/PRODEP/UFBA). Ao Espaço Acervo Artístico da Universidade Federal de Minas Gerais e à PROCULT/UFMG.

Referências

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência: servidores públicos – nomes e cargos. Brasília, DF: CGU, 2025. Disponível em: https://www.portaltransparencia.gov.br/. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 10 jan. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9262.htm. Acesso em ago. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1183, de 2019a. Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193266. Acesso em: ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019b. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10185.htm. Acesso em ago. 2025.

SANTANA, C. R.; MOTA, E. M. ; VASCONCELOS, M. L. C. Os profissionais de conservação e restauro nas universidades federais: extinção e sobrevivência. In: VI Fórum Permanente de Museus Universitários (VI FPMU), 2021, Curitiba. Anais Fórum de Museus Universitários, v. 1. p.119-133, 2021. Disponível em: https://mae.ufpr.br/docs/vifpmu/forvim_de_museus_universitarios_anais_v1_maeufpr_2022.pdf. Acesso em ago. 2025.

O ICOM, as Coleções e os Museus Universitários

Coordenadores
Maurício Cândido da Silva (maumal@usp.br - MAV FMVZ USP)
Adriana Mortara Almeida (mortaraalmeida@gmail.com - UFMG)

Resumo

A Reunião Temática “O ICOM, as Coleções e os Museus Universitários” buscou apresentar a estrutura organizacional do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e de seus Comitês Nacional (Brasil) e Internacional para Museus e Coleções Universitárias (UMAC) aos interessados. Foi tratada a importância da participação brasileira nesses conselhos, os procedimentos de filiação e os benefícios de ser um membro do ICOM. Ao final, foi consensuada a indicação de um membro do Conselho e da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários para concorrer ao board do UMAC, com o objetivo de aproximar o Comitê da comunidade brasileira e do próximo Fórum Permanente de Museus Universitários.

Palavras-chave
ICOM Brasil. ICOM UMAC. Museus Universitários. Rede de cooperação.

Proposta de discussão

O 8º Fórum Permanente de Museus Universitários ocorreu entre os dias 25 e 29 de agosto na Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, e teve como tema "Coleções, Museus Universitários e Sociedade: elos entre Ciência, Cultura e Comunidade". A Reunião Temática “O ICOM, as Coleções e os Museus Universitários”, que ocorreu dentro do 8º FPMU, teve por objetivo explorar o tema central por meio da apresentação do funcionamento do Conselho Internacional de Museus (ICOM), os benefícios e caminhos de filiação, a relevância do Comitê Internacional para Coleções e Museus Universitários (UMAC) e debater as estratégias de aproximação e maior participação da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU) dentro do UMAC. Vale ressaltar que o ICOM Brasil agrega cerca de 900 pessoas que atuam no campo museal, sendo 38 filiadas ao UMAC (membros votantes). Em função da ampliação das ações do FPMU e da RBCMU, os coordenadores partiram do princípio de que, no Brasil, há um grande potencial de ampliação de atuação e contribuição dentro do ICOM. Nesse sentido, a Reunião Temática apresentou um quadro geral da situação atual e estimulou o debate para que as pessoas que atuam com Coleções e Museus Universitários no Brasil ampliem suas atuações no cenário internacional. O ICOM é uma rede mundial composta por quase 60 mil membros, profissionais e estudantes de 129 países e territórios que participam de 120 Comitês Nacionais e 35 Comitês Internacionais. Dentre estes, há o UMAC, cuja missão é atuar em escala global na defesa das coleções e museus universitários, contribuir para o seu desenvolvimento social e contínuo como recursos essenciais à pesquisa, educação, extensão e à preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico.

Discussão no Fórum

A Reunião Temática foi organizada e desenvolvida em tópicos. A partir de uma apresentação inicial dos coordenadores sobre o ICOM, o ICOM Brasil e o UMAC, procedimentos de filiação e relevância da comunidade brasileira no cenário internacional, ocorreu uma rodada de debates para os esclarecimentos de dúvidas em torno dos seguintes pontos:

- O que é o Conselho Internacional de Museus (ICOM).
- O que é o Comitê Internacional para Museus e Coleções Universitárias (UMAC).
- O que são e como funcionam os comitês.
- Atividades promovidas pelo ICOM.
- Bolsas oferecidas pelo ICOM.
- Quem pode e como se filiar ao ICOM-Brasil.
- Conferências Internacionais.
- Como podemos aumentar a influência brasileira na comissão organizadora do ICOM.

Dentre os diversos pontos tratados, destacaram-se dois: 1) A relevância da participação brasileira nos boards dos Comitês Internacionais, ainda pouco explorada; 2) A indicação de um membro do ICOM Brasil e da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários para concorrer ao board do UMAC. Em relação a este segundo ponto, foi indicado o nome do Mauricio Candido da Silva, coordenador da RBCMU e da presente RT, devendo ser preparada uma campanha para os membros votantes do UMAC apoiarem e votarem em seu nome.

Lista de participantes

Incluindo os coordenares, a Reunião Temática contou com 34 pessoas presentes, representando 18 Instituições Universitárias, de acordo com a seguinte listagem:

Maurício Cândido da Silva (Coordenador) - MAV FMVZ USP / ICOM BR, Adriana Mortara Almeida (Coordenadora) - UFMG / ICOM BR, Lilian de Sousa Leitão - UFC, Luciana Menezes de Carvalho - ICOM BR / UNIRIO, Ana Helena Cruciol - UNESP / IBILCE / FESPSP, Jezulino Lúcio M Braga - UFMG, Humberto Torres Gonzales - UFBA / UFU, Maiara Maia Borge - UFC, Antônio Alyson R. de Lima e Silva - UFC, Ana Beatriz Rodrigues Monteiro - UFC, Jaderson Jales Martins - UFC / MHNCE, Leonny Gomes Leal

- UFC / MHNCE, Jones da Silva Gomes - UFPA, Wellington Luiz Silva - Espaço do Conhecimento / UFMG, André Luís Miranda de Barcellos Coelho - Experimentoteca / UnB, Jéssica Tarine Moitinho de Lima - UFPA, Luiz Tadeu da Costa - UFPA, Kaio Hellanno da Costa Santana Araujo - UFPI, Vitória Passos Viana - USP / PPGMUS, Ariane Heloise de Carvalho - USP / PPGMUS, Lívia Thiciane Viana Almeida - UFPI, José Machado Netto - USP / PPGMUS, Marcelo de Souza Cleto - UFT / Acervo Povos Indígenas, Aline Vargas - UFMS / Divisão de Museus, João Victor Medina da Silva Lira - UFBA / NOAP, Andrea N Amarante Paffaro - UNIFAL, Celina Rosa Santana - UFBA, Daniele Rodrigues Barros Nunes Negrão - UFF, Yasmin Corrêa Coelho - UFPA, Karollyne Ferreira Dantas - UFPE, Rodrigo Oliveira Braga Reis - UFAM, Maria Cilene Freire de Menezes - UNIVASF, Vera Mangas - ICOM BR / Ibram, Marisa Pires Rodrigues - UFPB.

Considerações finais

A filiação ao ICOM está aberta a museus, instituições reconhecidas pelo Conselho, estudantes, profissionais de museus e da área, e apoiadores de acordo com os critérios estabelecidos em seu estatuto, trazendo benefícios como a especialização em suas atividades, apoio em publicações e a visitações nacionais e internacionais e o fortalecimento de redes de comunicação internacional. O Brasil, em sua abundância de instituições e profissionais qualificados, deve buscar maior espaço de reconhecimento global, promovendo cada vez mais a filiação de novos membros e participação nos boards dos Comitês Internacionais.

Disso, resultaram dois encaminhamentos a serem referendados na plenária final do FPMU: 1) indicação de Maurício Cândido da Silva para ser candidato ao “board” do UMAC neste ano, como membro vogal; 2) Sugestão para a Comissão Organizadora do 9º FPMU de que seja incluído o seminário de um dia do UMAC no Brasil.

Agradecimentos

Os coordenadores agradecem o apoio logístico da bolsista Lílian Leitão e de fomento às seguintes instituições: Comissão Organizadora do 8º FPMU; Universidade Federal do Ceará; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional do ICOM; Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ USP e Universidade Federal de Minas Gerais.

Referências

ICOM. Código de Ética para Museus: versão lusófona. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2009.





Registros fotográficos da RT “O ICOM, as Coleções e os Museus Universitários”. Autoria: Luciana Menezes de Carvalho. 26 de agosto de 2025, na sala de aula da Faculdade de Direito da UFC.

Coleções e Museus de Anatomia

Coordenadores
Athelson Stefanon Bittencourt, athelson.bittencourt@ufes.br
(Museu de Ciências da Vida da UFES)
Bárbara de Lima Lucas, lucas.barbara@gmail.com
(Museu de Anatomia Humana da UnB)
Andréa Oxley da Rocha, oxley@ufcspa.edu.br
(Museu de Anatomia da UFCSPA)

Resumo

A anatomia foi proibida por milênios. A obra de Andrea Vesalius, “De Humani Corporis Fabrica", de 1543, é marco da anatomia moderna. Em 1832, o “Ato Anatômico”, foi a lei inglesa que legalizou o uso de cadáveres pelas escolas de Medicina, mas até hoje, o conhecimento anatômico é uma ciência de poucos, embora atraia e fascine as pessoas. A Reunião Temática (RT) “Coleções e Museus de Anatomia” aconteceu na Faculdade de Direito da UFC (25 participantes) e foi transmitida pelos canais do youtube do F8FPMU da Câmara Municipal de Jataí, (73 participantes), onde segue disponível com 196 visualizações após 30 dias. A RT promoveu a discussão sobre a relevância e os desafios dos museus de anatomia universitários. Os objetivos iniciais incluíram a análise da demanda social, a importância para a difusão do conhecimento científico, questões legais e éticas do uso de material cadavérico, captação de recursos e estratégias de funcionamento.

Palavras-chave
Museus de anatomia. Coleções Universitárias. Ética. Legislação. Doação de Corpos.

Proposta de Discussão

O tema central que orientou a formação da Reunião Temática (RT) foi a relevância e os desafios dos museus de anatomia universitários no Brasil. Os objetivos motivadores incluíram a discussão sobre a demanda da população por esta área de conhecimento, seja no contexto da a educação formal como para o público em geral, a importância na produção e difusão do conhecimento científico e educação em saúde, a procedência do material biológico (doação), questões legais e éticas relativas ao seu uso (metodologia de processamento, uso em exposições, registro e exibição de imagens), possibilidades de captação de recursos, estratégias de viabilidade e atendimento ao público em museus de anatomia.

Discussão no Fórum

Durante as apresentações e transmissão da RT, foram abordados diversos pontos pelos palestrantes. Destacou-se a abertura de museus como uma demanda social com impactos socioculturais e educativos relevantes, mobilizando um expressivo público em torno da anatomia humana e animal. Enfatizou-se a importância desses museus para a produção e difusão do conhecimento científico, educação em saúde e compartilhamento do conhecimento universitário. Foram discutidas a procedência do material biológico humano e animal (doação), questões legais sobre captação de doações e utilização de corpos humanos para ensino, pesquisa e extensão (Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992), e questões éticas relativas à metodologia de processamento de espécimes (FERNANDES, et. al., 2017), uso de corpos em exposições e registro/exibição de imagens (Decreto Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940. art.212; Portaria nº 1, de 23 de junho de 2010; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Também foram abordadas possibilidades e fontes de captação de recursos e estratégias para a viabilidade de funcionamento e atendimento ao público (da ROCHA, et.al., 2013; LUCAS & ROCHA, 2019; IFAA 2012).

Participação

- Participação presencial: 25
- Visualizações ao vivo no youtube: 73
- Visualizações após 30 dias: 196

Considerações finais

Os objetivos propostos foram alcançados, demonstrando que os museus de anatomia são instituições essencialmente de origem universitária e representam uma modalidade com pouca inserção no ecossistema museal brasileiro. A realização desta RT representa uma mudança nessa realidade, que precisa ser fortalecida e ampliada. Como encaminhamentos, propôs-se fortalecer e ampliar o grupo de discussão sobre Museus de Anatomia, aproximando a Sociedade Brasileira de Anatomia e a Rede de Coleções e Museus Universitários, propiciar mais encontros e debates sobre questões relativas a esses museus (doação de corpos, legislação, ética, trocas de experiências) e promover ampla divulgação sobre a obrigação legal da guarda, preservação e comunicação dos acervos.

Participantes

Athelson Stefanon Bittencourt, athelson.bittencourt@ufes.br (Museu de Ciências da Vida da UFES); Bárbara de Lima Lucas, lucas.barbara@gmail.com (Museu de Anatomia Humana da UnB); Andréa Oxley da Rocha, oxley@ufcspa.edu.br (Museu de Anatomia da UFCSPA); 25 participantes presenciais e 73 participantes virtuais.

Agradecimentos

[CNPq-MCTI, FINEP, UFES, UFCSPA, UNB.]

Referências

BRASIL. Decreto Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal brasileiro. Dos crimes contra o respeito aos mortos. art.212. Vilipêndio a cadáver. Diário oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, ano 119, 7 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992. Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado para fins de estudos ou pesquisas científicas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 dez. 1992.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Portaria nº 1, de 23 de junho de 2010 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atualiza o protocolo para destinação e utilização de cadáveres e de partes do corpo humano para o ensino e a pesquisa científica. Diário Oficial da União: 28 jun. 2010.

DA ROCHA, A.O; et.al. The Body Donation Program at the Federal University of Health Sciences of Porto Alegre: A Successful Experience in Brazil. American Association of Anatomists, p.455. 2013.

FERNANDES, M.S.; SILLA, L.; GOLDIM, J.R.; MARTINS COSTA, J. Brazilian legal and bioethical approach about donation for research and patents of human body parts. J community Genet. v.8, n.3, p.199-208. 2017. Disponível em: doi: 10.1007/s12687-017-0303-y.

IFAA - International Federation of Associations of Anatomists. Recommendations of good practice for the donation and study of human bodies and tissues for anatomical examination. Plexus: Newsletter of the IFAA. p.4. 2012. Disponível em: http://www.ifaa.net/wp-content/uploads/2017/09/plexus_jan_2012-screen.pdf. Acesso em: ago. 2024.

INGLATERRA. Anatomic Act, CAP LXXV. 1 ago. 1832.

LUCAS, B.L.; ROCHA, A. O. Análise de lacunas e perspectivas sobre programas de doação de corpos: relato de experiência no Brasil. Revista Brasileira De Educação Médica. v.47, n.3, p. e102. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.3-2022-0375. Acesso em: ago. 2019.

VESALIUS, ANDREAS. De Humani Corporis Fabrica. Pádua: Itália: [s.n.]. 1543.



Reunião Temática Coleções e Museus de Anatomia composta por: Athelson Stefanon Bittencourt-UFES, Bárbara de Lima Lucas-UNB e Andréa Oxley da Rocha-UFCSPA. Fotógrafo: Flávio Almeida



Composição da Coordenação da Reunião Temática Coleções e Museus de Anatomia composta por: Athelson Stefanon Bittencourt-UFES, à esquerda, Bárbara de Lima Lucas-UNB, à direita e Andréa Oxley da Rocha-UFCSPA ao centro da foto. Fotógrafo: Flávio Almeida

COMISSÃO PERMANENTE E MULTIDISCIPLINAR SOBRE MUSEUS FEDERAIS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Coordenadores
Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (MEC - SESU) - damianesantos@mec.gov.br
Ana Luiza Souza Carvalho (MEC) - anascarvalho@mec.gov.br
Noris Mara P M Leal (UFPEL) – norismara@gmail.com

Resumo

A reunião temática realizada no 8º FPMU teve como propósito central apresentar os resultados do trabalho da Comissão Comissão Permanente e Multidisciplinar sobre museus federais no âmbito do Ministério da Educação e debater, de forma democrática, as novas políticas públicas para os museus do MEC. Esse trabalho nasceu a partir do Acórdão 1243/2019 do TCU, que exigiu melhorias na segurança e na gestão dos museus federais. Em resposta, foi criado um Plano de Ação Geral pelo Grupo de Trabalho Interministerial, e o MEC desenvolveu seu próprio plano para aprimorar a supervisão e a coordenação das instituições sob a sua tutela.

Palavras Chaves

Museu Universitário, Universidade Federal, Instituto Federal, Políticas Públicas, Educação Superior

Proposta de Discussão

A reunião foi aberta por Graciele Siqueira, que deu as boas-vindas aos participantes e apresentou os informes gerais e, destacou a presença de representantes do Ibram e do auditor fiscal Pedro Augusto do Tribunal de Contas da União.

A mesa foi composta por membros da Comissão Permanente sobre Museus Federais vinculados ao MEC: Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (SESu/MEC), Ana Luíza Souza Carvalho (Secretaria-Executiva do MEC), Noris Mara Pacheco Martins Leal (UFPEL e consultora da Unesco), Gabriela de Lima Gomes (UFOP), Sandro Cerveira (UNIFAL), Hildenia Oliveira (UFAL) e Marcelo Cunha (UFBA). Cada membro apresentou sua atuação na comissão e realizou sua autodescrição. A mediação foi conduzida pelo professor Maurício Cândido da Silva, coordenador-geral das reuniões temáticas do Fórum.

Foram apresentados os principais trabalhos da comissão desde 2023, incluindo a criação de grupos técnicos (GTs) voltados à institucionalização, plano museológico, quadro de pessoal e orçamento. Destacou-se a produção de guias técnicos sobre institucionalização de museus, elaboração de planos museológicos e captação de recursos. Também foram apresentados o diagnóstico do quadro de pessoal nos museus federais e as diretrizes para cooperação com órgãos de segurança, ainda em elaboração.
A comissão ressaltou a importância da atualização anual do Cadastro Nacional de Museus, a necessidade de unificação de dados entre MEC, **Ibram** e instituições, e a proposta de matriz orçamentária em discussão desde 2022. Foram mencionadas parcerias com **Ibram**, MCTI, **Minc** e FINEP, além da intenção de realizar seminários, workshops e webinários para ampliar a escuta e o diálogo com as instituições.

DISCUSSÃO NO FÓRUM

Aberta a palavra para a plenária, Rodrigo Arantes Reis questionou a disponibilidade dos produtos apresentados, sendo informado de que estarão no site do MEC em breve. Michele (UNIVASF) destacou a necessidade de criação de vagas para museólogos e de equidade na distribuição de recursos para museus em universidades jovens e interiorizadas. Maíra Dias (UFPB) relatou dificuldades de comunicação entre o MEC e os técnicos, além de pressões para responder ao TCU sem estrutura adequada, solicitando maior participação dos museólogos na construção das diretrizes.

Cláudia Carvalho (UFRJ) fez um apelo pela disponibilização urgente dos materiais e pela discussão presencial da matriz orçamentária, ressaltando a autonomia universitária. Rita de Cássia (Conselho Federal de Museologia) solicitou esclarecimentos sobre o prazo de entrega dos materiais, confirmado para o final de outubro. Bruno Araújo (UFPE) propôs metodologias mais assertivas nas reuniões, com foco temático e objetividade. Andreia (UNIFAL) expressou preocupação com museus pequenos e descentralizados, sugerindo editais específicos e fomento regular.

Como encaminhamentos, o MEC reafirmou o compromisso com a equidade e valorização dos museus universitários, a continuidade das reuniões regionais, a disponibilização dos materiais até dezembro, a discussão da matriz orçamentária em reunião específica e o planejamento de editais conjuntos com FINEP, **Ibram** e **Minc**. A valorização dos profissionais da área museológica foi definida como pauta permanente.

A reunião foi encerrada com agradecimentos à comissão organizadora e aos participantes, reforçando o compromisso com o fortalecimento da Comissão Permanente de Museus Federais.

PARTICIPANTES DA MESA:

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (SESu/MEC),
Ana Luíza Souza Carvalho (Secretaria-Executiva do MEC),
Noris Mara Pacheco Martins Leal (UFPEL e consultora da Unesco),
Gabriela de Lima Gomes (UFOP),
Sandro Cerveira (UNIFAL), Hildenia Oliveira (UFAL)
Marcelo Cunha (UFBA).
Mediação: Maurício Cândido da Silva – (USP)

AGRADECIMENTOS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Acórdão 1243/2019 – TCU – Plenário. Levantamento realizado para verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais. Distrito Federal, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2352032> Acesso: 25 mai 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10175.htm> Acesso em: 25 mai 2025.

BRASIL. Acórdão de Relação 2477/2021 - Plenário. Levantamento realizado para verificar as condições de segurança do patrimônio nos museus sob responsabilidade de órgãos ou entidades federais, bem como identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos culturais. Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2352032> Acesso: 25 mai 2025



Componentes da Mesa: Maurício Candido, Sandro Cerveira, Gabriela Gomes, Marcelo Cunha, Hildenia Oliveira, Ana Luiza Carvalho, Noris Leal, Damiane Daniel
Fonte: Acervo do 8 FPMU / Fotógrafo: Flávio Almeida

Museólogas(os) nas Instituições de Ensino Superior

Coordenadores
Saulo Moreno Rocha (MAUC UFC)
Tatiana Alves de Almeida (MHNBA UFBA)

Resumo

A trajetória das museólogas e dos museólogos nas instituições de ensino superior brasileiras (IES) é marcada por contribuições decisivas em museus e coleções, departamentos acadêmicos e diversas instâncias voltadas à preservação do patrimônio universitário. A atuação articulada desses profissionais resultou em importantes conquistas, como o reconhecimento do valor científico e sociocultural dos museus e coleções para o ensino, a pesquisa e a extensão; a promoção da integração comunitária nos processos museológicos; a criação de sistemas e redes colaborativas; e a consolidação do Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), que tem contado com a participação ativa da categoria em sua organização e fortalecimento. A reunião temática teve como objetivo mapear e debater os campos de atuação, os desafios profissionais e as potencialidades do fazer museológico no contexto universitário. A reunião foi um espaço propício à troca de experiências, à construção de parcerias estratégicas e ao fomento de articulações dos profissionais com o Sistema COFEM/COREMs, redes e cursos de Museologia, visando a valorização e a integração da profissão no meio acadêmico, a construção de estratégias para o fortalecimento coletivo da categoria e a superação de desafios partilhados.

Palavras-chave
Museólogo; Museus universitários; Valorização institucional; Universidades.

Proposta de discussão

A Reunião Temática Museólogas(os) nas Instituições de Ensino Superior: áreas de atuação, desafios profissionais e perspectivas de fortalecimento surgiu do anseio de promover um encontro entre museólogas(os) que atuam no contexto universitário brasileiro, especialmente em cargos técnicos. Trata-se da primeira reunião com esse foco realizada no âmbito do Fórum Permanente de Museus Universitários (FPMU), aspecto que demonstra a importância da iniciativa e também o amadurecimento dessa categoria profissional nas Universidades brasileiras.

Discussão

O encontro foi iniciado com uma rodada de apresentações dos presentes e contextualização da proposta de RT por parte da coordenação. Saulo Moreno apresentou uma perspectiva geral sobre os objetivos, metodologia e principais questões para o debate. Tatiana Almeida apresentou um diagnóstico sobre a presença de museólogos no cargo de Técnico Administrativo em Educação (TAE) nas universidades federais, a partir de levantamento e coleta de dados em portais públicos (maio/2025). A pesquisa revelou a existência de apenas 89 códigos de vagas TAE/Museólogo ocupadas em toda Rede Federal de Ensino/MEC, distribuídas em 30 das 69 universidades federais, quantidade insuficiente, muito aquém do número de museus e coleções mapeados pelo MEC, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Tribunal de Contas da União (TCU) e Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU).

Tabela - Quadro comparativo das vagas de TAE Museólogo nas Universidades Federais e o número de museus nas instituições cadastrados na plataforma MuseusBr/IBRAM

Universidade	UF	Vagas	Museus	Universidade	UF	Vagas	Museus
UFAM	AM	2	2	UFMT	MT	2	4
UFPA	PA	3	10	UFES	ES	1	8
UNIR	RO	2	0	UFJF	MG	1	9
UFAL	AL	3	5	UFLA	MG	1	2
UFBA	BA	12	12	UFMG	MG	3	15
UFRB	BA	2	1	UFOP	MG	1	2
UFSB	BA	1	1	UFU	MG	2	5
UFC	CE	4	7	UFRJ	RJ	18	15
UFMA	MA	1	6	UNIRIO	RJ	1	0
UFPB	PB	2	6	UFPR	PR	3	3
UFPE	PE	2	5	FURG	RS	1	6
UFRN	RN	2	3	UFPEL	RS	2	10
UFS	SE	2	3	UFRGS	RS	6	15
UNB	DF	2	9	UFSM	RS	3	9
UFG	GO	2	7	UFSC	SC	2	6

Total de vagas TAE/Museólogo: 89 (Fonte: https://portaldatransparencia.gov.br/servidores. Acesso em 13/05/2025)
Total de museus: 186 (Fonte: https://cadastro.museus.gov.br. Acesso em 22/05 e 07.09.2025)
* Para fins de comparação, a ordem das universidades na tabela está distribuída por regiões, agrupada por cores:
Laranja: Norte / Verde: Nordeste / Azul: Centro-oeste / Rosa: Sudeste / Amarelo: Sul

Após contextualização, a palavra foi franqueada às pessoas presentes, que puderam expor suas contribuições e questões para o debate. Foram apresentadas diferentes visões sobre os problemas, desafios e potencialidades do fazer museológico nas IES:

1) Ausência de formalização de Setores de Museologia nos museus universitários, com consequente ausência dos lugares institucionais de atuação das(os) museólogas(os) nos organogramas institucionais e invisibilização da área;

2) Quantidade insuficiente de cargos TAE/museólogo na Rede Federal de Ensino. Inexistência do cargo TAE/museólogo em 39 das 69 das universidades federais, sendo que 50 possuem museus de acordo com o Painel do MEC; inexistência total do cargo na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que também possui museus, identificados pelo MEC, IBRAM e RBCMU; sem contar o universo das coleções, fragilizando as instituições e o cumprimento de sua missão;

3) Falta de articulação e diálogo entre profissionais de Museologia que atuam nas IES, como técnicos e docentes, fragilizando o diálogo intra e interinstitucional e a construção de ações conjuntas;

4) Fragilidade nos diálogos com instâncias responsáveis pela regulamentação dos cargos e atribuições, especialmente as comissões nacionais no âmbito do MEC, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sindicatos e federações, demandando ação urgente para pautar as questões das(os) museólogas;

5) Fragilidade dos museus universitários estaduais e privados, com dificuldade adicional na localização de informações sobre equipe e o quantitativo de museólogos(as) que atuam nesse universo;

6) Ausência de valorização institucional das(os) museólogas(os), com baixo número de profissionais ocupando cargos de gestão e, no geral, submetidos a profissionais leigos e sem formação museológica especializada, o que produz graves lacunas de planejamento e fortalecimento dos museus e coleções;

7) Número significativo de profissionais em desvio de função na Rede Federal de Ensino/MEC, exercendo atribuições de museóloga(o), sem o credenciamento legal exigido pela regulamentação profissional (conforme Lei 7.287/84). Além disso, as propostas de formação a nível de pós-graduação para servidores técnicos de outros cargos, com formação em outras áreas, não podem ser compreendidas como forma de suprir a demanda por museólogo(a), visto que os profissionais adentram as instituições em cargos específicos e não devem ser desviados de suas atribuições e funções;

8) A ausência de qualificação técnica em Museologia e legislação museológica para os profissionais não museólogos que atuam em museus universitários, principalmente gestores, comprometendo o desenvolvimento pleno e planejado dos museus e coleções.

9) Discutiu-se a necessidade de criação de requisitos mínimos para ocupação do cargo de gestor de museu, considerando as especificidades da função e os requisitos necessários de formação. Ventilou-se a possibilidade de adoção de cursos preparatórios como requisito, bem como seleções públicas, a exemplo do que ocorre nos museus federais sob gestão do IBRAM e da Universidade de São Paulo (USP);

10) Discutiu-se o cenário caótico e sem regramento quanto à criação e funcionamento dos museus universitários, fragilizados pela ausência de orçamento, de equipe adequada e de condições estruturais.

Lista de participantes

O encontro reuniu 38 pessoas, a maioria museólogas(os) com atuação em Instituições de Ensino Superior (IES), vinculadas a 22 instituições públicas e privadas de todas as regiões do país[1] (14 estados e do Distrito Federal), o que permitiu um diálogo ampliado sobre diferentes realidades locais e a identificação de desafios comuns.

Estiveram presentes também a presidenta do Conselho Federal de Museologia (COFEM); a presidenta do Conselho Regional de Museologia - 3ª Região (COREM 3R); a Coordenadora da Comissão Técnica Permanente e Multidisciplinar sobre museus federais no âmbito do Ministério da Educação (MEC/SESU); museólogos vinculados a um museu estadual do Ceará; estudantes de graduação e de pós-graduação em Museologia; profissionais, pesquisadores e estudantes de outras áreas que atuam em museus e coleções universitárias, conforme relação nominal:

Ana Júlia de Souza Neves Ladislau (Discente Arquitetura e Urbanismo UFC/ Bolsista MAUC/UFC); Andrezannatta de Alencar Campos (Geógrafo/ Mestrando PPG-Arqueologia/UFPI); Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (MEC/SESU / Pedagoga/ TAE/Técnico em Assuntos Educacionais UFRJ); Natally Maria de Oliveira e Silva (TAE/Auxiliar em Administrativo UFPE/ MINTER PPG-PMUS/UNIRIO-UFPE); Lorena Francisca de Oliveira Castro (Arqueóloga/Mestranda do PPG-Arqueologia/UFPI); Paula Campelo Barbosa (Discente Museologia/UFBA); Rejane Maria Lira-da-Silva (Bióloga/Docente IBIO/UFBA); Sonia da Silva Pereira (TAE/Auxiliar de Enfermagem / MINTER PPG-PMUS/UNIRIO-UFPE).

Museólogas(os): Aline Escandil de Souza (Presidenta COREM 3R). Rita de Cassia de Mattos (Presidenta COFEM). Cláudia Maria Alves Vilhena (Pesquisadora Pós-doutorado - PPGCI/UFMG). Michele Ferreira Martins (TAE/Assistente em

[1] Vinculadas a 22 IES: UFPA 01, UFBA 06, UFC 04, UFPB 01, UFPE 02, UFPI 02, UFG 01, UFJF 01, UFOP 01, UFRJ 01, UFPR 02, UFPEL 01, UFRGS 01, UEFS 01, UNEMAT 01, PUC - Campinas 01, UNISATC 01, FUNDAJ 01, COFEM 01, COREM 3R 01, MEC-SESU 01, MIS-CE 02.

Administração UFG); Ranielle Menezes de Figueiredo (Docente do curso de Museologia/UFOP); Vania Medeiros Ribeiro (Bibliotecária UNISATC); Jorge Luís Lopes Junior (MIS-CE); Simone da Invenção Lopes (MIS-CE).

A Reunião Temática no 8º FPMU promoveu outro feito histórico, o 1º encontro nacional de museólogas(os) que atuam em museus de IES. Para fins de registro deste, destacamos, dos demais presentes, os 20 profissionais com cargos técnicos de museólogos nas instituições:

16 TAE/Museólogas(os) que atuam em universidades federais - Norte 01: Paola Haber Maués (Amazoniana/UFPA). Nordeste 08: Antonio Marcos de Oliveira Passos (MAS/UFBA), Elane Santos Gonçalves (EBA/UFBA), Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo (MMB/UFBA), Tatiana Alves de Almeida (MHNBA/IBIO/UFBA); Graciele Karine Siqueira (MAUC/UFC), Márcia Pereira de Oliveira (CJA/UFC), Saulo Moreno Rocha (MAUC/UFC); Maíra de Oliveira Dias (UFPB). Centro-oeste 01: Rossana Klippel de Souza José (Museu Antropológico/UFG). Sudeste 02: Raquel Barbosa da Silva (MAMM/UFJF); Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro (MGEO/IGEO/UFRJ). Sul 04: Ana Luisa de Mello Nascimento (MAE/UFPR), Tamara Fernanda Carneiro Evangelista (MAE/UFPR); Eliane Muratore (Museu da UFRGS/UFRGS); Joana Soster Lizott (MALG/UFPEL).

01 museólogo que atua em museu federal vinculado ao MEC - Nordeste: Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro (Analista em Ciência e Tecnologia MUHNE/FUNDAJ).

02 Museólogos que atuam em museus universitários estaduais - Nordeste: Cristiano Silva Cardoso (Analista Universitário em Museologia – MCS/UEFS). Centro-oeste: Pedro Henrique dos Santos Wolter (UNEMAT).

01 Museólogo que atua em IES privada – Sudeste: Rodrigo Luiz dos Santos (MUPUC-C).

Considerações finais e encaminhamentos

A partir das questões apresentadas, o grupo propôs a continuidade dos diálogos e a importância de que as(os) museólogas(os) das IES desenvolvam estratégias de articulação com diferentes instituições e entre si, de modo a fortalecer a categoria profissional e, consequentemente, o campo das coleções e museus universitários no país.

Como principal encaminhamento, foi aprovada a criação da **Articulação Nacional de Museólogas(os) de Instituições de Ensino Superior (Articulamus)**, que será uma instância de reunião, mobilização e representação da categoria profissional a nível nacional. Outras reuniões deverão ser convocadas, a fim de definir o modelo de organização e governança, bem como as diretrizes de ação da nova entidade. Por fim, destaca-se que a Articulamus buscará atuar em estreita sinergia com a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU), envidando esforços para fortalecê-la e atuando como um braço especializado do campo da Museologia universitária no país.

As pessoas e instituições presentes comprometeram-se a ampliar o alcance do debate iniciado, por meio do compartilhamento das questões tratadas com outros colegas e nos seus respectivos ambientes laborais. Por fim, agradecemos a participação de todas as pessoas e destacamos que sem museólogas(os), nossas instituições estão impedidas de cumprir plenamente o seu papel social e sua missão institucional. A valorização da Museologia e de seus profissionais significa um passo essencial para a consolidação das coleções e museus universitários como instâncias estratégicas de promoção dos vínculos entre universidade, ciência e comunidades.



Registros fotográficos da RT “Museólogas(os) nas Instituições de Ensino Superior”. Autoria: Graciele Siqueira. 26 de agosto de 2025, na sala de aula da Faculdade de Direito da UFC.

ACERVOS E PLATAFORMAS DIGITAIS: PRINCÍPIOS, GOVERNANÇA E PRESERVAÇÃO DIGITAL EM MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

Coordenadores
Bruno Melo de Araújo – UFPE – bruno.araujo@ufpe.br
Rosélia Adriana Rocha – SECULT/PE – roseliamuseologa@gmail.com
Rafaela Lima – IBRAM – rafaela.lima@museus.gov.br
Emanuela Sousa Ribeiro – UFPE – emanula.ribeiro@ufpe.br

Resumo

Este relato sistematiza os debates e encaminhamentos da Reunião Temática 06 – Acervos e Plataformas Digitais, realizada em 26 de agosto de 2025, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. A reunião teve como objetivo discutir a necessidade de políticas institucionais e diretrizes técnicas para a preservação digital de acervos em museus universitários, considerando fragilidades recorrentes de infraestrutura, descontinuidade de processos e ausência de padrões comuns entre as instituições. A discussão esteve ancorada na proposta de consolidação de uma Carta de Princípios para a preservação de acervos em plataformas digitais, construída de forma colaborativa a partir de experiências nacionais. Como resultados, foram definidos encaminhamentos para o aperfeiçoamento do documento e para a constituição de uma comissão interinstitucional voltada à formulação de recomendações mínimas de infraestrutura tecnológica, organizacional e de pessoal.

Palavras-chave

Preservação digital. Acervos digitais. Museus universitários. Plataformas digitais. Governança da informação.

Proposta de Discussão

A Reunião Temática 06 – Acervos e Plataformas Digitais foi concebida a partir do reconhecimento de que os acervos digitalizados e os dados culturais produzidos pelos museus universitários passaram a constituir parte estratégica do patrimônio cultural e científico brasileiro. Nesse contexto, o tema central da Reunião Temática consistiu na análise das condições institucionais existentes para a preservação digital no âmbito das universidades, com ênfase na necessidade de construção de diretrizes comuns que orientem a criação, a consolidação e a manutenção de repositórios digitais confiáveis, interoperáveis e acessíveis. A proposta de discussão teve como referência estruturante a Carta de Princípios de Preservação para Acervos em Plataformas Digitais, elaborada de forma colaborativa a partir do Seminário

Nacional de Acervos e Plataformas Digitais, realizado em Recife, em abril de 2025, a partir da qual se estabeleceram como objetivos do encontro problematizar a fragmentação das iniciativas de digitalização e de difusão de acervos nas universidades, discutir parâmetros mínimos de governança, infraestrutura e organização institucional, validar, junto à comunidade acadêmica e técnica, os princípios e recomendações preliminares apresentados no documento e, por fim, encaminhar a constituição de um grupo de trabalho voltado ao detalhamento das demandas estruturais comuns aos museus universitários.

Discussão no Fórum

As falas iniciais do RT 06 evidenciaram que, embora se observe uma ampliação do uso de ambientes digitais para a documentação, a difusão e o acesso aos acervos, essa incorporação tem ocorrido de forma desigual e, em grande medida, dissociada de políticas institucionais estruturantes, o que revela a persistência de limitações de natureza técnica, organizacional e conceitual. Ressaltou-se que a preservação digital não pode ser compreendida apenas como uma etapa posterior à digitalização, restrita à manutenção de arquivos ou à adoção de soluções tecnológicas pontuais, mas como um campo de gestão estratégica que articula dimensões informacionais, patrimoniais, éticas e políticas. Nessa perspectiva, a inexistência ou a precariedade da infraestrutura de hardware e software nas instituições, a ausência de políticas permanentes de armazenamento, de rotinas de backup e de estratégias de migração tecnológica foram interpretadas como expressões de uma fragilidade mais ampla da governança da informação nas universidades. Destacou-se que a dependência recorrente de soluções temporárias, vinculadas a projetos de curta duração ou a iniciativas isoladas de grupos de pesquisa, compromete a sustentabilidade dos repositórios e tensiona a própria função social dos museus universitários, na medida em que fragiliza a garantia de acesso continuado, de autenticidade e de integridade dos acervos digitais.

A descontinuidade dos fluxos de digitalização e de disponibilização pública foi debatida como um problema estrutural, que afeta diretamente a confiabilidade dos sistemas de informação e a capacidade das instituições de memória de se afirmarem como produtoras e custodiantes de dados culturais em ambientes digitais. Argumentou-se também que a confiabilidade dos repositórios não se sustenta apenas na existência de plataformas tecnológicas, mas depende também da consolidação de políticas institucionais que definam responsabilidades, protocolos, critérios de qualidade, mecanismos de auditoria e estratégias de preservação de longo prazo.

Outro eixo central do debate foi a carência de padrões mínimos compartilhados, tanto no que se refere à descrição, à organização e à representação dos objetos digitais, quanto aos procedimentos técnicos e administrativos associados à preservação. Os participantes destacaram que, mesmo quando existem plataformas

institucionais, estas tendem a operar de forma isolada, sem interoperabilidade e em limitada articulação com redes nacionais de preservação digital, o que compromete a circulação e a reutilização de dados, e a integração dos acervos universitários a ecossistemas mais amplos de ciência aberta e infraestruturas de pesquisa compartilhada.

Os coordenadores da Reunião Temática reforçaram a centralidade da proposta de consolidação da Carta de Princípios de Preservação para Acervos em Plataformas Digitais. O documento é um marco conceitual orientador, que reconhece os acervos digitalizados como patrimônio cultural, e não apenas como produtos técnicos derivados dos acervos físicos, reafirmando a necessidade de sua inserção no campo das políticas públicas de memória, cultura e ciência. A Carta fundamenta-se na adoção dos princípios FAIR e dos princípios CARE, que introduzem uma dimensão ética e política à gestão dos dados culturais, ao enfatizar o benefício coletivo, a responsabilidade institucional e o respeito a autoridade sobre os dados em suas comunidades de origem.

A discussão evidenciou, ainda, que a implementação efetiva desses princípios demanda a constituição de equipes técnicas multidisciplinares e a formulação de planos institucionais de gestão digital de acervos, alinhados a modelos consolidados de preservação digital e à compreensão da preservação como um processo contínuo, que envolve desde a produção dos dados até sua curadoria, documentação, disseminação, reuso e salvaguarda de longo prazo. Os participantes destacaram que a inexistência de políticas institucionais explícitas de preservação digital fragiliza a inserção dos museus universitários nas agendas de ciência aberta e regulação do uso de dados culturais, limitando sua capacidade de atuação. Ressaltou-se, ainda, que a consolidação dessas políticas integra um processo mais amplo de institucionalização da cultura digital nas universidades, que envolve a sensibilização da alta gestão e a incorporação do tema no planejamento institucional.

PARTICIPANTES

Bruno Araújo (UFPE), Emanuela Ribeiro (UFPE), Edson Armando (UEPG), Marília Xavier Cury (USP), Melian Gaspar (USP), Pedro Augusto Resende Amorim (TCU), Rodrigo César de Araújo Santos (UNESP), Raniel Fernandes (UNB), Rodney Santos (UFPB), Cristiane Xerez Barroso (UFC), Wilson Franklin Júnior (UFC), Pedro Bastos Carneiro (UFDPAR), Claudia Rejane Schavarinski Santos (SETI-PR), Ingrid Lopes de Souza (UNILA), Marcus Marciano Gonçalves (UFMG), Pedro Henrique Ferreira de Melo (UFJF), Bruna Marina Portela (UFPR), Abel de Vargas Mescenas (UFBA), Renê Wagner Ramos (SETI- PR), Laura Rodrigues (UFPB), Antônio Marcos de Souza Barbosa Miranda (UFMG), Marcella Scoczynski (UTFPR), Niltonci Batista Chaves (UEPG), Patricia Regina Santos Garcia (UFRJ), Barbara Rodrigues Nogueira (UFC), Ludmila Leite Madeira da Costa (UNIRIO), Regis Torquato de Araújo (UFC), Erika Bezerra Meneses Pinho (UFC), Thaiana Barros dos Santos (UFC), Hildênia Santos de Oliveira (UFAL), Mariana Shinorara (USP), Gisele Nascimento Barroso (UFPA),

Cássio Alexandre Souza dos Santos (UFPA), Michel Kobelinski (UNESPAR), Maura Coutinho Pessoa (UFPE), Mayara Monteiro (UFG), Cintia Maria do Nascimento (UFAL), Carlos Augusto Jotta (UFG), Patricia Avello Nicola (UNIVASF), Roberto Borges (A.C.D).

Considerações Finais

Os objetivos propostos pela Reunião Temática foram alcançados, na medida em que o encontro possibilitou a validação coletiva dos princípios estruturantes da Carta de Princípios de Preservação para Acervos em Plataformas Digitais e a ampliação do debate sobre a necessidade de políticas institucionais de preservação digital no campo dos museus universitários. Como principal encaminhamento, deliberou-se pelo aperfeiçoamento do documento, responsável por indicar princípios básicos para a preservação de acervos digitais nas universidades; e pela constituição de uma comissão interinstitucional com a finalidade de elaborar um documento técnico que sintetize as demandas mínimas de infraestrutura de hardware, software e de pessoal para a difusão e a preservação digital nos museus universitários.

Agradecimentos

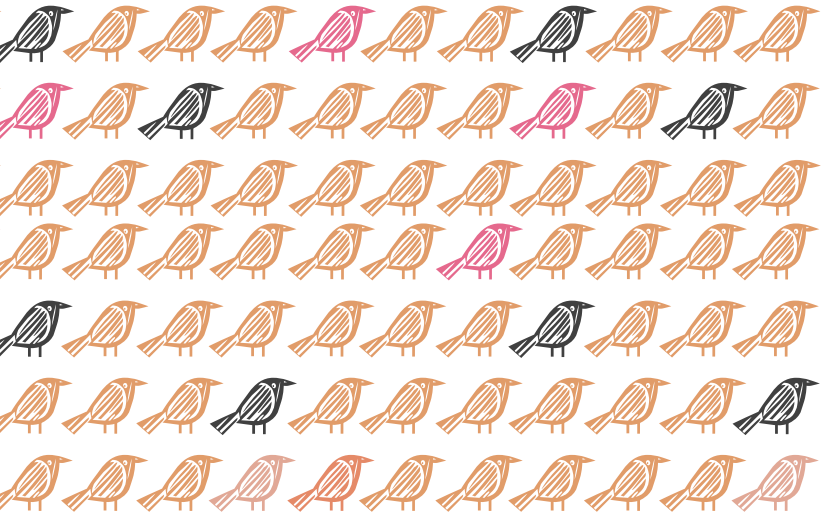
Aos participantes da Reunião Temática 06 – Acervos e Plataformas Digitais e às instituições envolvidas na organização do Fórum de Museus Universitários.



Emanuela Ribeiro e Bruno Melo - RT de Acervos e Plataformas Digitais.
Fotógrafo: Flávio Almeida



Momento de apresentação dos resultados e encaminhamentos das Reuniões Temáticas (RT) realizadas no evento. Fotógrafo: Flávio Almeida



I SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO MUSEAL

O I Seminário de Fiscalização Museal constituiu um dos momentos estruturantes da programação do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, consolidando-se como espaço qualificado de diálogo entre gestores, profissionais, pesquisadoras(es) e representantes institucionais sobre os desafios contemporâneos relacionados à regulação, acompanhamento e fortalecimento das práticas museológicas no âmbito das coleções e museus universitários. Articulado pela Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários e promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o seminário ampliou as discussões sobre responsabilidade pública, gestão de riscos, preservação e conformidade técnica, contribuindo para o alinhamento do campo às políticas nacionais de museus e aos marcos normativos vigentes.

A realização do seminário esteve diretamente articulada à pesquisa conduzida pelo Ibram, entre 23 de maio e 11 de julho de 2025, sobre gestão de riscos em museus universitários, iniciativa que buscou mapear cenários, identificar fragilidades estruturais e compreender as condições institucionais que impactam a salvaguarda dos acervos e a sustentabilidade das ações museológicas. Os resultados apresentados evidenciaram a diversidade de realidades enfrentadas pelas instituições e reforçaram a necessidade de estratégias colaborativas, formação continuada e fortalecimento das redes de apoio técnico, apontando caminhos para políticas públicas mais consistentes e sensíveis às especificidades desse segmento museal.

Ao integrar o seminário à programação do Fórum, reafirmou-se o compromisso com a qualificação do debate técnico e com a construção coletiva de soluções, fortalecendo a articulação entre órgãos federais, redes colaborativas e profissionais que atuam diretamente na preservação, pesquisa e difusão das coleções universitárias brasileiras. Para conhecer a estrutura do Formulário e os resultados da pesquisa: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ibram-divulga-resultados-de-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-para-museus-universitarios

SEMINÁRIO DE FISCALIZAÇÃO MUSEAL: dialogando com os museus universitários sobre Gestão de Riscos

Ana Carolina Gelmini de Faria[1]
Fábio Guimarães Rolim[2]
Leonardo Neves Batista[3]
Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa[4]
Simone Mitsumori[5]

2024 foi um ano importante para a construção de política pública no setor museológico. Elaboramos coletivamente, após um hiato de desmantelamento da área da Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), com vigência de dez anos, com abrangência de 2025 a 2035. Para essa produção metodologias de coleta de subsídios foram implementadas, a exemplo do (re)Conexões, programa que tem por objetivo fomentar de forma ampla e democrática a construção de agendas de trabalho, diretrizes e políticas públicas para o campo museal.

A aproximação do Instituto Brasileiro de Museus com os profissionais que atuam em coleções e museus universitários não é recente, mas tem a conjuntura de 2024 como potencializadora dessa relação (figura 1). Encontros como o (re)Conexões Coleções e Museus Universitários, com o tema "Coleções e Museus Universitários: desafios, perspectivas e contribuições para o Plano Nacional Setorial de Museus", bem como a reunião autogestionada "Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários", que compôs a programação do 8º Fórum Nacional de Museus (Fortaleza - CE, 2024), permitiram trocas de experiências e de necessidades que culminaram em produção de documentos históricos de escuta: a "Moção de apoio aos museus universitários" e a "Carta de Intenções da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários ao Ibram" são produtos desse processo. Esses movimentos ampliam a visibilidade das coleções e museus universitários no âmbito das políticas públicas e causam desdobramentos de impacto para o segmento, a exemplo de sua representação em diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus e diálogo direto dos gestores e profissionais de coleções e museus universitários com o Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura, Ministério da Educação, e Ministério da Ciência e Tecnologia.

1 Museóloga, mestre e doutora em Educação. Diretora do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus. Endereço eletrônico: carolina.gelmini@museus.gov.br
2 Arquiteto. Chefe de Divisão de Fiscalização Museal do Instituto Brasileiro de Museus. Endereço eletrônico: fabio.rolim@museus.gov.br
3 Museólogo. Chefe de Divisão de Preservação e Segurança do Instituto Brasileiro de Museus. Endereço eletrônico: leonardo.batista@museus.gov.br
4 Museólogo. Coordenador de Acervos do Instituto Brasileiro de Museus. Endereço eletrônico: ricardo.rosa@museus.gov.br
5 Arquiteta. Coordenadora de Gestão de Riscos e Fiscalização Museal do Instituto Brasileiro de Museus. Endereço eletrônico: simone.mitsumori@museus.gov.br

Figura 1 - Marcos do diálogo entre profissionais de coleções e museus universitários com o Ibram



Fonte: Dos autores, 2025.

Durante o 8º Fórum Nacional de Museus, na reunião autogestionada da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, em novembro de 2024, representantes da Rede e do Instituto Brasileiro de Museus realizaram um diálogo sobre o tema Fiscalização Museal, motivados pela previsão da realização de um encontro do Instituto Brasileiro de Museus com os museus universitários federais como meta do planejamento anual de ações de Fiscalização para o ano seguinte (2025). Dentro das atribuições legais do Instituto Brasileiro de Museus, a atividade de fiscalização museal tem caráter obrigatório, sendo estabelecida primariamente no Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009) e na lei de criação do Instituto (Lei nº 11.906/2009). A fiscalização museal tem como objetivo a proteção e a preservação do museu, do bem musealizado e do bem declarado de interesse público. Além disso, ela tem caráter educativo e preventivo, ressalvada a atuação coercitiva e punitiva nos casos previstos na Resolução. Compete ao Instituto a fiscalização de museus públicos federais, portanto, a partir de seu escopo de atuação identifica-se que os museus universitários vinculados às universidades federais e institutos de educação são o recorte majoritário de atuação da Fiscalização Museal gerida pelo Instituto.

Com as articulações entre a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários e o Instituto Brasileiro de Museus ao longo do primeiro semestre de 2025 definiu-se a programação do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários com um dia reservado para a realização de um Seminário de Fiscalização Museal. Assim, o Instituto promoveu, também com o apoio da Rede, a "Pesquisa de Gestão de Riscos para os Museus Universitários", que teve por objetivo identificar os riscos mais frequentes nos museus universitários federais. Vale lembrar que a “Carta de Intenções da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários ao Ibram”, de 4 de fevereiro de 2025, já havia colocado a importância da ampliação de pesquisas para o conhecimento do setor. A coleta de dados visou subsidiar as ações implementadas pelos programas do Instituto, além de produzir conhecimento sobre o setor, a ser compartilhado com pesquisadores e utilizados na produção de indicadores para o aperfeiçoamento dos museus universitários federais. A pesquisa foi realizada entre os dias 23 de maio e 11 de julho de 2025. O questionário foi dividido em quatro blocos temáticos, com questões objetivas (Figura 2).

Figura 2 - Tela inicial do questionário da Pesquisa de Gestão de Riscos para Museus Universitários



Fonte: Dos autores, 2025.

BLOCO 1: Caracterização do respondente

- Qual a sua formação acadêmica?
- Qual a sua área de atuação no museu/núcleo museológico?
- Há quantos anos trabalha no museu/núcleo museológico?
- Você já fez/recebeu algum treinamento relacionado com gestão de risco ao patrimônio musealizado?
- Quais os treinamentos relacionados com a gestão de risco ao patrimônio musealizado você já realizou?

BLOCO 2: Caracterização do museu/ núcleo museológico

- A instituição se identifica como museu ou outro núcleo museológico?
- Indique em qual Unidade da Federação o museu/núcleo museológico está localizado;
- Nome do Museu/ Núcleo Museológico;
- Indique a esfera administrativa na qual o museu/núcleo museológico está vinculado;
- Quantos funcionários trabalham no museu/núcleo museológico atualmente?
- O museu/núcleo museológico dispõe de Plano Museológico vigente?
- O museu/núcleo museológico dispõe de Programa de Segurança conforme previsto no art. 23 da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009?
- O museu/núcleo museológico dispõe de Regimento Interno aprovado pela mantenedora?
- O acervo do museu/núcleo museológico e o conjunto edificado são tombados?
- Sob qual esfera federativa esse tombamento foi realizado?

BLOCO 3: Identificação de riscos - conhecimento e práticas atuais

- Indique quais agentes de risco que já geraram dano à instituição que você atua;
- Quais ferramentas de avaliação são utilizadas para fazer a identificação de risco na sua instituição?

- Assinale os riscos associadas às mudanças climáticas que podem afetar a sua instituição;
- Existe alguma "memória institucional" em que registrou-se os eventos que geraram danos/ameaças aos acervos?
- Quais são os meios utilizados para registrar os eventos que geraram danos/ameaças aos acervos?

BLOCO 4: Recursos e infraestrutura para gestão de riscos

- O museu/núcleo museológico possui equipamentos ou instalações de segurança? (Alarme, câmera de segurança, detector de incêndio, hidrante, entre outros);
- Especifique os tipos de planos, equipamentos ou instalações de segurança, em funcionamento, que a instituição possui;
- Qual o tipo de sistema de ventilação que o museu/núcleo museológico dispõe?
- Qual o tipo de sistema de iluminação que o museu/núcleo museológico dispõe?
- Qual o tipo de sistemas de vigilância que o museu/núcleo museológico dispõe?
- O museu/núcleo museológico possui certificação do Corpo de Bombeiros (Ex.: Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, Certificado de Conformidade, Habite-se etc.) ou documento equivalente vigente?
- O museu/núcleo museológico possui alvará de funcionamento emitido pela autoridade competente? (Ex.: Prefeitura)
- O museu/núcleo museológico possui alvará de funcionamento emitido pela autoridade competente? (Ex.: Prefeitura)
- Os funcionários do museu/núcleo museológico recebem algum tipo de treinamento na área de segurança em museus?
- Quais os tipos de treinamento foram realizados pela equipe do museu/núcleo museológico para atuação em emergências?
- Esses treinamentos foram disponibilizados para as equipes de quais áreas da instituição?
- O museu/núcleo museológico conta com serviço de manutenção predial?
- Caso o museu/núcleo museológico não conte com serviço de manutenção predial, especifique o(s) motivo(s) da ausência de serviço de manutenção predial;
- Que tipos de manutenções prediais são normalmente executadas na instituição?
- Quais áreas ou sistemas estão incluídos nessas manutenções?
- Especifique o tipo de equipe responsável pela manutenção predial;
- Especifique o(s) motivo(s) da ausência de serviço de manutenção predial;
- A instituição possui orçamento específico para as questões de gerenciamento de risco?
- Além da coleção museológica, quais outros tipos de coleções a instituição possui?
- O museu/núcleo museológico possui inventário de suas coleções?
- Indique a predominância das tipologias do acervo da sua instituição;
- Indique a predominância de materiais que compõem a coleção do Museu/Núcleo Museológico;
- O Museu/Núcleo Museológico possui política de aquisição e descarte para o acervo?
- A documentação do acervo está acessível em meio;
- Existe algum tipo de cópia de segurança (backup) da documentação em meio digital?
- O museu/núcleo museológico possui reserva técnica?

- A reserva técnica encontra-se no mesmo edifício do museu/núcleo museológico?
- Especifique os tipos de equipamentos ou instalações de segurança da reserva técnica que o museu/núcleo museológico possui;
- Indique quais tipos de acidentes já ocorreram no museu/núcleo museológico.

O Seminário de Fiscalização Museal, ocorrido no dia 27 de agosto de 2025, pode ser acessado no Canal do Youtube do Fórum Permanente de Museus Universitários, no endereço eletrônico https://www.youtube.com/@forumpermanentedemuseus. A apresentação dos resultados da pesquisa encontra-se disponibilizado no endereço eletrônico https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-realiza-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-nos-museus-universitarios. Esperamos que os dados coletados possibilitem reflexões sobre a gestão preventiva e educativa dos museus universitários.

Participar da pesquisa propiciou aos respondentes colaborarem no diagnóstico do segmento, mas também, realizarem uma autoavaliação da temática gestão de riscos nos museus que atuam. Nessa perspectiva destacamos, ainda, o lançamento do curso à distância de Gestão de Riscos para Acervos Museológicos do Programa Saber Museu, pois aliado à autoavaliação torna-se um poderoso recurso de capacitação. Disponível em https://www.escolavirtual.gov.br/curso/964, é um convite ao estudo de identificação de agentes de risco, valoração de acervos, classificação de eventos, além de conhecimento de planos de tratamento de riscos.

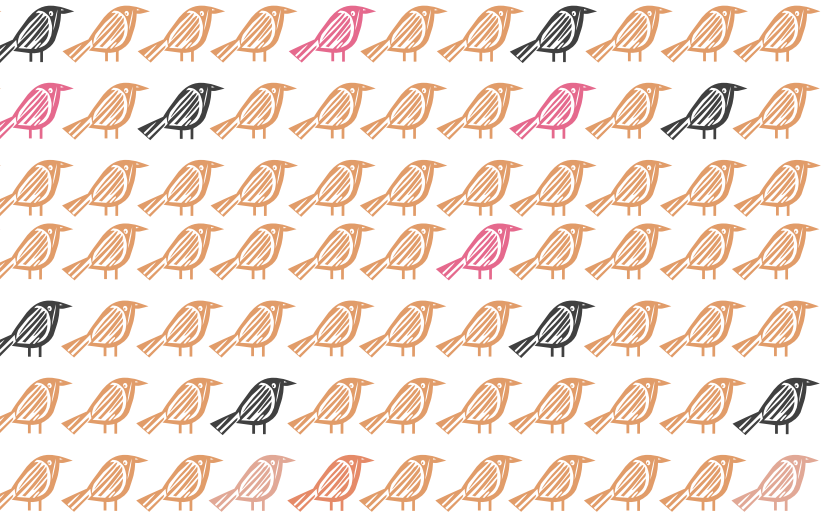
A relação entre os profissionais de acervos e museus universitários e o Instituto Brasileiro de Museus se fortalece no compromisso de todos os agentes envolvidos em defesa do campo. Conscientes de que os museus universitários são um segmento de potência, seguiremos em atuação conjunta, pois o maior beneficiário dessa articulação é a sociedade.



Mesa de Abertura do I Seminário de Fiscalização Museal. Fotógrafo: Flávio Almeida



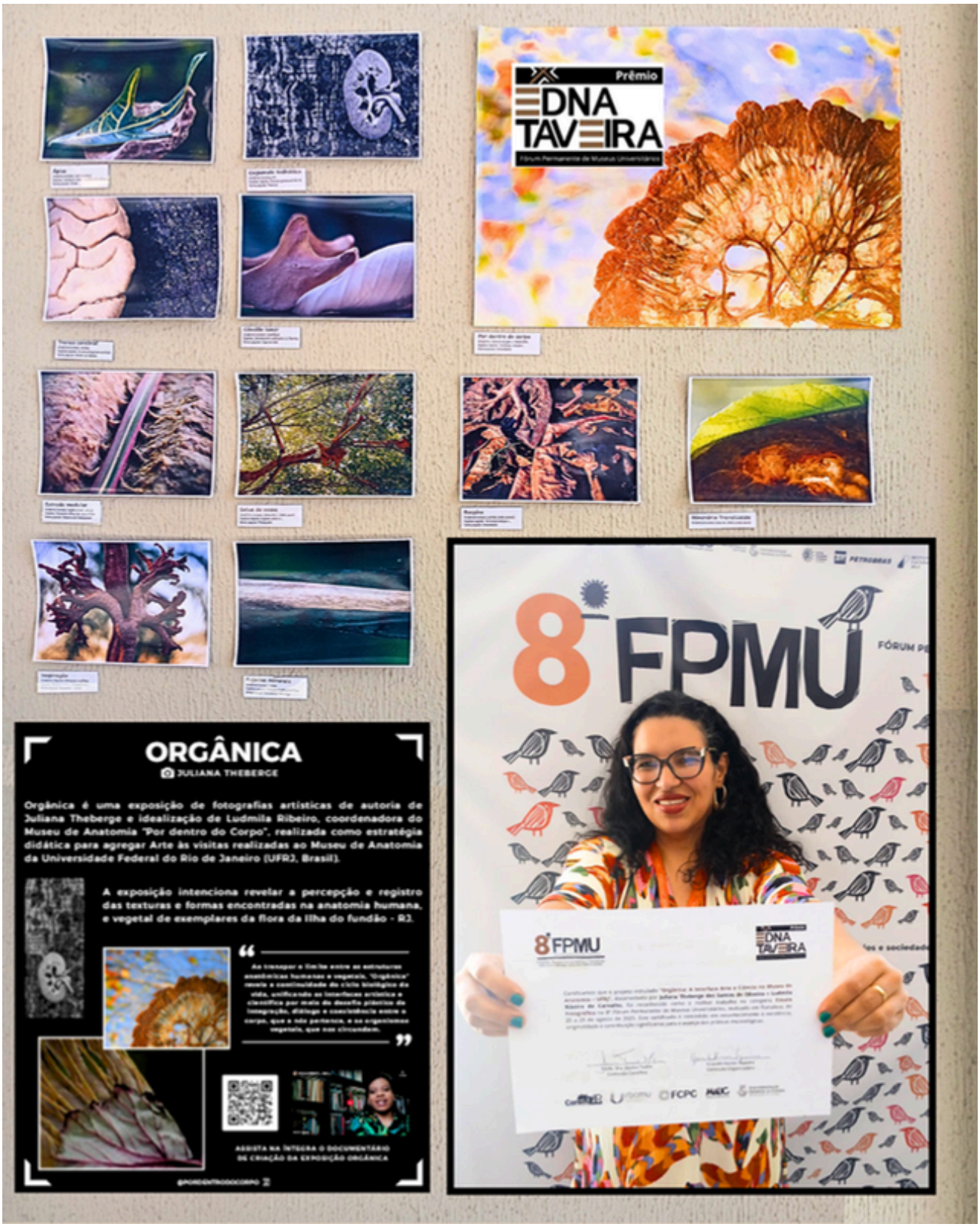
Mauricio Cândido, Ana Carolina Gelmini, Ricardo Rosa, Vera Mangas, Leonardo Neves, Simone Mitsumori e Fábio Rolim. Fotógrafo: Flávio Almeida

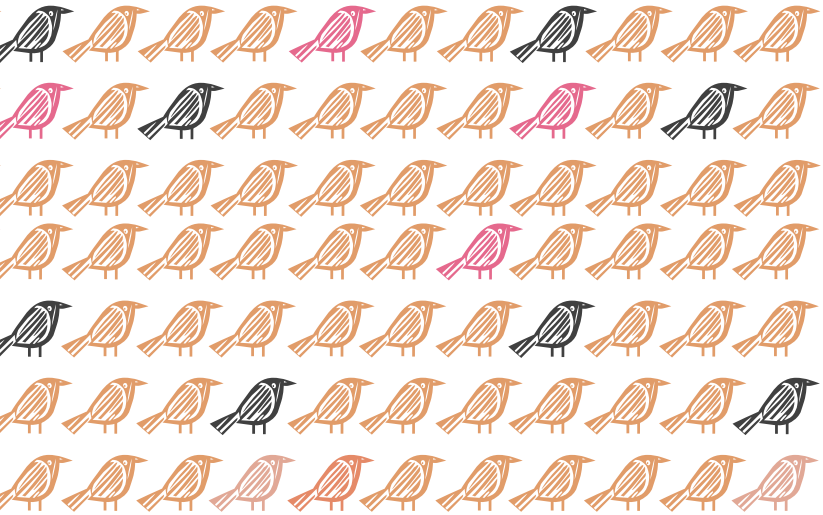


DEPOIMENTO

O 8ºFPMU foi enriquecedor para minha formação e fazer museológico e de grande relevância no contexto dos museus universitários com acolhimento e ricos debates. A valorização das pessoas e de seus trabalhos foi carinhosa e me senti honrada com o Prêmio Edna Taveira, reforçando a potência do Museu de Anatomia da UFRJ. Agradeço a oportunidade de usufruir do convívio agradável, das instalações do alojamento e do restaurante universitário e da beleza da cidade de Fortaleza.

Ludmila Ribeiro
Coordenadora do Museu de Anatomia "Por dentro do Corpo"


Prêmio
DNA TAVEIRA
Fórum Permanente de Museus Universitários
ORGÂNICA
JULIANA THEBERGE
Orgânica é uma exposição de fotografias artísticas de autoria de Juliana Theberge e idealização de Ludmila Ribeiro, coordenadora do Museu de Anatomia "Por dentro do Corpo", realizada como estratégia didática para agregar Arte às visitas realizadas ao Museu de Anatomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil).
A exposição intenciona revelar a percepção e registro das texturas e formas encontradas na anatomia humana, e vegetal de exemplares da flora da Ilha do fundão - RJ.
ASSISTA NA ÍNTEGRA O DOCUMENTÁRIO DE CRIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO ORGÂNICA
8 FPMU
FÓRUM PE
PETROBRAS
DNA TAVEIRA
FCPC



MOÇÕES

No 8ºFPMU, as moções funcionaram como instrumento de expressão coletiva, registrando publicamente posicionamentos, reconhecimentos e recomendações sobre temas centrais aos museus universitários. Ao reunir diferentes perspectivas em um texto curto e assertivo, esse mecanismo deu visibilidade a consensos construídos em debate e reforçou princípios de defesa do patrimônio, das comunidades e das instituições de ensino e pesquisa.

A prática teve valor político direto: transformou discussões em encaminhamentos, convertendo demandas em agenda comum. Foram admitidos quatro formatos: apoio, aplauso, recomendação e repúdio, capazes de sustentar causas, celebrar trajetórias, sugerir caminhos e confrontar retrocessos. Com isso, ampliou-se a capacidade de incidência sobre políticas públicas, fortalecendo articulações interinstitucionais e a responsabilidade compartilhada.

As proposições foram apresentadas por participantes inscritos, em até 500 caracteres, com identificação completa. As submissões ocorreram até 28/08, às 17h, na recepção do evento ou pelo e-mail oficial. A Comissão Organizadora analisou pertinência, linguagem e adequação, assegurando clareza, respeito e coerência com os objetivos do encontro.

Tipo: Recomendação

Nome: Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo
Instituição: Memorial da Medicina Brasileira - UFBA

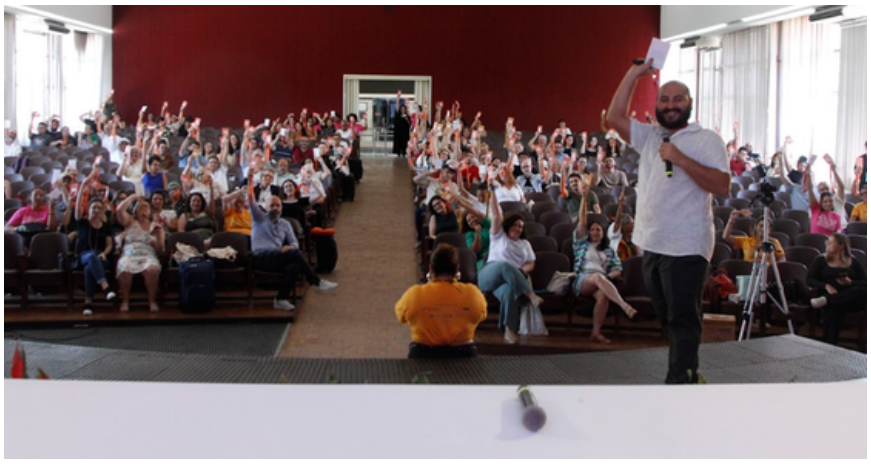
Desde 2010, o sistema universitário de museus da UFBA foi concebido institucionalmente como órgão estruturante, mas até o devido momento segue sem qualquer regulamentação, estrutura ou plano. Entendo que o Sistema seja a ferramenta institucional para impulsionar o avanço profissional que os museus da UFBA precisam, por isto, solicito apoio ao 8º FPMU para encaminhar à UFBA uma recomendação da criação de um GT visando a institucionalização e normatização do sistema.

Tipo: Recomendação

Nome: Lílian de Souza Leitão
Instituição: Universidade Federal do Ceará - UFC

De 25 a 28 de agosto de 2025 a UFC está sediando o Fórum Permanente de Museus Universitários, mostrando em suas visitas técnicas algumas das diversas coleções e acervos localizados na cidade de Fortaleza. Como a Museologia serve para gerir, preservar, interpretar e promover o patrimônio público e zelar pela democratização do acesso à memória cultural, nos reunimos para pedir a criação do Curso de Museologia na Universidade Federal do Ceará.

Ambas as moções foram aprovadas e seguiram para apreciação na Plenária Final e passaram a integrar os anais, com posterior divulgação nos canais do Fórum. Ao consolidar compromissos e orientar ações futuras, esse processo converteu a participação em pactos públicos, reforçando a capacidade da rede de influenciar agendas, garantir direitos e sustentar práticas museológicas mais justas, colaborativas e transparentes.



Votação das moções - Fotógrafo: Flávio Almeida



PROPOSTA PARA REGIMENTO INTERNO DO FPMU

A Comissão Organizadora do 8ºFPMU decidiu elaborar uma Proposta de Regimento Interno do Fórum Permanente de Museus Universitários. O documento consolida princípios, objetivos, instâncias de deliberação e formas de participação, definindo papéis, competências e fluxos. Também organiza processos como rodízio de sedes, eleição de coordenações, criação de grupos de trabalho, tramitação de moções, premiação e comunicação pública, assegurando continuidade entre edições, memória institucional e transparência.

Os benefícios são diretos: regras claras reduzem conflitos, dão previsibilidade a calendários e responsabilidades, qualificam critérios de submissão e avaliação, e fortalecem a prestação de contas. O regimento favorece inclusão, acessibilidade e escuta social, amplia parcerias, facilita captação de recursos e oferece segurança jurídica ao alinhar práticas às normas de universidades e políticas de museus. Ao prever registro e disponibilização de documentos em repositório aberto, garante rastreabilidade e acesso para toda a rede.

Esperamos que os próximos Fóruns possam se beneficiar deste documento.

PROPOSTA PARA REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Fórum Permanente de Museus Universitários foi criado em 1992 e teve sua primeira edição realizada na Universidade Federal de Goiás, sob o tema "O Museu Universitário Hoje". São objetivos permanentes do Fórum:

I - Promover o diálogo entre a comunidade acadêmica, museológica e a sociedade, incentivando a difusão do conhecimento e a valorização do patrimônio universitário;
II - Estimular a inovação, a pesquisa, o ensino e a extensão no campo dos museus e das coleções universitárias; e
III - Fortalecer práticas museológicas que integrem ciência, cultura e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social.

Art. 2º Este regimento tem por finalidade estabelecer normas, diretrizes e atividades permanentes que garantirão a continuidade, a excelência e a identidade do Fórum Permanente de Museus Universitários em todas as suas edições. Todas as disposições aqui contidas deverão ser observadas por organizadores, comissões, colaboradores e participantes do evento.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O FPMU é composto por membros voluntários que variam a cada edição. É integrado por órgãos públicos, privados, autarquias, entidades e movimentos sociais representativos dos segmentos das coleções e museus universitários e dos setores da sociedade, com atuação amplamente reconhecida na preservação e gestão do patrimônio universitário.

Art. 4º A estrutura organizacional do evento é composta por diversas comissões, sendo as permanentes:

I - Comissão Organizadora local: Responsável pela coordenação local, logística, programação, divulgação e execução do evento.
II - Comissão Organizadora Nacional: Responsável pela coordenação ampliada, programação, divulgação e execução do evento.
III - Comissão Científica: Responsável pela avaliação dos trabalhos submetidos, definição dos critérios de seleção e premiação, e supervisão das atividades acadêmicas e museológicas.
IV - Comissão Reuniões Temáticas: Responsável pela coordenação da chamada pública, análise, seleção e execução das reuniões temáticas a cada edição.

Art. 5º Fica instituído que as Comissões deverão ser compostas por membros provenientes das cinco regiões do Brasil, assegurando ainda a representatividade e o equilíbrio entre docentes e técnicos, de modo a enriquecer o debate e promover a diversidade de perspectivas no evento.

DAS ATIVIDADES PERMANENTES

Art. 6º Em todas as edições do Fórum deverão constar as seguintes atividades:

I - Sessões Plenárias: Palestras magnas que abordem temas atuais e relevantes para o campo dos museus universitários.
II - Mesas-redondas e Painéis de Discussão: Espaços destinados ao intercâmbio de experiências e à reflexão sobre práticas inovadoras e desafios contemporâneos.
III - Comunicações de Trabalhos: Inclusão de sessões para apresentações em diversas modalidades, como comunicação oral (pesquisa e relato de experiência), pôster, ensaio fotográfico e apresentação artística, entre outros.

IV - Reuniões Temáticas (RTs) e Grupos de Trabalho (GTs): Iniciativas que promovam a formação de redes colaborativas e a implementação de boas práticas museológicas.

V - Premiação: Espaço para reconhecimento dos melhores projetos, com premiações simbólicas que valorizem a excelência e a inovação, independentemente do vínculo dos autores com a universidade (discente, técnico ou docente), assim como a homenagem às figuras em destaque para o avanço do campo.

VI - Publicação de Memórias: Divulgação dos trabalhos apresentados e, quando possível, de artigos completos em dossiês, anais ou e-book do evento.

Art. 7º A promoção da acessibilidade universal é um princípio fundamental que deve permear todas as etapas e atividades dos eventos realizados pelo Fórum. Assegurar o acesso e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou de qualquer outra natureza, é um compromisso ético e social que fortalece a inclusão e o valor cultural do evento. Para tanto, é necessário adotar medidas que garantam ambientes acessíveis, desde a comunicação visual e sonora até a disposição dos espaços físicos e a utilização de tecnologias assistivas. Isso inclui, mas não se limita a:

I - Comunicação e Informação: As divulgações, materiais gráficos, sites e apresentações devem estar em formatos acessíveis, com opções de legendas, audiodescrição e tradução em Libras, quando possível. A linguagem utilizada deve ser clara e objetiva, facilitando a compreensão de todos os públicos.
II - Espaços Físicos: Os locais de realização do evento precisam ser adaptados para garantir a mobilidade e segurança de pessoas com deficiência. Isso envolve a disponibilidade de rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização adequada, além de áreas de descanso acessíveis.
III - Tecnologia e Recursos Digitais: Ferramentas e plataformas digitais utilizadas para inscrições, transmissões e interações devem estar em conformidade com os padrões de acessibilidade, permitindo que pessoas com diferentes necessidades possam participar integralmente.
IV - Capacitação e Sensibilização: Organizadores, colaboradores e palestrantes devem ser orientados sobre a importância da acessibilidade, recebendo treinamento específico para promover um ambiente inclusivo. A sensibilização contínua é crucial para identificar e superar barreiras que possam prejudicar a participação de qualquer indivíduo.
V - Avaliação e Monitoramento: Durante o planejamento e execução do evento, é indispensável realizar avaliações periódicas da acessibilidade, identificando áreas de melhoria e implementando ajustes que atendam às normas e às necessidades do público. O feedback dos participantes deve ser considerado para aprimorar as práticas em edições futuras.

DO PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

Art. 8º Todos os trabalhos submetidos deverão seguir as diretrizes de formatação e serem avaliados com base em critérios de originalidade, relevância temática, rigor metodológico, clareza na exposição e contribuição para o conhecimento a serem atribuídos pela comissão científica.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Este regimento será revisado periodicamente para incorporar melhorias e atualizações que assegurem a evolução do Fórum.

Art. 10º Alterações neste regimento deverão ser aprovadas em conjunto pela Comissão Organizadora e pela Comissão Científica durante a edição do Fórum.

Art. 11º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, sempre com foco na manutenção dos objetivos e na integridade do evento.

Art. 12º Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação e servirá como base normativa para todas as edições futuras do Fórum Permanente de Museus Universitários.



AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS E CRÉDITOS

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Casa de José de Alencar (CJA/UFC)

Coleção Mineralógica/Departamento de Mineralogia - UFC

Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil)

Conselho Regional de Museologia - 1ª Região (COREM 1R)

Conselho Regional de Museologia - 3ª Região (COREM 3R)

Conselho Federal de Museologia (COFEM)

Departamento de Biologia - UFC

Divisão de Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI/UFC)

Espaço Cultural Unifor

Faculdade de Direito da UFC (Fadir/UFC)

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC)

Governo Federal

Herbário Prisco Bezerra - UFC

Horto de Plantas Medicinais - UFC

Imprensa Universitária / Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (IU/PROPLAD)

Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Instituto Cultural Vale

Lei de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (MinC)

Memorial da Agronomia - UFC

Memorial da UFC

Memorial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Ministério da Cultura (MinC)

Ministério da Educação (MEC)

Museu da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (USP)

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Museu de Arqueologia e Paleontologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Museu de Arte da UFC (Mauc)

Museu de História Natural da Bahia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens da Universidade Regional do Cariri (URCA)

Museu do Vale do Arinos da Universidade do Estado de Mato (UNEMAT)

Museu Itinerante de Paleontologia e Arqueologia - UFC

Museu Universitário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)

Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica (NUDOC) da UFC

Núcleo Regional de Ofiologia da UFC (NUROF)

Oficina Digital / Instituto de Arquitetura, Urbanismo e Design (IAUD)

Petrobrás Cultural

Pró-Reitoria de Cultura da UFC (ProCult)

Rádio Universitária FM 107,9 (RUFM 107,9)

Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU)

Rede de Coleções & Museus da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Rede de Educadores de Museus do Brasil (REM/BR)

Restaurante Universitário / Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (RU/PRAE)

Seara da Ciência (UFC)

Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (SEDES/MCTI)

Secretaria de Comunicação da UFC (UFC Informa)

Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC)

Secretaria de Esportes da UFC

Secretaria de Comunicação da UFC (UFC Informa)

Superintendência de Infraestrutura (UFC Infra)

Tribunal de Contas da União (TCU)

TV Câmara de Jataí

TV Câmara de Fortaleza

Universidade Federal do Ceará (UFC)



Plenária Final do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários - Fotógrafo: Flávio Almeida



Agradecemos especialmente a presença de todos e todas, às instituições apoiadoras, palestrantes, homenageados e voluntários que tornam este evento possível.



ANEXOS

ANEXO 1 - INSTITUIÇÕES DOS INSCRITOS

COFEM
COREM 3R
MCTI
MEC - 4
MPEG
MPF
Museu Arqu. da Lapinha - 4
Museu da Memória e Diversidade Sexual do Cariri
Museu Paraense Emílio Goeldi
FINEP- 2
IPHAN
STJ
TCU
SECULT CE - 6
SECULT-BA
SECULT-PE
SETI-PR - 2
FIEP PR
FAVENI
Fiocruz -2
FUNDAJ - 1
IBRAM - 7
ICMBio
IFCE - 6
IFPB - 4
IFPI
IFRJ
IFSul - 3
MAST - 4
PUC Campinas - 2
PUC-Rio - 2
UDESC
UECE - 10
UEFS - 4
UEMA
UEPA
UEPG - 4
UERJ
UERN - 10
UESB
UFAC
UFAL - 4
UFAM - 3
UFBA - 24
UFC - 71
UFCSPA - 10
UFDPar -12
UFES - 4
UFF
UFG - 6
UFJF - 4
UFMG - 48
UFMT
UFOP - 7
UFPA - 50
UFPB - 10
UFPE - 8
UFPel - 7
UFPI - 6
UFPR - 5
UFRB
UFRGS - 11
UFRJ - 12
UFRN - 8
UFSJ -4
UFSM
UFT - 2
UFTM - 2
UFU - 2
UMA
UNA-Costa Rica
UnB - 10
UNEMAT - 6
UNESP - 2
UNESPAR - 3
UNIBAVE
UNIFAL - 2
UNIFOR
UNILA - 2
UNILAB
UNIRIO - 12
UNISATC - 4
UNIVASF - 3
URCA
USP - 13
UTFPR – 3

ANEXO 2 - MUSEUS PARTICIPANTES

UNIRIO - Superintendência de Museus (SUPMU)
ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG 2
Museu Virtual Surrupira de Encantarias Amazônicas – UFPA 2
Museu de Cultura Sertaneja UERN 3
Memorial IFCE 3
Museu de Arte da UFC 3
Museu do Seridó UFRN 4
Museu da Patologia- IOC/Fiocruz 2
Museu Arqueológico da Lapinha 2
Museu de Astronomia e Ciências Afins 3
Casa da Cultura da América Latina-CUC-UnB
Cememor-Vet UFMG
Centro de Memória da Fazenda
Museu de Cultura Popular UFJF
Museu Arte Sacra/UFBA 2
MAC_BAHIA
MIPA - UFC
Seara da Ciência
Casa José de Alencar
Centro Cultural UFMG
Museu Amazônico da UFAM
Museu do Observatório Astronômico da UFRGS
Museu Campos Gerais UEPG
Museu Casa do Sertão UEFS
Espaço Acervo Artístico UFMG
Museu de História Natural do Ceará Prof. Dias da Rocha UECE 13
Núcleo de Ofiologia e Animais Peçonhentos da Bahia UFBA
Museu da Memoria e Diversidade Sexual do Cariri Ceará
Fundação Cultural de Curitiba
Fundação Joaquim Nabuco
Coleção Zoológica Delta do Parnaíba UFDPar
Memorial UFC
Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE-UFPR
MAC USP
Museu da UFPA
Museu de Anatomia UFCSPA 10
Museu Casa Padre Toledo
Museu de Arqueologia e Etnologia USP
Museu Théo Brandão - UFAL
Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/UFOP
Museu Campos Gerais-UEPG 2

Museu da Boneca de Pano
Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia/USP
Museu de Arte Murilo Mendes (UFJF)
Museu de Paleontologia Placido Cidade Nuvens - URCA
Museu do Ceará
Museu Paraense Emílio Goeldi
Museu Universitário PUC Campinas
Pinacoteca da UFAL
Museu da Geodiversidade - IGEO | UFRJ
Museu do Vale do Arinos UNEMAT
Rede de Museus Universitários Paraná - SETI
Ecomuseu Ilha Grande UERJ
Fórum de Ciência e Cultura UFRJ
Herbário Prisco Bezerra (EAC) UFC
Museu de Ciências Morfológicas da UFRN
SIMAP/ UFRJ
REDE DE MUSEUS DA UFMG
Museu da UFRGS 4
Museu Paraense Emilío Goeldi
Coleção Científica de Megafauna Marinha
Galeria de arte da UFPA 2
Pinacoteca Barão de Santo Ângelo UFRGS
Memorial Carlos Chagas Filho UFRJ
Museu de Fauna da Caatinga UNIVASF
Casas Universitárias de Cultura UNB
Museu de Arte Sacra UFBA
Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo UFPel
Museu de Ciências Naturais UFRGS
Museu de Arte Sacra UFBA
MAE UFPR
Museu do Doce UFPei
MAE UFPR
Museu Antropológico UFG
Museu da Geodiversidade UFRJ
MAE USP
Museu Amazônico UFAM

1. Participação geral

- Total de respondentes: 219 participantes.
- O número expressivo de respostas indica alto engajamento e interesse do público em contribuir com a avaliação.

2. Satisfação geral

O evento atendeu às expectativas:
Totalmente: **181 (82,6%)**
Parcialmente: **30 (13,7%)**
Em branco: **8 (3,7%)**

Análise: A grande maioria considerou que o evento correspondeu plenamente às expectativas, revelando alta satisfação geral.

3. Avaliação de aspectos organizacionais

Critério	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Em branco
Divulgação do evento	181	28	3	0	7
Processo de inscrição	179	31	3	1	5
Comunicação com organizadores	180	25	5	0	9
Canais e plataformas utilizadas	178	31	3	1	6
Cumprimento da programação	145	57	12	1	4
Acessibilidade e inclusão	149	48	14	3	5
Qualidade das palestras	174	39	1	0	5
Pertinência dos temas	182	30	1	0	6
Diversidade dos temas	161	45	7	1	5
Aplicabilidade para atuação	156	46	9	0	8
Interação com o público	167	38	5	0	9
Qualidade da transmissão	174	32	1	0	12
Facilidade de acesso à plataforma	157	45	6	2	9
Suporte técnico	168	33	4	1	13

Análise:

Os índices de “Ótimo” e “Bom” predominam em todos os quesitos, especialmente em qualidade e pertinência das palestras, divulgação e comunicação com a organização.

Os pontos com avaliações ligeiramente mais baixas foram cumprimento da programação e acessibilidade/inclusão, indicando aspectos a aprimorar em futuras edições.

4. Expectativa de continuidade

- **Participaria de futuras edições:**
  - **Sim: 193 (88,1%)**
  - **Não: 1 (0,4%)**
  - **Talvez: 18 (8,2%)**
  - **Em branco: 7 (3,2%)**

Análise: O altíssimo índice de intenção de retorno evidencia fidelização e reconhecimento da qualidade do evento.

5. Canais de divulgação

Canal	Nº de respostas
Indicação de colegas	74
Redes sociais	66
Site	33
E-mail	18
Outros	21
Em branco	7

Análise: As redes sociais e indicações pessoais foram os meios mais eficazes de divulgação. Isso reforça a importância de estratégias de comunicação colaborativas e presença digital ativa.

6. Perfil institucional

- Participantes de mais de 60 instituições de ensino, pesquisa e cultura.
- Maior representação: UFC (40 participantes), seguida por UFBA (12), UFMG (18), UFPA (14) e UFG (6).
- Diversidade institucional reforça o alcance nacional do evento.

7. Perfis profissionais e funções

Grande variedade de **funções e cargos**, destacando-se:

- Professores (29)
- Museólogos (20+)
- Bolsistas (13)
- Técnicos administrativos e educacionais
- Curadores, coordenadores e diretores
- Estudantes (26)

Análise: A pluralidade de funções e níveis de formação mostra que o evento atraiu tanto profissionais experientes quanto estudantes e pesquisadores, o que favorece a troca de saberes interinstitucional e intergeracional.

8. Síntese conclusiva

O levantamento evidencia altíssimo índice de satisfação geral (mais de 80%), forte engajamento do público e amplo alcance nacional. Os dados apontam que o evento:

- Cumpriu seus objetivos de difusão e formação.
- Conquistou reconhecimento pela qualidade e pertinência dos conteúdos.
- Deve, nas próximas edições, reforçar ações de acessibilidade e cumprimento rigoroso da programação.

Conclusão: Trata-se de um evento bem-sucedido, consolidado e com potencial de crescimento contínuo e ampliação de impacto na comunidade museológica e acadêmica.

Número de postagens em redes sociais (Instagram) Durante e após o evento	90 (posts e reels)
Alcance de público no Instagram	443,1 mil contas alcançadas
Matérias veiculadas sobre o evento	30

Repercussão na mídia (matérias)

1. Mauc fecha na segunda, 25, para o 8º Fórum Permanente de Museus Universitários

https://mauc.ufc.br/pt/mauc-fecha-na-segunda-25-para-o-8o-forum-permanente-de-museus-universitarios/

2. Fortaleza sedia 8º Fórum Permanente de Museus Universitários (8FPMU)

https://corem1r.org.br/fortaleza-sedia-8o-forum-permanente-de-museus-universitarios-8fpmu/

3. Forum da Cultura da UFJF participa do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários no Ceará

https://www2.ufjf.br/forumdacultura/2025/08/28/forum-da-cultura-da-ufjf-participa-do-8o-forum-permanente-de-museus-universitario-no-ceara/

4. Docentes da UNIFAL-MG participam do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, defendendo o fortalecimento de redes e a promoção da equidade na alocação de recursos de fomento ao patrimônio museal universitário

https://jornal.unifal-mg.edu.br/docentes-da-unifal-mg-participam-do-8o-forum-permanente-de-museus-universitarios-defendendo-o-fortalecimento-de-redes-e-a-promocao-da-equidade-na-alocacao-de-recursos-de-fomento-ao-patrimonio-museal/

5. Museu Universitário da PUC-Campinas participa de Fórum Nacional de Museus Universitários em Fortaleza

https://www.puc-campinas.edu.br/museu-universitario-da-puc-campinas-participa-de-forum-nacional-de-museus-universitarios-em-fortaleza/

6. Cemafauna e EACC marcam presença no 8º Fórum Nacional de Museus Universitários

https://portais.univasf.edu.br/noticias/cemafauna-e-eacc-marcam-presenca-no-8o-forum-nacional-de-museus-universitarios

7. MEC debate interação entre museus universitários e sociedade

https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/mec-debate-interacao-entre-museus-universitarios-e-sociedade

8. Trabalho de representante da UFJF é premiado em evento nacional

https://www2.ufjf.br/noticias/2025/08/28/trabalho-de-representante-da-ufjf-e-premiado-em-evento-nacional/

9. Prêmio nacional reconhece originalidade de pesquisa com uso de IA em acervos museológicos do Paraná

https://paranafazciencia.uvpr.pr.gov.br/premio-nacional-reconhece-originalidade-de-pesquisa-com-uso-de-ia-em-acervos-museologicos-do-parana/

10. Projeto do Paraná que aplica IA em museus universitários é finalista em prêmio nacional

https://www.inova.pr.gov.br/Noticia/Projeto-do-Parana-que-aplica-IA-em-museus-universitarios-e-finalista-em-premio-nacional

11. Paraná é campeão nacional em pesquisa museológica com uso de Inteligência Artificial

https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Parana-e-campeao-nacional-em-pesquisa-museologica-com-uso-de-Inteligencia-Artificial

12. Unemat conquista dois prêmios nacionais em fórum de museus universitários

https://www.ciadenoticias.com.br/noticia/unemat-conquista-dois-premios-nacionais-em-forum-de-museus-universitarios

13. Museu do Seridó tem trabalhos aprovados para exposição em Fortaleza

https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/92564/museu-do-serido-tem-trabalhos-aprovados-para-exposicao-em-fortaleza

14. Educadora de Campinas é homenageada por sua contribuição à cultura

https://horacampinas.com.br/educadora-de-campinas-e-homenageada-por-sua-contribuicao-a-cultura/

15. Museu Campos Gerais recebe prêmio no 8º Fórum Permanente de Museus Universitários

https://www.jornalpontagrossa.com.br/noticia/155603/museu-campos-gerais-recebe-premio-no-8o-forum-permanente-de-museus-universitarios

16. Projeto do Paraná que aplica IA em museus universitários é finalista em prêmio nacional

https://www.parana.pr.gov.br/Audio/Projeto-do-Parana-que-aplica-IA-em-museus-universitarios-e-finalista-em-premio-nacional

17. Paraná é campeão nacional em pesquisa museológica com uso de inteligência artificial

https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Parana-e-campeao-nacional-em-pesquisa-museologica-com-uso-de-inteligencia-artificial

18. Ibram divulga resultados de Pesquisa sobre Gestão de Riscos para Museus Universitários

https://brasilianoticias.com.br/brasil/cultura-br/ibram-divulga-resultados-de-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-para-museus-universitarios/

19. Projeto do Paraná que aplica IA em museus universitários é finalista em prêmio nacional

https://www.sgsd.pr.gov.br/noticias/casa_civil/5df97f0e-80cc-4c41-a60d-0dda62b456b4

20. Projeto paranaense que aplica IA em museus universitários é finalista em prêmio nacional

https://dpontanews.com.br/educacao/projeto-paranaense-que-aplica-ia-em-museus-universitarios-e-finalista-em-premio-nacional

21. Ibram divulga resultados de Pesquisa sobre Gestão de Riscos para Museus Universitários

https://plantaonews.com.br/ibram-divulga-resultados-de-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-para-museus-universitarios/

22. MEC debate interação entre museus universitários e sociedade

https://noticias.r7.com/mato-grosso/momento-mt/mec-debate-interacao-entre-museus-universitarios-e-sociedade-30082025/

23. Ibram divulga resultados de Pesquisa sobre Gestão de Riscos para Museus Universitários

https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ibram-divulga-resultados-de-pesquisa-sobre-gestao-de-riscos-para-museus-universitarios

24. Ibram marca presença no 8º FPMU com seminário sobre fiscalização museal

https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/noticias/ibram-marca-presenca-no-8o-fpmu-com-seminario-sobre-fiscalizacao-museal

25. UFC sedia 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, evento nacional que reunirá profissionais da área

https://www.ufc.br/noticias/19642-ufc-sedia-8-forum-permanente-de-museus-universitarios-evento-nacional-que-reunira-profissionais-da-area

26. Projeto do Paraná que aplica IA em museus universitários é finalista em prêmio nacional

https://www.fappr.pr.gov.br/Noticia/Projeto-do-Parana-que-aplica-IA-em-museus-universitarios-e-finalista-em-premio-nacional

27. Exposição na Casa Padre Toledo, em Tiradentes, é premiada em fórum de museus universitários

https://ufmg.br/comunicacao/noticias/exposicao-na-casa-padre-toledo-em-tiradentes-e-premiada-em-forum-de-museus-universitarios

28. Estudo sobre exposição dos museus da USP é premiado em fórum nacional de museus universitários

https://jornal.usp.br/institucional/estudo-sobre-a-exposicao-usp-90-anos-uma-jornada-imersiva-pelos-nossos-museus-e-premiado-em-forum-nacional-de-museus-universitarios/

29. UFC será palco do 8º Fórum Permanente de Museus Universitários, de 25 a 29 de agosto

https://www.ufc.br/noticias/19421-ufc-sera-palco-do-8-forum-permanente-de-museus-universitarios-de-25-a-29-de-agosto

30. Prêmio nacional reconhece originalidade de pesquisa com uso de IA em acervos museológicos do Paraná
https://www.fappr.pr.gov.br/Noticia/Premio-nacional-reconhece-originalidade-de-pesquisa-com-uso-de-IA-em-acervos-museologicos




8FPMU



















na conservação
useus


8FPMU


8 FPMU
CREDENCIAMENTO




8 FPMU
FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSIT


UFC
VIRTVS VNITA FORTIOR
AUDITÓRIO REITOR








8 FPMU

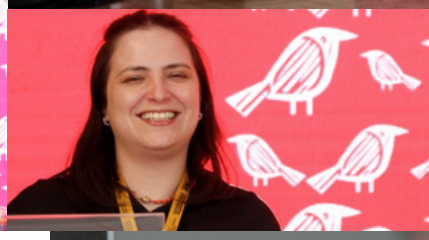





8 FPMU
UFC











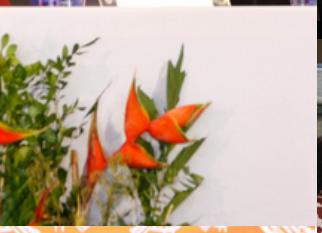
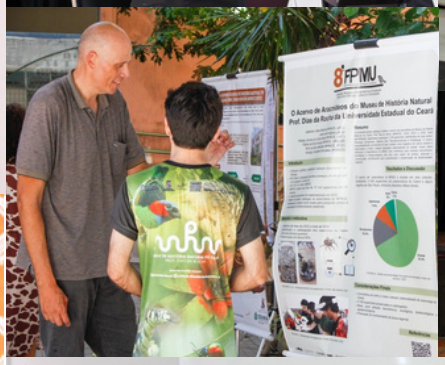




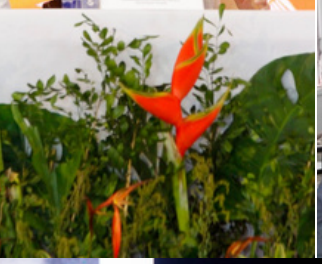


8 FPMU

8 FPMU



8 FPMU

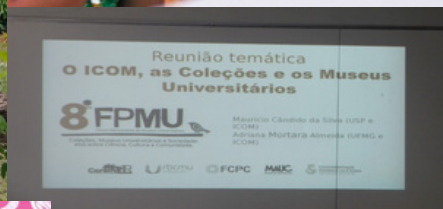
8 FPMU
LENÁRIA FINAL









Reunião temática
O ICOM, as Coleções e os Museus Universitários
8 FPMU


8 FPMU







NOS VEMOS EM BREVE
EM BELÉM- PARÁ

PATROCÍNIO





















REALIZAÇÃO











APOIO





ORGANIZAÇÃO

































